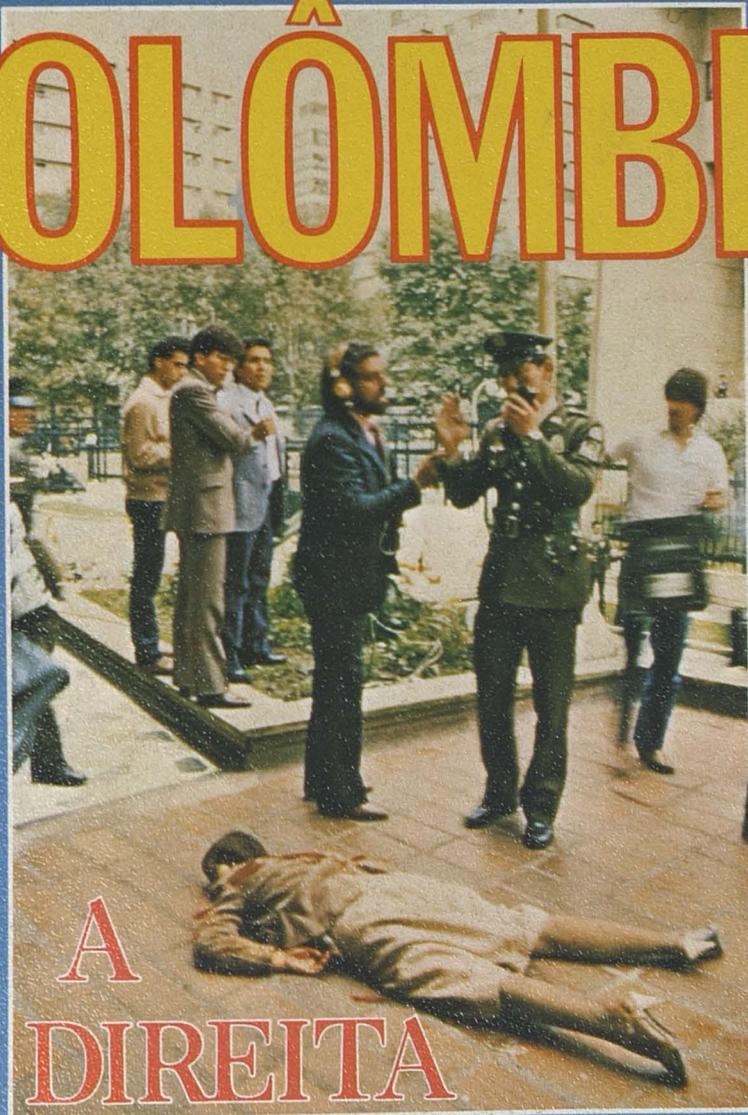


cadernos do

terceiro mundo

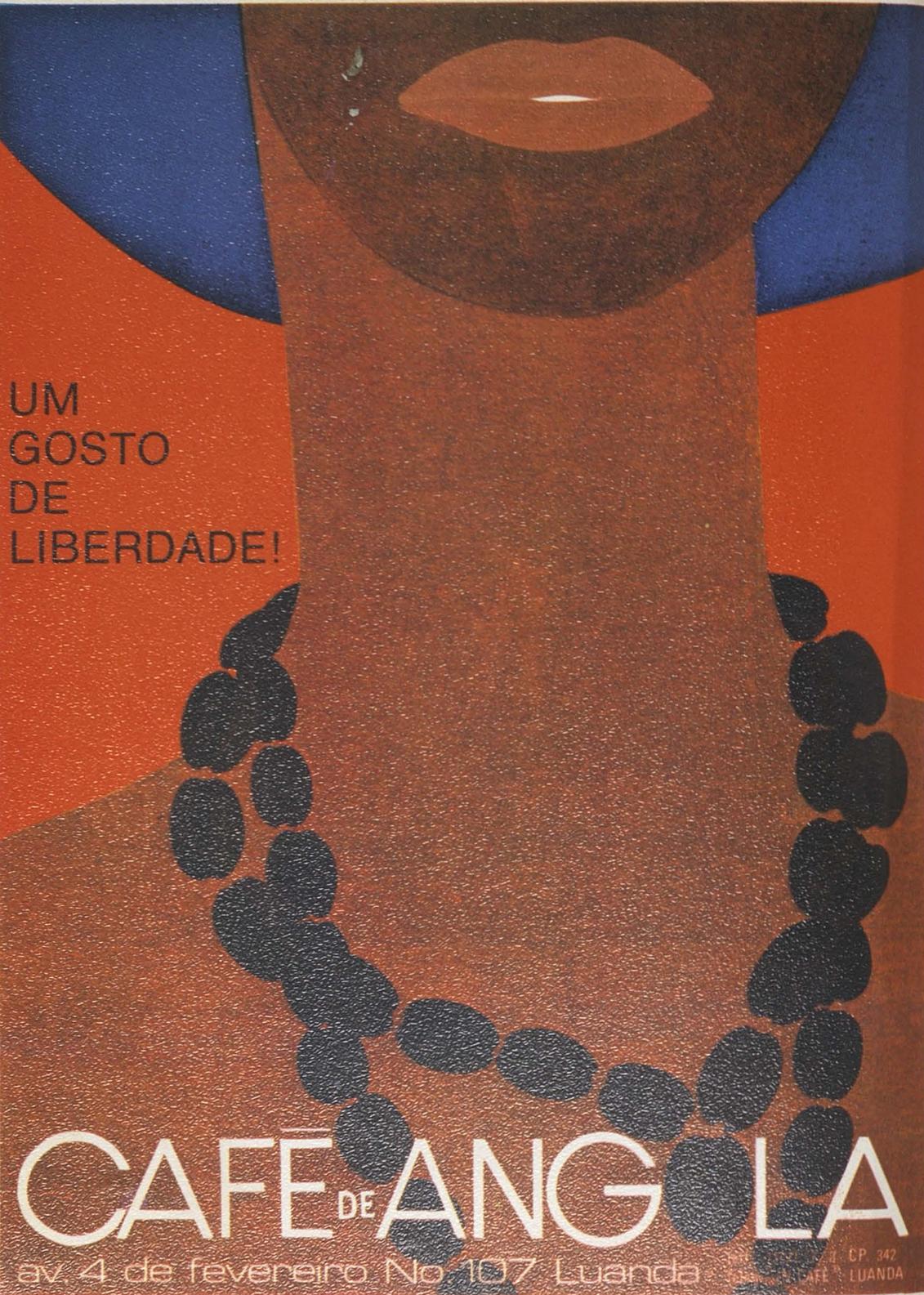
Cr\$ 4.000,00 - Ano VII - Nº 76

COLOMBIA



A
DIREITA

AMEAÇA A TRÉGUA



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

CP. 342

CAFÉ LUANDA



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

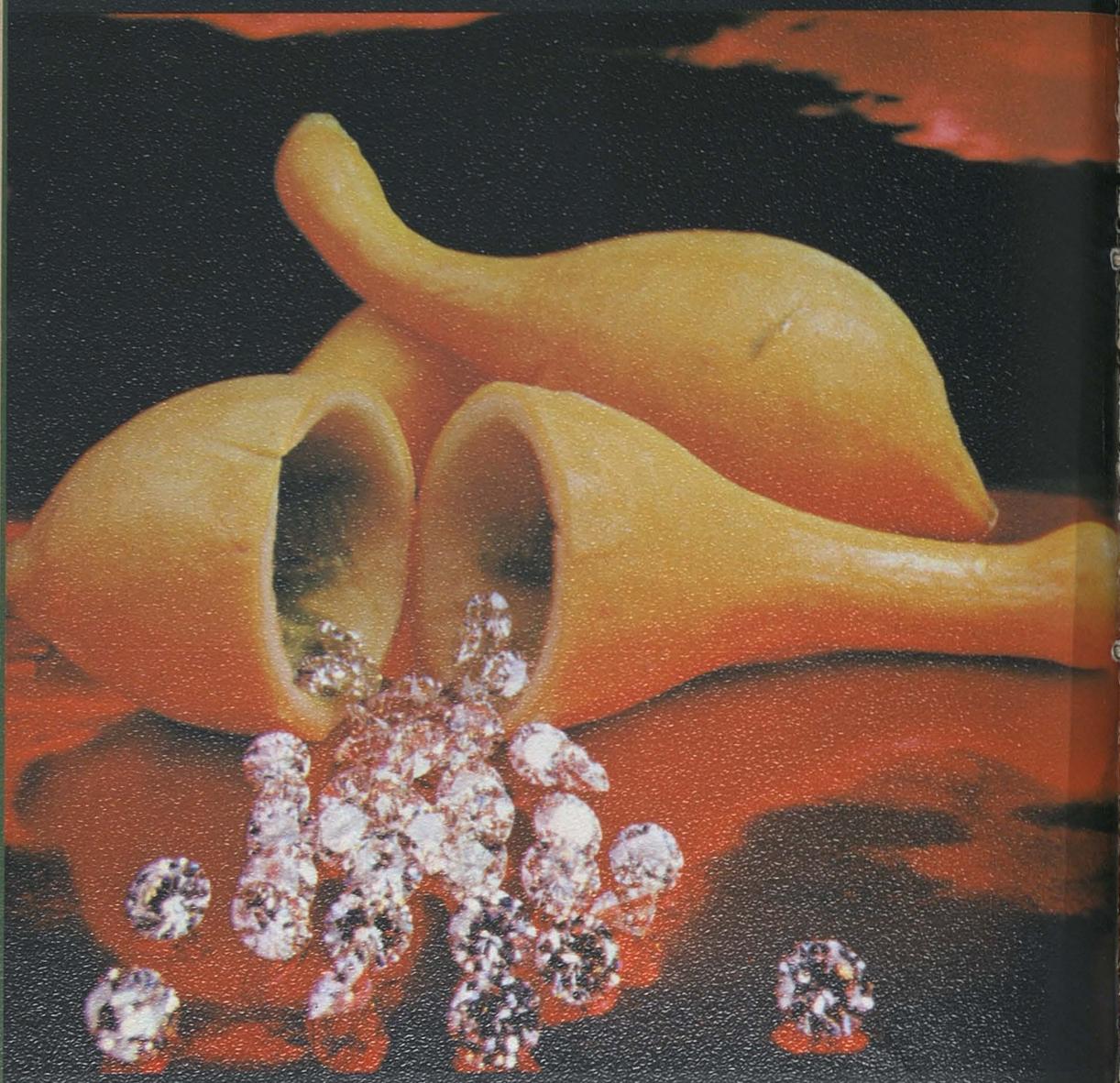
Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

A guerra e a paz

O acordo entre governo e grupos guerrilheiros na Colômbia está sendo considerado um dos gestos mais audazes da história política latino-americana. Ele não só criou as condições para pôr fim a um longo período de violência no país, responsável por milhares de mortes, como colocou em dúvida toda a propaganda *made in USA* e as teorias defendidas pela maior parte dos governos do continente, que classificam como meros terroristas todos os movimentos que se rebelaram contra oligarquias e práticas econômicas decadentes.

Ao participar de negociações com grupos armados, o governo colombiano reconheceu tacitamente que os rebeldes são uma força política séria e que a escolha da via não legal para desenvolver uma luta reivindicatória foi o resultado de uma opção ideológica consequente, e não um mero banditismo. Do lado guerrilheiro, o acordo de trégua indica o

desejo de se inserir em outra forma de ação política, aceitando as regras da legalidade vigente, mesmo sem um compromisso de irreversibilidade. A guerrilha colombiana decidiu percorrer o caminho da luta política institucional, cuja expressão final é a disputa dos votos eleitorais.

Esta complexa situação é o ponto central de nossa matéria de capa, a primeira que dedicamos à Colômbia, um dos mais importantes países da América Latina, mas que apesar disso, é um dos menos conhecidos por vastos setores da opinião pública mundial. Ainda nesta edição, destacam-se uma reportagem sobre o custo social, econômico e humano da agressão norte-americana contra a Nicarágua, uma matéria sobre as incertezas que cercam a realização de eleições na Libéria, e uma entrevista com o chanceler do Afeganistão, Sha Mohamed Dost.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribetiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 76
Março - 1985
Preço de Capa: Cr\$ 4.000,00
Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Depto. de Circulação, Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Civis Sema (Brasília)
Paulo Carneiro Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalé 1282 - 19 piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimaro Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200
telex 42720 CTM TE P

Representantes
Angola
Luís Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• *Edições em espanhol*
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyocacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Semp Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1478 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole at Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÃ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Savoylos de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, Managua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paraméa, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA: Con. Medien und Vertriebs GmbH, Osterstr 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

**Nova promoção
com mais opções
e brindes**

**Saiu
o guia do
terceiro mundo**

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo"
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000); B - Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 55.000); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000); B - Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 55.000); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000); B - Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 55.000); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:
De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$
() cheque nominal ou () vale postal - Ag. Central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 76, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante já assinante assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA DA IGREJA POPULAR NO BRASIL

Org. Neide Esterci

Formas coletivas de trabalho no campo estão em discussão neste livro. A questão envolve controvérsias teóricas e políticas, principalmente quando se analisa os processos de coletivização em grande escala, realizados por governos de esquerda. No livro, a discussão é a partir de experiências brasileiras, realizadas por setores da igreja, e que foram implantadas à revelia ou como forma de resistência a políticas governistas impopulares no campo. 158 pág.

E-50 Cr\$ 13.000,00



EM BUSCA DO OURO

Org. Gerônimo Albuquerque Rocha

Quem está ganhando com ouro no Brasil? Como se organiza o garimpo e a prospecção de ouro? O livro vem revelar o mapa da mina, mostrando a situação difícil dos garimpeiros e a ação dos grandes grupos econômicos e desnudando, a partir de uma perspectiva histórica, a conduta lesiva dos poderes públicos. 222 pág.

E-51 Cr\$ 16.500,00



APESAR DO BLOQUEIO - UM REPÓRTER CARIOCA EM CUBA

de Mário Augusto Jakobskind

"Mais do que revelar novidades sobre a ilha, este livro revela algo que deveria nos indignar: nós, sim, estamos bloqueados por terra, mar e ar pela rede de desinformação financiada e armada pelos Estados Unidos" (Henfil). "Não adianta tapar a boca, fechar os olhos e fazer barulho para que não ouçamos o que Cuba está fazendo. Os 'três macaquinhos' da censura não conseguem esconder a realidade cubana" (João Saldanha). 105 pág.

E-52 Cr\$ 8.000,00

- 6 **Cartas**
- 9 **Panorama Tricontinental**
- 18 **Editorial – Opep: Dez anos de vacas magras**
Matéria de Capa – Colômbia: A direita ameaça a trégua

22 Relatório sobre o processo de paz, *Horacio Verbitsky*
América Latina

- 33 Nicarágua: Os custos da guerra, *Carlos Pinto Santos*
 38 Uruguai: Do medo à esperança, *Roberto Remo*
 42 Chile: Pinochet cada vez mais isolado, *Eduardo Varela*
 45 Guatemala: A guerrilha reivindica a formação de uma frente ampla, *Gregorio Selser*
 49 Belize: Governo conservador assume o poder, *Horacio Castellanos Moya*
 52 Porto Rico: Novos rumos de uma antiga colônia, *Inês Maria Quiles e Homero Saltalamacchia*

África

- 56 Angola: O MPLA fixa as metas para 1985
 62 Moçambique: Pretória viola o acordo de Nkomati, *Etevaldo Hipólito*
 64 Libéria: O autoritarismo põe em dúvida as eleições, *Carlos Castilho*

Ásia

- 66 Afeganistão: “Somos e seremos sempre não-alinhados”, *José Monserrat Filho*

Mulher

- 70 A experiência sandinista, *Claudia Neiva*

Economia

- 73 América Latina: A pobreza se alastra
 76 Notas

- 78 **Livros do Terceiro Mundo**

Comunicação

- 80 Sakina versus Dallas, *Fátima Mernissi*
 86 Notas

Especial: Arte viva em Moçambique

- 88 Um modo de estar no mundo, *Mário Trindade*
 90 Psikhelekedana, o artesanato do sul, *Sol Carvalho*
 93 Os murais da revolução, *Albie Sachs e Sol Carvalho*

Cultura

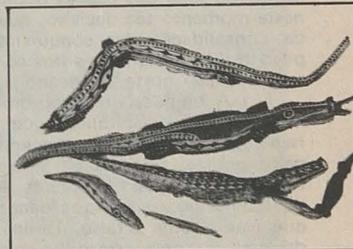
- 95 Notas
 96 **Humor: Vangelis Paulidis**



Samuel Doe:
autoritarismo na Libéria



Doris Tijerino,
comandante sandinista



A escultura moçambicana

Clube de Amigos

Estamos formando um clube de amigos, de vários cantos do mundo, cujo objetivo principal é o intercâmbio cultural entre os povos, principalmente os jovens, de costumes diversos, que buscam na troca de selos, cédulas, cartões postais, revistas e idéias, uma melhor compreensão entre os povos. (...) Solicitamos que os interessados enviem 35 selos comemorativos, carimbados ou não, e em troca enviaremos uma lista de sócios com endereço, idade, *hobby* e demais informações necessárias, além de inscrever o seu nome nas próximas listas. Atenciosamente,

André G. Figueiredo — Clube do Selo — C. P. 1013 — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000 — Brasil.

O apoio dos cristãos à Nicarágua

(...) Aproveito a oportunidade para cumprimentá-los pelas excelentes reportagens sobre a Nicarágua nos nºs 64 e 71, sobre a questão religiosa na América Central no nº 69 e sobre as relações entre o Vaticano e a Casa Branca. Estes artigos têm sido da maior importância para quem se preocupa com o posicionamento de setores influentes da igreja católica na Nicarágua frente à frágil mas promissora Revolução Sandinista. A Nicarágua é uma esperança viva para todo o Terceiro Mundo, não só em termos políticos mas também religiosos.

Penso que o problema da questão religiosa na Nicarágua não vem tanto da chamada "Igreja Popular", mas sim de setores da Igreja distanciados dos interesses vitais das classes populares. Se o povo nicaraguense está apoiando e defendendo heroicamente as conquistas da Revolução Sandinista, como demonstraram as recentes eleições diretas lá, somos levados a concluir que são alguns setores da igreja católica naquele país que não estão do lado das classes populares neste momento tão decisivo, que é o da consolidação das conquistas do povo frente às agressões dos *contras* e do "Golias" norte-americano.

(...) A burguesia montou uma armadilha para os católicos que fizeram uma clara opção preferencial pelos pobres: fidelidade à igreja ou fidelidade às classes populares. À luz do Evangelho, temos que denunciar que esse dilema é falso. Temos que desmascarar essa armadilha, mesmo que ela seja montada com o apoio de

irmãos nossos da mesma igreja.

(...) Sugiro aos *cadernos* que deem mais informações sobre o apoio que outras igrejas cristãs estão dando ao processo revolucionário da Nicarágua. Isso ajudaria muito a clarear essa questão tão delicada para nós católicos que, apesar de todos os avanços do Concílio Vaticano 2º, dos documentos de Medellín e de Puebla, temos ainda a lamentar a incapacidade atual de influentes setores da igreja católica de apoiar e aprofundar as conquistas revolucionárias do povo daquele país. Tal posicionamento tem permitido às classes dominantes continuarem manipulando ideologicamente a religião para conter o avanço político das classes populares. Infelizmente o nosso querido papa João Paulo 2º olha a realidade da Nicarágua como se fosse uma outra Polônia centro-americana.

Pe. Danilo S. Porto — Canguçu — RS — Brasil.

O guia 1985

Aos amigos de *cadernos do terceiro mundo*, felicitações pelo trabalho realizado no ano de 1984, especialmente pelo lançamento do *Guia do Terceiro Mundo*, uma fonte de pesquisa básica para os que desejam conhecer a realidade do subdesenvolvimento. Parabéns pelo décimo aniversário de *cadernos*. É realmente uma vitória manter uma publicação desse nível, que seja relativamente independente.

Luiz Antonio Borges — São Paulo — Brasil.

Mais sobre os nossos 10 anos

Quero expressar minhas sinceras felicitações pelos 10 anos de *cadernos* e desejar que se transformem em muitos anos mais. (...) A contribuição de vocês à causa dos oprimidos, expressa no trabalho de informar e tornar conhecidos os pensamentos e as idéias dos verdadeiros atores da história — contrariando os desígnios do imperialismo, que atua através das agências transnacionais de notícias e com a cumplicidade dos meios de comunicação locais — faz com que vocês tenham sobre os ombros uma grande responsabilidade. Isto é, a de criar uma consciência que se expresse em ação, para que com maior vigor e audácia, empregando todas as formas de luta, conquistemos a democracia e demos passos seguros no caminho do progresso econômico, social, cultural, etc.

Ontem foi Cuba, hoje Nicarágua,

Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil, breve, também o Chile, e um dia, não tão longínquo, será a vez do Paraguai. Países que já percorrem e percorrerão este caminho.

Creio, dessa forma, ter manifestado a minha opinião sobre os *cadernos*, revista que, apesar das severas medidas de censura impostas em vários países, conseguiu se tornar amplamente conhecida.

Gerardo Torres — Santiago — Chile.

A luta de Angola

Li o documento publicado por *cadernos* nº 73 referente às negociações de Angola com Washington e Pretória e quero exprimir minha simpatia e estima ao governo do presidente José Eduardo dos Santos e ao sofrido povo angolano. Como afirma o presidente ao escrever às Nações Unidas, são "cinco séculos de colonialismo, 14 anos de luta de independência e quase 10 de combates contra a agressão estrangeira e a subversão organizada". Táí um exemplo de luta e coragem ao resto do mundo (o Brasil tem muito que aprender com Angola).

Fico muito contente em presenciar as atitudes de países como Angola, Nicarágua, Índia, entre outros, que não aceitam a forma como os Estados Unidos e seus aliados/cúmplices tratam o resto do mundo, e dão o seu grito de independência. Sim, porque é justamente o governo encabeçado por Ronald Reagan, que tanto prega o combate ao terrorismo, (...) quem distribui, através da CIA, manuais terroristas na Nicarágua, financiam os *contras* naquele país, promovem o terror em Angola com o financiamento da Unita, via Pretória, etc.

Perguntamos então à República Imperial e ao seu Presidente/Imperador: por que se fala tanto em autodeterminação?

José P. Schayder — Cachoeiro de Itapemirim — ES — Brasil.

Leitor na Austrália

Em minha passagem rumo ao exílio na Austrália, vindo do Uruguai, tomei contato com *cadernos do terceiro mundo*. Tentei conseguir a revista em Sidney, mas até agora não foi possível. Agora me dirijo a vocês para que me enviem uma assinatura da edição em português, além do *Guia*. *cadernos* se tornou uma necessidade para mim, pois me traz uma informação cabal e séria sobre a política do Terceiro Mundo.

David E. Vifas — Ashfield — Austrália.

Carta do Mês

A resistência à guerra no Líbano

A guerra no Líbano prossegue e os soldados continuam a se recusar a prestar serviço no Líbano. O exército está utilizando cada vez mais reconvoções.

A medida em que a guerra prossegue, setores cada vez mais vastos da população mostram-se dispostos a apoiar ou a aceitar o direito de objeção de consciência. A publicação oficial da IDF — "Bamachane" — admitiu que 17% daqueles que acabaram de ser chamados para o serviço militar apóiam ou aceitam a objeção de consciência para prestarem serviço no Líbano. Em vista disso, as autoridades militares intensificam a severidade das punições.

Solicitamos o vosso apoio, especialmente no que se refere ao caso de Max Bloch, de Telavive, que está no momento cumprindo a sua terceira sentença numa prisão militar. Max (46 anos) nasceu na Bélgica. O seu pai foi morto num campo de concentração nazista; chegou a Israel em 1949. É formado em Física e trabalha como programador de computadores. Casado, tem um filho servindo no IDF e uma filha de oito anos.

Numa reunião da *Yesh Gvul*, em Telavive, depois de seu segundo período na prisão, Max declarou: "A princípio, não tinha consciência do que estava acontecendo em Israel. Acompanhei os outros. Parecia haver ataques terroristas no norte do país. No primeiro dia de guerra, fui mobilizado e procedi como sempre faço. Mais tarde começaram a surgir notícias acerca das nossas ações no Líbano: bombardeios de civis, interrogatórios, torturas e concentração de civis em campos. Senti-me relutante em participar de tais ações e comecei a me interessar pelas causas que conduziram a esta guerra. Compreendi que, contrariamente a outras guerras nas quais havia uma verdadeira ameaça de países vizinhos, (embora eu questione, hoje em dia, toda a nossa política desde 1948) não havia desta vez qualquer ameaça. Era uma guerra planejada por Sharon e outros, que estão ansiosos por levar a cabo toda espécie de ações militares.

"Fui julgado pela primeira vez em agosto de 84 e condenado a 14 dias de prisão. A segunda foi em fins de outubro, com uma condenação de 28 dias. Um oficial procurou me convencer a não me recusar a ir para o Líbano: 'Para que se meter em confusão?

Você irá para a prisão mil vezes. No exército, tem que se cumprir ordens. O que aconteceria se todos se recusassem a ir?", dizia-me. Respondi-lhe que se isso acontecesse, seria benéfico para todo o país.

"A prisão em si é uma coisa terrível, priva-nos da liberdade. A prisão salienta e reforça o problema da minha fé na sociedade em que eu vivo. No entanto, apesar do que tenho vi-

não me arrependo daquilo que fiz. Hoje, somos os opressores e, desse modo, a primeira coisa que temos a fazer é manifestar a nossa vontade de vivermos em paz com os palestinos e deixarmos de tratar o assunto através do uso da força. Temos de reconhecer o direito nacional dos palestinos à independência."

Em 29 de novembro passado, Max foi mandado para a prisão, pela terceira vez. Existe o perigo real das autoridades continuarem a incomodá-lo.

Pedimos, portanto, que se faça tudo o que for possível em prol de sua libertação. O que propomos são ações como, por exemplo, contatar a embaixada israelense de seu país, enviar petições ao embaixador israelense, bem como às delegações israelenses nas Nações Unidas, ao primeiro-ministro israelense a/c do Knesset, ao ministro da Defesa israelense. Atribuímos também uma importância especial a que se faça chegar esta informação aos meios de comunicação e à comunidade israelense.

Solidariedade,
Yesh Gvul — Caixa Postal 4172
— Telavive — Israel

P. S. Pouco antes de lhes enviar esta carta, fomos informados de que Eli Gozanski, de 22 anos, foi condenado a 14 dias de prisão. Esta é a sua quarta condenação à prisão. Um outro reservista, U. K. de Jerusalém, foi condenado também a 14 dias.



Manifestação do "Paz Agora" em Jerusalém

Silvano Azevedo



O corpo de um soldado israelense volta ao seu país: vitória?

Cartas

A capa de El Salvador

(...) Parabéns pela alta qualidade da matéria sobre El Salvador, capa do mês de dezembro: simples, objetiva e informativa. (...) De modo geral, os artigos dessa revista são altamente instrutivos. Sugiro uma outra matéria, como a que foi feita sobre El Salvador, em relação à nossa patriótica e sofrida Nicarágua (apesar de já terem sido publicados artigos sobre esse tema).

Santini Parrini — Serra — ES — Brasil.

A Nicarágua foi matéria de capa nos números 64 e 71. Mesmo assim, continuamos sempre a tratar dos problemas desse país que está no centro da luta latino-americana pela superação da dependência.

Trabalho de base na favela

(...) Dedico grande parte do meu tempo ao trabalho de comunidade eclesial de base na favela do Lagamar — favela histórica de Fortaleza — e à educação popular. Junto com um grupo, desenvolvemos também uma experiência parecida no bairro do Pirambu. Ambos, símbolos da pobreza e da desigualdade em Fortaleza e no Ceará.

(...) Observamos que a comunidade está amadurecida para a cidadania, para a participação política, a partir de um trabalho de motivação, lento, porém eficiente. A comunidade está se reunindo, se organizando em

quarteirões, formando associações de moradores, se mobilizando enfim.

A propósito, escrevi ao excelente "Jornal do País" elogiando as ótimas reportagens em torno do BNH, embora apontando a lacuna do enfoque sobre o pessoal mais pobre (lumpen).

Deixo aqui, por último, uma pergunta aos cadernos: o que podemos nós, intelectuais, jornalistas, pesquisadores, poetas, educadores, fazer para facilitar o crescimento das comunidades, que esbarra no domínio e monopólio dos meios de comunicação e do saber?

Vicente F. Pinho — Fortaleza — CE — Brasil.

"cadernos" e "Jornal do País"

Ainda em relação à revista histórica sobre os 10 anos de cadernos (setembro, nº 70), achamos muito interessante o depoimento do Neiva Moreira, sobretudo quando se refere ao contato com a revolução peruana e o presidente Velasco Alvarado. Achamos também que o "Jornal do País" está ocupando um lugar tão relevante na imprensa alternativa quanto esta revista. Aguardamos com muita expectativa a nova revista, "Terra Firme", sob a coordenação da socióloga Vânia Bambirra, e posteriormente uma publicação sobre Economia. Achamos que o suplemento brasileiro que será editado pelo professor Ruy Mauro acabará com as perguntas dos leitores mais inquietos sobre a

questão do Brasil em relação ao Terceiro Mundo. Sugerimos uma reportagem que aborde o trabalho que a Petróbrás está levando a cabo em Angola.

Fernando e Adriana — Petrópolis — RJ — Brasil.

Saúde mental do Terceiro Mundo

A Psicoterapia da Libertação é a primeira psicoterapia (terapia pela palavra) nascida no Terceiro Mundo e voltada para as maiorias oprimidas (principalmente negros, mulheres e crianças); daí o seu forte vínculo com a História, Antropologia, Sociologia, etc, e seu engajamento às causas dos povos emergentes. É evidente que nosso trabalho não ignora os avanços científicos realizados em outras partes do mundo, mas fundamentalmente preferimos criar e produzir conhecimento e também distribuí-lo obedecendo a uma ótica terceiro-mundista, considerando todo processo de exploração, colonização e neocolonização que sofremos há séculos! Diante do exposto, solicitamos a gentileza de divulgar o nosso endereço para correspondência, pois será de enorme utilidade para nós e pessoas ou instituições de saúde mental do Terceiro Mundo.

Dr. Dermeval Correa de Andrade — Centro Brasileiro de Pesquisa em Saúde Mental — Rua Gama Lobo, 1007 — Ipiranga — São Paulo — CEP: 04269 — Brasil.

Intercâmbio

- *Bárbara R. Herrera*
Lugareño nº 317/apto. 902
Camaguey — Cuba
- *Sebastião Vera Cruz*
Rua Dr. Pedro Vicente, 625
Canindé — CEP: 01.109 — São Paulo
SP — Brasil
- *Mario Rosaldo*
Madero 616 — 96.400 — Coatzacoalcos — Veracruz — México
- *Bernadita Astorga*
Casilla 356 — Correo Central
Valparaíso — Chile
- *Romildo Gastão da Silva*
Rua Rio Doce, 124 — IPSEP
Recife — PE — CEP: 50.000 — Brasil
- *José Pontes Schayder*
Rua Etelvina Vivácqua, 43 — Bairro
Nova Brasília — Cachoeiro de
Itapemirim — ES — CEP: 29.300
Brasil
- *Eunice de Cesaro*

- Rua da Liberdade, 228 — Centro
Coronel Vivida — PR — CEP: 85.550
Brasil
- *André Antônio Manuel*
C. P. Posta Restante dos Combatentes
Luanda — Angola
- *Rosana Barbosa*
Rua Desembargador Manuel Castelo
Branco, 2222 — Bairro Jockey Club
Teresina — PI — CEP: 64.000 — Brasil
- *Marcelo Eduardo Rebelatto*
Rua das Palmeiras, 26 — Araras — SP
CEP: 13.600 — Brasil
- *Bento Simão*
C. P. 1087 — Benguela — Angola
- *Luis Carlos da Rosa*
Rua Marechal Floriano Peixoto, 323
Bairro Berlim — Jaguariúna — SP
CEP: 13.820 — Brasil
- *Maria Cecília de Souza Rodrigues*
Rua Oswaldo Cruz, 366/apto. 11
Santos — SP — CEP: 11.100 — Brasil
- *Lúcio André*
Rua Dr. Mário Beni, 148/1º andar

- apto. 01 — Itanhaém — SP
CEP: 11.740 — Brasil
- *Oreivaldo Flor Carvalho*
Rua Angelo Mogiani, 364 — Bairro
Rio Branco — Caxias do Sul — RS
CEP: 95.100 — Brasil
- *André Antônio Maria*
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- *Leonor Marques*
Rua Dr. Mário Beni, 148/01
Itanhaém — SP — CEP: 11.740
Brasil
- *Nanci Isabel de C. Paes*
Rua Dr. Mário Beni, 148/apto. 04
Itanhaém — SP — CEP: 11.740
Brasil
- *Gadjay Choquisso F. (Djay)*
Escola Militar de Nampula
C. P. 338/1 — Nampula
Moçambique
- *Oscar Garcia de Rosa*
Apartado Postal 2270 — Las Delicias
Maracay 2102 A — Aragua
Venezuela

Oriente Médio: O recuo israelense

□ A decisão israelense de iniciar, em meados de fevereiro passado, a retirada das tropas que ocupam o sul do Líbano encobre um revés diplomático-militar e uma dura realidade econômica interna. Desde junho de 82, quando as tropas israelenses avançaram até Beirute, não foi alcançado o objetivo de neutralizar a oposição árabe e libanesa contra o expansionismo sionista. Quase todas as facções políticas, religiosas e militares, com exceção dos cristãos maronitas, mantiveram a resistência contra a ocupação israelense. E, nesses dois anos e oito meses decorridos desde os bombardeios de Beirute, o exército de Israel consumiu mais de três bilhões de dólares em recursos financeiros, num momento em que o país atravessou uma violenta crise interna, onde a inflação chegou a 1.500% ao ano, no final de 84.

O recuo israelense nestas cir-

cunstâncias, deixou de ser uma vitória como pretendiam os governantes de Telavive para ser recebido como um alívio pela maioria da opinião pública judaica já frustrada com a inflação, o desemprego e a recessão. A desilusão de importantes setores da população israelense em relação ao militarismo, deu força ao movimento "Paz Agora" e outros grupos pacifistas que reivindicam uma convivência normal com os vizinhos árabes e um acordo que anule as tensões do expansionismo. A extrema direita do movimento *Likud* foi parcialmente neutralizada pelo insucesso da invasão. Mesmo após a retirada dos guerrilheiros palestinos, os ataques contra as forças de ocupação continuaram, a ponto de nos últimos meses terem se registrado mais de 100 ataques contra as forças israelenses no Líbano.

A retirada anunciada pelo pri-

A retirada israelense depois do impasse na ocupação do Líbano



Chris Steele Perkins

meiro-ministro Shimon Peres é incondicional e aconteceu depois da reiterada negativa israelense em negociar um acordo que eliminasse, entre outras coisas, a continuação da presença das tropas de Telavive no sul do Líbano.

Shimon Peres, ao anunciar a retirada, deu a entender numa entrevista ao semanário norte-americano *Newsweek* que a violência no Líbano deve resurgir após a saída dos israelenses, tentando com isso afirmar que só a presença de tropas invasoras impedia o reinício da guerra civil libanesa. A mesma posição passou a ser adotada por vários jornais e governos europeus simpáticos a Israel. Mas, entre os dirigentes libaneses, existe a certeza de que os quase 40 mil soldados israelenses que participaram da invasão, na verdade, impediram que o país encontrasse uma solução para seus próprios problemas, ao sobrepor às divergências entre os vários grupos políticos, a presença esmagadora de uma tropa de ocupação.

É certo que Israel continuará apoiando as milícias cristãs maronitas e direitistas contra os grupos muçulmanos, o que não permite muitas esperanças de pacificação imediata. Mas o fracasso da ocupação que durou 32 meses, bem como a crise econômica interna, tornam pouco provável que Israel volte a se envolver numa nova aventura militar, o que pode dar chance a que os libaneses encontrem uma saída para a crise interna na qual o país está mergulhado há pelo menos 30 anos.

Bolívia: Inflação recorde e rumores de golpe de estado



O presidente Siles Zuazo

□ A brusca aceleração do processo inflacionário na Bolívia, que encerrou 1984 com um índice de 2.600%, colocou o país do altiplano andino não só em níveis que a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) definiu como os mais altos "na história econômica do continente", como dentro de parâmetros que não têm paralelo no resto do mundo.

Esse descontrole da inflação foi agravado pela forte emissão de moeda a que o governo recorreu como forma de fazer frente a compromissos assumidos com a Confederação Operária Boliviana (COB), depois da greve de novembro do ano passado. Recentemente, o Banco Central colocou na praça cédulas de 100 mil pesos bolivianos quando até uns meses atrás o maior valor era de apenas mil pesos. Em novembro de 1982, o dólar era comprado no mercado paralelo por pouco

mais de 200 pesos. No fim de 1984, estava em torno dos 50 mil e, em fevereiro passado, chegou a 170 mil pesos no mercado paralelo. Depois de reconhecer que a economia boliviana se encontra em um estado de desregramento, o ministro das Finanças declarou que o governo terá que levar avante um urgente "programa de estabilização econômica", cujo componente mais importante seria a indexação do valor dos depósitos com relação ao dólar. Para isso, o governo de Hernán Siles Zuazo contaria com um fundo financeiro de 60 milhões de dólares fornecido pelos Estados Unidos.

Nesse quadro, não é de se estranhar que La Paz se veja sacudida por rumores golpistas. A recente tentativa de rebelião do general Olvis Arias, ex-comandante-em-chefe do exército, pôs à prova a institucionalidade do país, num momento em que os

partidos políticos iniciam consultas para definir programas, negociar alianças e elaborar chapas visando às eleições presidenciais que se realizarão no próximo mês de junho.

Por ocasião da crise protagonizada por Arias, foi significativo comprovar que a solução do conflito se deu com a colocação do general López Leytón, de reconhecida trajetória civilista, no cargo que Arias ocupava.

Em meados de janeiro passado, além disso, foi denunciada outra tentativa golpista que deveria ser consumada por dois militares reformados, os quais encaçaram o frustrado golpe de estado de 30 de junho de 1984, que incluiu o sequestro, durante 11 horas, do presidente Hernán Siles Zuazo. A "arruaça golpista", segundo a denúncia oficial, devia produzir-se nas cidades de Santa Cruz e Cochabamba, segunda e terceira em importância do país, e seu propósito era criar um clima de instabilidade capaz de levar as forças armadas a assumir o governo.

Enquanto isso, os ex-presidentes Victor Paz Estenssoro e Hugo Bánzer já figuram como candidatos das opções eleitorais com chance de vitória. Com relação à candidatura Bánzer, existem temores de que — depois de um verão democrático tão curto quanto funesto — a direita possa apoiar-se nele para retomar as rédeas do país. O líder da direita Ação Democrática Nacionalista anunciou que, em caso de vitória, as bases de seu governo ficarão assentadas em uma "democracia forte" e na chamada economia social de mercado. Bánzer, que exerceu o poder pela força entre 1971 e 1978, foi derrotado pelo atual presidente Siles Zuazo nas eleições que levaram à instalação de um regime constitucional em outubro de 1982, depois de 18 anos de ditadura intercalados por breves períodos democráticos.

Nicarágua: A emergência econômica

Num de seus primeiros atos após assumir a presidência da República, o comandante Daniel Ortega anunciou a implantação de uma série de medidas econômicas destinadas a enfrentar a situação criada pela guerra na fronteira com Honduras e as manobras desestabilizadoras de grupos anti-sandinistas apoiados pelos Estados Unidos. Entre as medidas anunciadas, encontram-se a desvalorização de 100% na cotação da moeda nacional em relação ao dólar no câmbio oficial, a eliminação de subsídios para a alimentação, o congelamento dos orçamentos para Saúde, Educação e nas demais des-

pesas do governo para assistência social.

dores externos cerca de 900 milhões de dólares em juros. "Os preços baixos, as obrigações financeiras e os prejuízos econômicos provocados pelas agressões externas tiveram, como consequência direta, a escassez de divisas, o que se traduziu na necessidade de impor limitações na compra de matérias-primas, insumos, máquinas e peças de reposição", explicou Ortega. Mas, apesar disso, o chefe de governo da Nicarágua garantiu que a campanha de alfabetização não será interrompida e que também não haverá cortes no programa de saúde e na construção de rodovias essenciais para o país, já em



O presidente Daniel Ortega

execução. Apenas não haverá novos investimentos nesses setores, enquanto perdurar a situação de guerra.

O governo nicaraguense afirmou que, no momento, 40% dos gastos públicos se destinam à defesa do país, e deu como exemplo o fato de que para cada 100 pares de sapatos fabricados no país, 40 são botas para uso militar. E que em cada 100 litros de gasolina, 30 se destinam a viaturas militares. Ortega disse que até agora a Frente Sandinista, que governa a Nicarágua desde a derrubada da ditadura Somoza em 1979, manteve um sistema de créditos preferenciais aos

camponeses, ao mesmo tempo que foram perdoadas dívidas antigas de fazendeiros privados no valor de 700 milhões de dólares. Mas, diante da queda dos preços dos produtos básicos, como açúcar, o governo não pode mais manter os mesmos benefícios.

Os reajustes salariais serão mantidos como uma forma de preservar o poder de compra dos assalariados, mas haverá um rígido sistema de controle da distribuição para evitar que os especuladores se aproveitem da escassez de alguns produtos. Além disso, serão adotadas normas para que a inflação não supere os 40% registrados nos últimos meses. Não haverá importação de feijão e milho, da mesma forma que aumentarão os impostos sobre os ganhos dos empresários privados, tanto no comércio como na agricultura. Os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos já aprovaram as novas medidas econômicas de emergência.

Serra Leoa:
Eleições em junho

Os habitantes de Serra Leoa, na África ocidental, vão eleger um novo presidente da República no mês de junho próximo, conforme foi anunciado pela direção do partido único *All People's Congress* (APC - Congresso do Povo Unido). A data mais importante será no entanto em abril, quando o partido escolherá o seu candidato presidencial, que, uma vez anunciado, está praticamente eleito.

Serra Leoa: Eleições em junho

Os meios políticos de Serra Leoa esperam que o presidente Siaka Stevens, no poder desde 1968, não concorra à reeleição. Até agora o octogenário presidente mantém o mais absoluto silêncio e discreção sobre o seu provável herdeiro político. Os mais cotados continuam sendo o ministro das Finanças, Juso Sherieff, e os vice-presidentes Shorie Ibrahim Koroma e Francis Minah.

América Latina: As forças armadas não são apolíticas

□ Na América Latina, as forças armadas não são apolíticas, os militares democratas constituem exceção e a maioria dos exércitos mantém intacta sua dependência do Pentágono. Essas foram as conclusões mais importantes do seminário realizado no México com a participação de ex-militares de cinco países do continente. O encontro teve como tema central a figura e as idéias constitucionalistas do falecido general Carlos Prats, comandante-em-chefe do exército chileno e ministro do governo do também assassinado presidente Salvador Allende.

As análises do seminário se estenderam também à ação da maioria das forças armadas da região, particularmente do Cone Sul. O ex-tenente-coronel do exército do Chile, Efraín Jana

Girón — preso e expulso por não aderir ao golpe de Pinochet — fez um chamado a seus companheiros de armas para que abandonem sua política repressiva sobre o povo e contribuam para o retorno da democracia nesse país.

Por sua vez, Gerónimo Cardozo, ex-capitão da força aérea do Uruguai, referiu-se a Prats como "um verdadeiro militar que cumpriu com o seu dever de soldado", ao negar-se a participar do golpe de setembro de 1973. Contudo, acrescentou que "ser militar democrata, nacionalista e latino-americano, não é comum em países como o Chile, e o que deveria ser a regra é exceção".

Mostrando-se de acordo com um consenso do seminário, o ex-comandante da força aérea chilena, Ernesto Galaz Guzmán — que foi condenado à morte acu-

sado de "traição" por não ter se unido à rebelião militar —, afirmou que a nível regional "é um erro considerar os exércitos como apolíticos". Com relação aos exércitos de países como o Brasil, Argentina e Uruguai, onde aconteceu um retorno à democracia e foram eleitos governos civis, o ex-oficial declarou que, apesar disso, "os laços de controle, gravitação e dependência ideológica do Pentágono se mantêm tão vigentes como durante as ditaduras".

Para o ex-oficial da marinha argentina, Julio César Urien, "não podemos falar de defesa nacional na América Latina, quando as forças produtivas foram alienadas, quando não se garantem a saúde e o bem-estar dos povos, quando há injustiça social, quando existem conflitos entre irmãos. Para falar de defesa nacional é necessário assumir um projeto de libertação nacional que conceba e implemente em cada um de nossos países uma filosofia própria, sem nenhuma dominação internacional, por sua vez inserida em um projeto latino-americano de libertação".

A *détente* entre a Guiana e Venezuela

□ O governo da Venezuela convidou o ministro das Relações Exteriores da Guiana a visitar Caracas em data próxima, como parte da reaproximação entre os dois países após quase dois anos de uma violenta polémica diplomática por questões territoriais. O chanceler venezuelano, Isidro Morales, esteve em Georgetown, capital da Guiana, no começo de fevereiro, para discussões de alto nível sobre a normalização dos contatos entre os dois governos, que, nos últimos 20 anos, estiveram várias vezes à beira de um conflito militar.

A Venezuela reivindica uma

área de aproximadamente 160 mil quilômetros quadrados na região de Ezequibo, correspondente a cerca de 3/4 partes do território da Guiana, alegando que essas terras foram ocupadas à força pela Inglaterra. Em 1966, a Grã-Bretanha, a Guiana (na época recém-independente) e Venezuela decidiram resolver a questão limítrofe num prazo de quatro anos. Em 1970, as partes interessadas optaram por congelar o problema durante mais 12 anos mas, em 1982, o impasse continuou. A Guiana sugeriu que a disputa fosse levada à Corte de Justiça de Haia, mas a Venezuela recusou, propondo em vez disso

a mediação da ONU.

Depois da posse do presidente venezuelano, Jaime Lusinchi, começou um degelo diplomático que culminou com as recentes reuniões entre os chanceleres em Georgetown. Além do problema fronteiriço, os ministros Isidro Morales e Rashleigh Jackson abordaram questões econômicas, como intercâmbio comercial e troca de tecnologia. Depois das reuniões, os dois se mostraram otimistas mas se recusaram a revelar se houve uma mudança significativa de posições no que se refere à disputa limítrofe. O emissário especial da ONU que acompanha as negociações, Diego Cordovez, deve visitar Caracas e Georgetown ainda neste mês de março.

Nova Caledônia: A direita se rebela

□ A situação no arquipélago da Nova Caledônia tornou-se explosiva, outra vez, no final de fevereiro, quando grupos de extrema direita ligados a interesses coloniais franceses passaram a desafiar abertamente a posição do Alto Comissário Edgard Pisani, nomeado no final do ano passado pelo presidente François Mitterrand. Os colonos de origem francesa, liderados pelo extremista Jacques Lafleur, desafiaram o toque de recolher imposto por Pisani, logo depois que a Frente de Libertação Canaque (FLNKS), de tendência socialista, criou em dezembro de 84 um governo autônomo na Nova Caledônia, uma dependência colonial francesa na Ásia.

Os extremistas de direita ameaçaram matar o Alto Comissário, na tentativa de evitar que o governo de Paris leve adiante a sua decisão de realizar, nos próximos meses, um plebiscito entre os 145 mil habitantes do arquipélago para saber se eles querem ou não formar um estado independente associado à França. Os adeptos de Jacques Lafleur são contra qualquer alteração do status atual. Além de atacar o funcionário nomeado por Mitterrand, os extremistas de direita estão promovendo atos de terrorismo, como o assassinato de um importante dirigente da FLNKS, Eloy Machorro, ministro do Interior do governo autônomo dos canaques, que formam 49% da população do arquipélago (ver cadernos nº 72).

Coincidindo com o aumento das atividades terroristas da extrema direita da Nova Caledônia, a FLNKS realizou em meados de fevereiro passado um congresso com mil delegados de suas 32 células de base, com o objetivo

de intensificar a formação de milícias de autodefesa, bem como a promover "ações desestabilizadoras dos interesses coloniais". A resolução mostrou que os adeptos do governo autônomo estão dispostos a levar às últimas consequências sua luta contra a dominação colonial, o que aumentou a possibilidade de uma guerra civil no país.

Assembléia decidiram autorizar a demissão em massa de trabalhadores simpatizantes da FLNKS e reduziu drasticamente os impostos sobre os grandes interesses econômicos franceses estabelecidos na Nova Caledônia.

A economia do arquipélago foi violentamente atingida pelo conflito entre os nacionalistas e colonialistas, provocando a paralisação completa das minas de níquel e a interrupção do turismo estrangeiro, a principal fonte de riqueza do país. Quinze dos 17 hotéis para estrangeiros foram fechados desde janeiro. Há



O protesto dos nacionalistas canaques no enterro de Machorro

Com o crescimento da tensão, o governo francês resolveu aumentar o contingente militar na Nova Caledônia, enviando mais 200 pára-quadistas, o que elevou para sete mil o número de soldados franceses na ilha. A missão de Edgard Pisani ficou ainda mais difícil graças também à ação da chamada "direita constitucional", liderada pelo presidente da Assembléia Territorial, dominada pelos colonialistas. A revelia da orientação do Alto Comissário francês, os membros da

escassez generalizada de produtos alimentares importados, ao mesmo tempo que aumentou a emigração. Mais de 60% dos automóveis existentes no arquipélago estão parados por falta de gasolina. Jornais asiáticos afirmaram que a agitação deflagrada em fevereiro pelo grupo de Jacques Lafleur contou com o apoio material e político da extrema direita francesa, que, inclusive, enviou para a Nova Caledônia especialistas em sabotagem e franco-atiradores.

Jamaica: Crise econômica abala prestígio do governo

Segundo pesquisas recentes de opinião pública feitas na Jamaica, o primeiro-ministro Edward Seaga e seu Partido Trabalhista perderiam as eleições gerais caso elas fossem realizadas hoje. A violenta queda de prestígio de Seaga, eleito com 85% dos votos em 1980 mas que hoje teria apenas 42%, é uma consequência da aplicação do programa de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) desde o início do governo trabalhista na Jamaica.



Seaga perde popularidade por aplicar o programa do FMI

O ex-primeiro-ministro Michael Manley, líder do Partido Nacional Popular, voltaria ao poder, segundo as pesquisas, com 58% dos votos dos jamaicanos, menos de um ano e meio depois da realização de eleições gerais antecipadas, boicotadas pela oposição. Seaga controla hoje todo o Parlamento, mas sua impopularidade vem aumentando à medida que cresce o preço pago pela população para que o governo cumpra as metas do FMI.

No ano passado, mais de qua-

tro mil trabalhadores perderam seus empregos, ao mesmo tempo em que a inflação atingiu a cifra recorde de 35% e a moeda nacional foi desvalorizada em 70%. A recessão econômica provocada pelo governo atingiu o setor privado que ficou sem crédito e muitas empresas faliram. O programa de reconstrução econômica anunciado por Seaga em 1980 fracassou e, hoje, o governo se limita a dar incentivos apenas para a exportação. No setor habitacional, foram abandonados 21 dos 26 projetos elaborados pelo governo, aumentando o desemprego e o drama dos trabalhadores que ganharam reajustes salariais de apenas 15% no ano passado. No mês de abril, mais dois mil empregados públicos ficarão no desemprego, em consequência da desativação dos programas sociais e paralisação de obras públicas.

Este está sendo o preço pago pelos jamaicanos pelo novo acordo assinado entre Seaga e o FMI, no valor de 143 milhões de dólares. Para receber esse empréstimo, o governo de Kingston teve que limitar as despesas públicas pela metade, baixando de 15,4% do orçamento para 8,3%. Simultaneamente, houve uma elevação geral de impostos e a criação de taxas sobre serviços hospitalares que antes eram gratuitos em sua maioria.

O acúmulo de frustrações entre os assalariados explodiu em meados de janeiro passado, com uma série de protestos de rua que deixaram a capital virtualmente paralisada durante dois dias. Os manifestantes levantaram barricadas nas ruas, carros do governo foram incendiados e o aeroporto da cidade foi cercado pelos trabalhadores. Os protestos foram tão violentos

que várias lojas fecharam suas portas, enquanto a insatisfação se estendia à zona rural onde também aconteceram manifestações. A repressão do governo foi brutal, o que serviu para aumentar ainda mais a revolta dos sindicatos, grevistas, estudantes e também de importantes setores da classe média.

A oposição quer agora que o governo de Seaga antecipe as eleições gerais previstas para 89, como única forma de impedir uma explosão social de características imprevisíveis. Mas o dirigente do partido trabalhista se nega a atender as exigências do ex-primeiro-ministro Manley, confiando em que a ajuda do Banco Mundial e do governo de Ronald Reagan consiga salvar o seu programa econômico monetarista.

Outro golpe violento na já debilitada economia jamaicana foi dado em meados de fevereiro passado, pela transnacional Alcoa, que resolveu fechar as instalações para produção de alumínio nessa ilha do Caribe. A firma alega que os impostos cobrados pelo governo da Jamaica e a queda dos preços internacionais do alumínio tornaram anti-econômica a operação da gigantesca fábrica instalada na região central do país. Oitocentos dos 900 empregados da Alcoa na Jamaica perderão seus empregos. Nos últimos 10 anos, a produção da Alcoa caiu 30%, num período em que o governo passou a receber 187 milhões de dólares anuais com a elevação dos impostos. A decisão da empresa foi encarada como uma verdadeira chantagem para que o primeiro-ministro Seaga anule a cobrança dos impostos adicionais, já que a transnacional disse que a desativação completa de suas instalações só acontecerá dentro de cinco meses, período em que ela alegou que "vai estudar o mercado". Setenta por cento das divisas externas da Jamaica vêm da produção de alumínio.

Zimbábue: A oposição tenta complicar as eleições

□ O principal partido de oposição no Zimbábue começou a espalhar rumores de que o governo não terá outra alternativa senão adiar as eleições gerais marcadas para março e que serão as primeiras a ter lugar no país desde a independência em 1980. A União Popular Africana do Zimbábue (Zapu), liderada por Joshua Nkomo, afirma que o registro dos eleitores está sendo feito de forma muito apressada. Ao mesmo tempo, declarou que o atraso na escolha dos candidatos prejudicará a campanha eleitoral.

O governo, no entanto, afirma que apesar da escassez de tempo, as eleições não serão adiadas. Elas devem se realizar nos últimos dias de março, quando o primeiro-ministro Robert Mugabe espera obter uma maioria esmagadora de votos, capaz de dar à votação um caráter de plebiscito sobre a implantação do regime de partido único no Zimbábue. A Zapu e os políticos brancos são contra o partido único, que conta com o apoio da totalidade dos membros da União Nacional Africana do Zimbábue (Zanu), no poder, bem como de alguns setores da oposição.

Até o final de fevereiro, cerca de dois milhões e 300 mil zimbabueanos já haviam se registrado para votar, num total previsto de dois milhões e meio. A campanha eleitoral está sendo particularmente difícil na província de Matabele, no sul do país, onde adeptos de Joshua Nkomo e dissidentes da Zapu participam, desde 1982, de atentados e ações terroristas contra o governo.

Nas eleições de 1980, pouco antes da independência, a Zanu obteve a maioria absoluta dos



Robert Mugabe

votos. Nos últimos quatro anos, a oposição se desgastou com divisões e atritos internos, ao mesmo tempo que o primeiro-ministro Robert Mugabe passou a defender a criação de um partido único, como fórmula para tentar reunir todos os nacionalistas do Zimbábue no esforço para re-

construir o país e eliminar a ação desestabilizadora dos grupos militares dissidentes. A criação do partido único esbarra, no entanto, nos dispositivos do acordo de Lancaster House, através do qual ficou decidida a independência do país. O acordo negociado com a Inglaterra, ex-metrópole da antiga Rodésia, estabelece que a minoria branca terá 20 vagas no Parlamento até 1990.

Sem poder romper com a Constituição aprovada em Lancaster House, Mugabe tentará obter na votação de março próximo a maior soma possível de votos. Algumas fontes oficiais em Harare mencionam 80% dos votos ou mais, como o mínimo, capaz de dar ao próximo Parlamento as condições políticas para convocar um plebiscito que, segundo os estrategistas da Zanu, é o único recurso possível para alterar a Constituição, mesmo enfrentando a oposição dos ingleses e da influente elite empresarial branca no Zimbábue.

Namíbia: O preço da traição

Uma investigação realizada pela Conferência de Bispos Católicos da África do Sul revelou que o comando do exército branco racista está pagando até dez mil dólares para quem capturar um comandante guerrilheiro da Swapo, o movimento de libertação nacional que luta pela independência da Namíbia. O informe revela também que o comando militar sul-africano elaborou uma verdadeira tabela de preços para capturas e informações sobre a Swapo. Assim, quem entregar um dirigente político intermediário da guerrilha recebe cinco mil dólares, enquanto um combatente comum vale mil dólares, pagos em dinheiro a quem fizer a captura. Além disso, o exército sul-africano, que tem cerca de 50 mil homens nes-

sa ex-colônia alemã, paga 500 dólares por informações sobre deslocamento de tropas da Swapo e 100 dólares pela localização de minas terrestres.

O sistema de pagamento de informações ou capturas dentro da Namíbia já está em vigor há pelo menos quatro anos e nunca foi confirmado oficialmente pelos chefes militares sul-africanos. Mas a pesquisa feita pela Conferência de Bispos Católicos comprovou o pagamento das recompensas, graças aos testemunhos de soldados brancos, missionários e até mesmo de pessoas que denunciaram militantes da Swapo dentro do território da Namíbia. O relatório dos bispos revelou que apesar do alto preço pago, tem diminuído nos últimos meses o número de denúncias e traições entre a população negra da Namíbia.

Coréia do Sul: cresce a oposição política ao regime militar

□ O agitado retorno do exílio de Kim Dae Jung dinamizou o Partido Democrático da Nova Coréia (PDNC) de tal modo que, com apenas um mês de fundação, tornou-se a segunda força política da Coréia do Sul. Analisados os resultados das eleições legislativas parciais de 12 de fevereiro, onde se disputaram 184 assentos, o PDNC obteve 47 cadeiras enquanto que o Partido da Justiça Democrática, liderado pelo atual presidente, general Chun Doo Kwan, ficou com 88. O outro grupo de oposição mais moderada, o Partido Democrático Coreano, foi relegado para uma terceira posição, com 24 cadeiras.

Com sua casa cercada por um muro de cinco metros de altura e por mais de 400 policiais, Kim Dae Jung, impedido de votar, considerou o pleito eleitoral como "um espetáculo de *show business* para fazer crer que vivemos em uma democracia". Na realidade, de acordo com as nor-

mas do atual regime, das 276 cadeiras parlamentares, só 184 são ocupadas por sufrágio universal. As restantes 92 são distribuídas dando dois-terços ao partido mais votado e o restante aos demais, de forma proporcional aos seus votos. Nas eleições de 1981, o partido de Chun conseguiu 53% das cadeiras no Parlamento com apenas 35,6% dos votos.

Nessa ocasião, o partido situacionista também não perdeu a maioria parlamentar, mas o resultado mostra um significativo avanço da nova oposição democrática: o PDNC superou amplamente as 20 cadeiras de que necessitava como mínimo para sua legalização como partido, e o PSD diminuiu sua maioria para menos de 100 cadeiras, em lugar das 153 que detinha antes.

As maciças demonstrações de adesão recebidas por Kim em seu regresso a Seul, quatro dias antes das eleições, já indicavam a enorme expectativa popular, que finalmente se traduziu em um

Um século de colonialismo em debate

Mais de 80 historiadores, cientistas e pesquisadores sociais de toda a África estarão reunidos em Brazzaville, capital da República do Congo, no final deste mês de março, para fazer uma avaliação dos efeitos da Conferência de Berlim, concluída em fevereiro de 1885 e que dividiu o continente africano entre as potências coloniais da época. O encontro será patrocinado pelo Ministério da Cultura e das Artes do Congo, em colaboração com a Unesco e a Sociedade Africana da Cultura.

Os organizadores afirmam que não será uma mera comemora-

ção dos 100 anos da partilha, mas um julgamento dos efeitos da imposição de fronteiras, da divisão de povos e da implantação da tutela branca sobre os africanos. A Conferência de Berlim esteve reunida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, com a participação de 15 governos europeus mais os Estados Unidos. A reunião das potências coloniais do século passado foi a responsável direta pela divisão do continente africano segundo os interesses metropolitanos, sem levar em conta a existência de civilizações negras muito antigas e que foram artificialmente fracionadas por fronteiras estabelecidas no Velho Mundo.

comparecimento às urnas de 84% dos 24 milhões de eleitores, a maior cifra nos últimos 25 anos e 6% superior à registrada em 1981.

Além de Kim, existem outros 15 políticos com seus direitos proscritos até 1988, quando termina o mandato do presidente Chun. Embora sem poderem ser candidatos, os dois principais líderes de oposição, Kim Dae Jung e Kim Young Sam, constituíram uma frente política que se traduziu no PDNC. A estratégia defendida por eles era obter um maior espaço no Parlamento para continuar a luta de oposição ao regime do general Chun.

Kim Dae Jung disputou as eleições presidenciais de 1971 com o general Park Chung Hee, que tinha toda a máquina estatal em suas mãos, e apesar disso obteve 45% dos votos. Assassinado Park, em 1979, Kim se lançou de novo à luta pela presidência, mas o general Chun Doo Kwan deu um golpe de estado e cancelou as eleições que estavam previstas. A sangrenta rebelião que se seguiu ao golpe em Kwangju, a cidade natal de Kim, foi derrotada a sangue e fogo, morrendo centenas de pessoas. Kim foi acusado de "estimular a revolta" e condenado à morte. Chun assumiu a presidência através de eleições sem que surgissem rivais.

Por pressões internacionais, a pena de Kim foi comutada para a de prisão perpétua e, posteriormente, para 20 anos de prisão. Depois de dois anos, foi libertado por motivo de saúde e partiu para o exílio nos Estados Unidos, onde exerceu uma cátedra na Universidade de Harvard. Ao voltar à sua pátria a 8 de fevereiro passado, foi acompanhado por uma delegação de legisladores norte-americanos e integrantes de organizações defensoras dos direitos humanos, como precaução para que não se repetisse o trágico retorno do líder filipino Benigno Aquino, assassinado em Manila.

África do Sul: Aumenta a crise econômica

□ O governo sul-africano será obrigado em breve a adotar restrições cambiais e reduzir as importações, em consequência da aceleração da deterioração da economia nacional, provocada pela contínua queda dos preços do ouro bem como pela elevação dos gastos públicos com defesa e segurança. Em meados de janeiro passado, o governo de Pretória foi obrigado a elevar para 22,7% a taxa de juros depois que a cotação da moeda nacional, o *rand*, continuou em queda, por causa da baixa do preço do ouro.

Especialistas financeiros europeus acreditam que o ouro, responsável pela maior parte das divisas sul-africanas, deve continuar em baixa no mercado internacional, podendo no máximo chegar a 330 dólares por onça-peso. No ano passado, a cotação já era baixa e oscilou em torno dos 360 dólares por onça. Com a desvalorização do metal, a situação da moeda sul-africana entrou em crise. Hoje, o *rand* vale metade do que valia há um ano.

Com isso, surgiram uma série de consequências negativas na economia do *apartheid*. Os bancos passaram a pressionar pelo aumento das taxas de juros com o objetivo de conseguirem atrair depositantes. Mas, ao mesmo tempo, o crédito se tornou mais caro porque todos os empréstimos bancários passaram a ter taxas elevadíssimas. As restrições de crédito provocaram a redução da atividade industrial e uma fuga dos principais investidores em direção ao dólar norte-americano. As manobras especulativas levaram o governo a alterar a forma de pagamento das empresas mineradoras, que até recentemente recebiam em dólares tudo

o que exportavam. A partir de agora, metade do pagamento será feito no desvalorizado *rand*.

A conjugação queda do ouro/baixa do *rand* gerou o aumento do déficit na balança comercial com o exterior, já que as impor-

tações de petróleo e de armas são feitas em moeda norte-americana. Assim, nos meios econômicos de Joanesburgo circulam rumores de que será quase inevitável a adoção de restrições às importações de produtos para consumo da classe média branca. Mas, mais importante do que isso, parece ser a repercussão da crise na situação militar. No ano passado, a África do Sul gastou quase um bilhão e meio de dólares com a guerra na Namíbia.



A revolta negra contra a crise econômica

O Mossad no Sri Lanka

As forças armadas do Sri Lanka estariam recebendo treinamento militar e abastecimento logístico de Israel através de assessores pertencentes ao serviço secreto judeu, o *Mossad*. A denúncia foi feita pelo movimento de libertação da minoria tamil, durante uma visita à Índia. Appillai Amirthalingam disse que os agentes do *Mossad* contratados pelo governo do Sri Lanka estão no país há vários meses e estão usando as mesmas técnicas empregadas para reprimir as populações árabes residentes nos territórios ocupados na Cisjordânia.

Os tamis do Sri Lanka lutam pela autonomia da parte norte do país alegando perseguições políticas, étnicas e econômicas. Nas últimas semanas, cerca de 50 mil tamis teriam sido retirados de suas terras por forças do governo com o objetivo de neutralizar o movimento separatista, que conta com as simpatias da Índia. A Frente de Libertação dos Tamis está se preparando para intensificar a luta armada contra o governo do Sri Lanka, que impôs uma rígida censura à imprensa de Colombo, sobre todo o noticiário envolvendo as reivindicações dos grupos separatistas.

Opep

Os anos das vacas magras

As dificuldades que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) enfrentou no último triênio indicam que chegou ao fim uma etapa da economia mundial caracterizada pelo incessante aumento da demanda de petróleo. Essa tendência ascendente, que foi praticamente paralela à expansão da indústria petrolífera desde o seu surgimento, em meados do século passado, conheceu uma aceleração depois da 2ª guerra mundial.

O petróleo barato e abundante do pós-guerra foi, na realidade, uma das chaves do "milagre" econômico que favoreceu a Europa e o Japão, mas que, ao mesmo tempo, criou uma certa dependência do aparelho industrial em relação a essa matéria-prima vital. Isso permitiu a um pequeno grupo de países subdesenvolvidos, que coordenavam seus interesses setoriais na Opep — fundada em 1960 — e possuíam dois-terços das reservas mundiais de petróleo, controlar o mercado a partir do lado da oferta e, consequentemente, determinar os preços de venda de seu produto.

Como é mais do que conhecido, em outubro de 1973, a Opep decidiu unilateralmente fazer um grande aumento do preço e em dezembro do mesmo ano, um outro ainda maior. Foi a primeira vez que um grupo de exportadores de matérias-primas arrancou das mãos dos países industrializados e do oligopólio das empresas transnacionais o controle do mercado.

Essa capacidade de fixar as cotações e, em menor medida, a disponibilidade quantitativa da oferta durou uma década. Em março de 1983, confrontados com uma demanda em declínio,

os 13 países membros da organização se viram obrigados ao primeiro rebaixamento do preço do barril de referência (do petróleo árabe leve), que caiu de 34 para 29 dólares. Ao mesmo tempo, reafirmaram a política restritiva da oferta que tinham adotado previamente, que consistia num teto produtivo de 17,5 milhões de barris diários no conjunto.

Tão severas medidas não foram suficientes. Durante os dois anos seguintes, se tornaram necessários novos cortes na cota da Opep, que caiu para 16 milhões de barris diários. Por último, a Conferência de ministros da organização decidiu por um segundo rebaixamento de quase meio dólar em 30 de janeiro passado.

O controle dos preços por parte da Opep nos anos posteriores a 1973 foi eficaz, mas o elevado custo do petróleo deu lugar a um leque de políticas e de processos econômicos orientados no sentido de neutralizá-lo.

Essas políticas só se manifestariam no início dos anos 80, pois antes a curva da demanda se mantinha em ascensão. O ápice foi em 1979, quando o consumo mundial marcou o recorde de 62,6 milhões de barris diários, dos quais a metade (mais exatamente, 49,3% do total, equivalentes a 30,9 milhões de barris) proveio da Opep. Nesse mesmo ano, se registraram cotações sem precedentes no mercado "livre", chegando a pouco mais de 40 dólares por barril. Depois, sobreveio a recessão mundial e, julgando a situação com os parâmetros vigentes até então, os analistas coincidiram em prever que uma vez ocorresse a recuperação econômica, a demanda voltaria a crescer e fortaleceria os preços

de maneira parecida à do período 1973/79. Mas não foi isso que aconteceu. A recessão desta década tem sido a mais profunda e prolongada desde o pós-guerra e, com certeza, influenciou enormemente a queda do consumo de energia.

Porém, nos Estados Unidos — a “locomotiva” do sistema capitalista — a recessão acabou em 1983 e abriu caminho a uma fase expansiva no segundo semestre. Nas demais potências industrializadas (exceto o Japão), a recuperação demorou mais e foi menos pronunciada.

Entretanto, em 1984, o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos cresceu em mais de 6%, o Japão alcançou uma cifra parecida e as principais potências ocidentais oscilaram entre 2 e 3%. (Os países capitalistas industrializados absorvem cerca de 60% da produção mundial de petróleo e por isso são determinantes. O consumo total do Terceiro Mundo, com dois-terços da população mundial, conta com menos de 20%). No norte do planeta, contudo, a demanda se manteve baixa e a colocação de petróleo da Opep nas praças caiu ainda mais. Durante a conferência de janeiro, fontes da organização calcularam que a produção conjunta tinha caído para 14 milhões de barris, isto é, dois milhões abaixo do teto que se havia estabelecido para manter os preços oficiais. Para deixar claro que se fossem válidos hoje em dia os esquemas da década passada, a demanda estaria crescendo e os preços firmes, observemos outros fatores. Em todo esse período, a guerra Irã-Iraque prosseguiu e com ela a retirada da maior parte da oferta potencial de dois dos maiores produtores mundiais. O último inverno no hemisfério norte, que é ciclicamente a estação de maior demanda de combustível, foi particularmente severo e devemos ainda acrescentar a prolongada greve dos mineiros do carvão na Grã-Bretanha. Se, apesar da soma desses fatores que deveriam favorecer a Opep, o mercado ainda assim lhe foi adverso, isso significa que o peso de elementos novos foi maior, a saber:

Primeiro, a entrada no mercado de novos produtores que por não estarem sujeitos à disciplina de preços da organização oferecem seu petróleo em condições competitivas. Isso significa que os recém-chegados tiram mercados da Opep na proporção de suas ofertas. Não se trata, porém, somente de vantagens econômicas, mas também de políticas deliberadas das potências do Norte no sentido de atenuar a sua dependência em relação à Opep. Dessa forma, a Opep, que em 1978 contribuía com 65% da produção mundial, em 1982 caiu para 48,3%. Esse processo tem se aprofundado até o ponto em que se prevê que no primeiro semestre de 1985 sua contribuição cairá para 40%.

Segundo, a substituição de petróleo por gás e carvão. No amplo espectro da energia, a participação do petróleo chegava a 75,3% em 1973, a do gás a 10,2% e a dos combustíveis sólidos a 7,3%. Em 1984, as respectivas participações eram calculadas em 59,6, 18,8 e 10,1%. O alto preço do petróleo pesou preponderantemente na modificação dessa tendência.

Terceiro, a introdução de múltiplas tecnologias de poupança de energia. Por exemplo: já existem automóveis que percorrem mais de 25 quilômetros com um litro de gasolina. Assim, nos Estados Unidos, o consumo médio dos carros diminuiu em 30% em dez anos. Poupanças parecidas são observadas na calefação doméstica.

Os custos reais dos produtos petrolíferos utilizados na indústria química norte-americana se reduziram na última década de 10,3 para 3,5% do custo total, e na indústria siderúrgica de 9,8 para 2,1%.

Essas modernas tecnologias vão se aperfeiçoando e se expandindo em todos os países industrializados, de maneira que é previsível que se consigam progressos sucessivos. Por outro lado, a extensão de sua aplicação prosseguirá nos próximos anos. Tomemos como exemplo o caso dos automóveis. Só uma parte do atual parque automobilístico

conta com os sistemas de poupança de energia. A sua renovação gradual verá, por um lado, aumentar a porcentagem de unidades com sistema de poupança e ao mesmo tempo surgirão tecnologias ainda mais eficazes, para cujo desenvolvimento se destinaram grandes investimentos.

Quarto, os elementos descritos em segundo e terceiro lugar, somados às políticas oficiais das potências importadoras e à modificação de hábitos dos consumidores, impulsionaram um importante processo: a reversão da tendência a um elevado consumo de energia por unidade de produto nos 24 países (capitalistas industrializados) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Aquele processo era a base da contínua expansão da demanda desde o pós-guerra até a década anterior. Na OCDE, essa relação entre o consumo energético e a produção baixou de 0,815 em 1979 para 0,696 em 1983.

Observa-se, portanto, que esse período foi marcado pelo aparecimento de importantes concorrentes da Opep e por modificações estruturais no sistema produtivo. Não estamos, pois, diante de uma variação conjuntural que se segue às oscilações do ciclo econômico, mas perante mudanças profundas e de longa duração. A resposta da Opep tem consistido em uma esforçada redução da oferta e, sob esse ponto de vista, evidenciou uma elasticidade extraordinária. Em janeiro de 1985, a produção conjunta era apenas 43,4% da de 1979, o que dá uma idéia da redução da receita dos países membros provocada por esta vultosa retirada.

As variações conjunturais da demanda, assim como a capacidade de autocontrole da oferta da Opep dirão se a organização conseguirá manter suas cotações a curto prazo, ou se terá que recorrer a posteriores cortes nos preços e na produção. Mas é difícil imaginar que, nos próximos anos, possa se registrar algo mais do que variações em um ou outro sentido.

Os antecedentes mencionados sugerem que na atual década a Opep terá um papel internacional de menor importância que no decênio passado e que sua receita média será inferior à obtida no período 1973/1979.

Há, porém, fatores que em dado momento poderiam contrabalançar a tendência assinalada. Uma queda muito brusca dos preços tornaria antieconômicas as jazidas cuja extração exija elevados investimentos — como as do mar do Norte, do Alaska e outras — mas não afetaria as da Opep, que oferecem a vantagem comparativa de um baixo custo de extração. Ao mesmo tempo, tornaria antieconômicos os investimentos em fontes alternativas ao petróleo.

Por outro lado, os países do Norte estão explorando suas próprias reservas a um ritmo acelerado, sem encontrar novas jazidas. O esgotamento progressivo das reservas também implica custos de extração crescentes. Há, além disso, países da Opep que realizaram fortes investimentos na industrialização do petróleo, no setor de refinação e no petroquímico. Especialmente neste último, a parte da produção de petróleo que se destina à transformação se converte em produtos que, pelo escasso custo da matéria-prima, competem vantajosamente com as indústrias das nações avançadas. É por isso que, em razão das vantagens naturais dos países da Opep, cabe imaginar que o retrocesso da posição da organização não continuaria por muito tempo mais sem desencadear processos que a médio prazo a colocariam em uma relação de forças favorável no mercado. E se lançarmos o olhar para mais longe ainda, depois desta década, cabe supor que na falta de uma sequência de descobertas de jazidas gigantescas na área da OCDE ou de prodigiosas inovações tecnológicas, especialmente no campo das fontes alternativas de energia, os países exportadores, ou pelo menos os que tenham maiores reservas, farão prevalecer no mercado seu privilegiado patrimônio natural.



Cenas do Bogotazo: um levante popular (1948) provocado pelo assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán

Matéria de capa

Colômbia

A direita ameaça a trégua

Governo e guerrilha se preparam para viver em 1985 uma experiência inédita na história da Colômbia: tentar, através do diálogo, impedir que a guerra se torne uma realidade inexorável num país onde a violência é histórica. Mas, apesar da boa vontade demonstrada pelos dois lados até agora, aumentaram as evidências de que a extrema direita e os militares golpistas estão dispostos a boicotar a trégua acertada em 84 entre o governo e os três mais importantes movimentos guerrilheiros da Colômbia. É a primeira vez, desde 1959, que um governo latino-americano e forças irregulares que o combatem concordaram em negociar a paz. Essa boa notícia demonstra que nem sequer a crise econômica, que na Colômbia é tão séria

quanto no resto da América Latina, inibe a busca de soluções criativas que diminuam o sofrimento popular.

A importância dessa decisão levou a extrema direita colombiana a tentar recentemente boicotar a trégua e impedir que os movimentos guerrilheiros se transformem em partidos políticos capazes de disputar as eleições presidenciais de 86.

O nosso correspondente em Buenos Aires, Horacio Verbitsky esteve há pouco em Bogotá, onde conversou com os principais protagonistas deste processo que pode ter repercursões em todo o continente e que também está sendo classificado como "uma nova proeza do realismo mágico em Macondo".

Relatório sobre o processo de paz

Um retrospecto histórico da guerrilha colombiana, com uma análise do atual momento político feita pelo comandante Navarro Wolf, um dos líderes do M-19

Horacio Verbitsky



Eliécer Gaitán, ferido de morte, agoniza junto aos seus companheiros

De Bolívar
a Rojas Pinilla

A violência na Colômbia é mais velha que a República. A árvore do desencontro nacional produziu no século passado o amargo fruto de nove guerras civis e sua raiz mais profunda é a crueldade com que Bolívar e os espanhóis se atacaram na "guerra de morte". A república conservadora, de fazendeiros ricos, camponeses miseráveis e bispos hábeis em

“ Não é gratuito que o personagem literário nacional da Colômbia seja o coronel Aureliano Buendía, que travou 32 guerras e as perdeu todas”, diz a jornalista Laura Restrepo, integrante da Comissão de Paz que negociou os acordos com as Farc, com o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL) e as Autodefesas Operárias (ADO). Também não é casual que para se referir à vida e à morte os colombianos recorram vez por outra a Gabriel García Márquez, o único ídolo nacional. “Isto é Macondo”, dizem para explicar o inexplicável, isto é, o cotidiano. Em Macondo, sobreveio a paz, outro prodígio que deve ficar por conta do realismo mágico.

conciá-los, entrou em crise na década de 20 deste século. O presidente liberal Adolfo López Pumarejo iniciou, nos anos 30, as reformas capitalistas, com industrialização dependente, investimentos estrangeiros e sindicalização operária. Quando as massas se mobilizaram na década de 40, o caudilho populista Jorge Eliecer Gaitán, com a sua oratória de pequeno-burguês progressista, produziu a divisão liberal, sobre a qual os conservadores recuperaram o poder. Seu assassinato fez explodir o *bogotazo*,¹ e o conservador Laureano Gómez, *El mons-*

¹ *Bogotazo* é o nome com que passou à história a explosão de violência popular que tomou a capital colombiana durante vários dias em 1948 e que deu início a uma verdadeira guerra civil que durou mais de 10 anos.

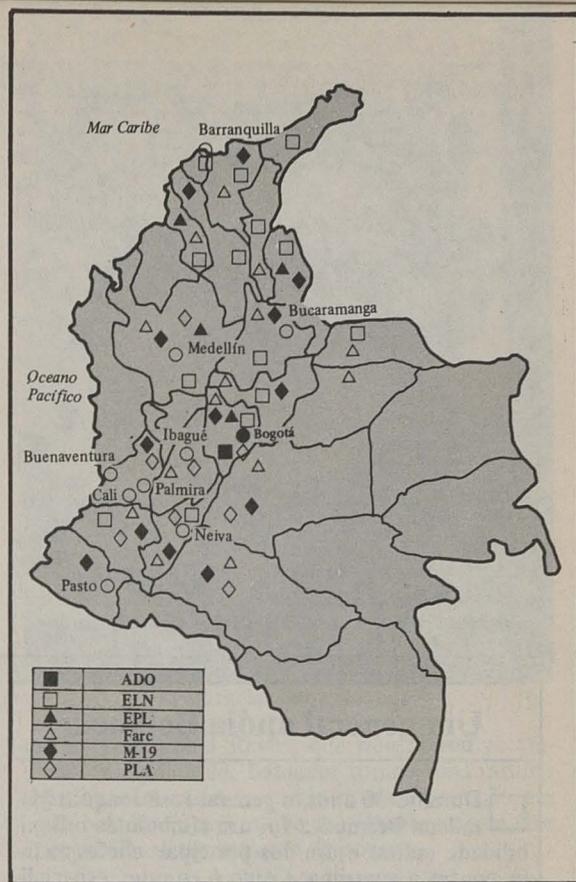
truo, quis governar a Colômbia como Franco a Espanha. Em 1953, foi substituído pelo ditador Gustavo Rojas Pinilla, diante de cujo projeto peronista, a classe política superou os rancores entre liberais e conservadores, que entre 1946 e 1958 provocaram 300 mil mortes. A memória de todo colombiano, sua literatura e sua incipiente cinematografia estão cheias de corpos decapitados, ventres abertos que esguicham tripas amareladas, vinganças sem fim, êxodos e pranto.

O pacto entre Laureano Gómez e o liberal Alberto Lleras Camargo, que os colombianos conhecem como a Frente Nacional, garantiu a alternância de ambos os partidos na presidência entre 1958 e 1974, em períodos de quatro anos. As velhas guerrilhas liberais, dizimadas por Rojas Pinilla depois de uma trégua em que entregaram suas armas, se radicalizaram. Em 1954 haviam formado as Farc, que cinco anos depois receberam a influência ideológica cubana. Hoje têm 27 frentes que vão cobrindo o país como manchas de leopardo. O M-19, que nasceu como uma cisão radical da Anapo (Aliança Nacional Popular) em 1970, quando o já septuagenário Rojas Pinilla teve sua vitória impedida pela fraude eleitoral e se recusou a convocar a mobilização do povo, procura criar poucas porém fortes colunas móveis, o rudimento de um exército.

De Turbay a Belisario

“Em 1981, o presidente liberal Julio César Turbay Ayala ofereceu uma rendição humilhante com entrega de armas, que chamou anistia”, diz o chefe do Comando de Diálogo do M-19, Antonio Navarro Wolf. Os guerrilheiros iniciaram uma nova campanha militar, que culminou com o disparo de morteiros contra o palácio presidencial e logo divulgaram sua contraproposta: anistia geral sem condições, fim do estado de sítio e diálogo nacional.

Eleito em 1982, o conservador Belisario Betancur “compreendeu que o extermínio não era o caminho da paz”, explica a **cadernos do terceiro mundo** o presidente da Comissão Pacificadora designada por Belisario, John Agudelo Ríos. “Ele enviou ao Congresso uma lei de anistia que perdou, inclusive contra a sua vontade, todos os colombianos que tivessem cometido delitos contra as instituições. Milhares de colombianos foram perdoados, o que gerou ótimas condições para o diálogo. O presidente criou então uma comissão de paz, que eu presido, integrada por 40 pessoas, na qual cabem todos os matizes do posicionamento político colombiano. Aí estão conservadores, liberais, comunistas, socialistas, advogados, economistas, mulheres, jornalistas, sacerdotes, ex-militares, é um mostruário do país, já que todos devem



Com 1.138.914 km² de superfície, a Colômbia é atravessada de sul a norte pela Cordilheira dos Andes, dividida em três ramos: ocidental, central e oriental. Em 1980, sua população chegava a mais de 27 milhões de habitantes de origem indígena, africana e européia, mescladas. No mapa acima, podemos localizar (dados de setembro de 1984, fornecidos pelo Ministério de Defesa) os redutos das principais forças guerrilheiras que operam no país

contribuir para chegarmos à paz”.

Já Navarro Wolf admite que foi “uma anistia ampla, que tirou do cárcere 300 combatentes, com a exceção dos que cometeram o que o governo chama de assassinatos fora de combate. O efeito prático foi excluir os comandantes das Farc, acusados de uma operação de duas décadas atrás em que morreram civis, e alguns comandantes da ADO, a quem se acusa pela execução de um ex-ministro em Bogotá. O governo tentou fazer crer ao país que essa anistia era a paz. Em um banquete realizado no Hotel Tequendama com enorme repercussão publicitária, Belisario afirmou que já havia concedido tudo o que era possível. Traçou uma linha e disse que não daria um passo a mais. Era o modelo venezuelano”.



Crianças em Bogotá festejam a assinatura dos acordos

Mas na Venezuela a guerra havia terminado antes com a derrota da guerrilha.

— E aqui não. Por isso aquele projeto foi insuficiente. Não estávamos derrotados, nem havíamos derrotado o governo. Não estávamos na situação da Venezuela, nem da Nicarágua. Não era suficiente que nos perdoassem nossos supostos pecados e nos dessem permissão para sair à rua, direito que já possuíamos antes de chegar à luta armada. Era necessário convocar o país para um diálogo nacional para encontrar um novo caminho de transformações políticas, econômicas e sociais.

Essa situação de equilíbrio militar em que nenhum grupo podia se impor, e que ao longo de três décadas havia provocado tantas baixas, fixava as condições objetivas para uma negociação. Belisario elaborou as subjetivas com virtuosismo: incentivou a criação do grupo de Contadora que conteve a intervenção norte-americana na Nicarágua e em El Salvador, ingressou no Movimento de Países Não-Alinhados, reivindicou a unidade dos devedores latino-americanos diante dos bancos credores

Um general apóia Betancur

□ Durante 30 anos, o general José Joaquín Matallana Bermúdez foi um símbolo da inflexibilidade militar e um dos principais chefes na luta contra a guerrilha. Como é comum, especializou-se na Argentina, no Panamá e em Washington. Seu maior orgulho é uma carta de 1972, na qual os chefes das Farc dizem que nenhum militar os combateu com maior dureza, mas sempre de forma limpa e humanitária e à frente de suas tropas, que não cometeram abusos contra a população civil, o que na Colômbia equivale a um milagre leigo.

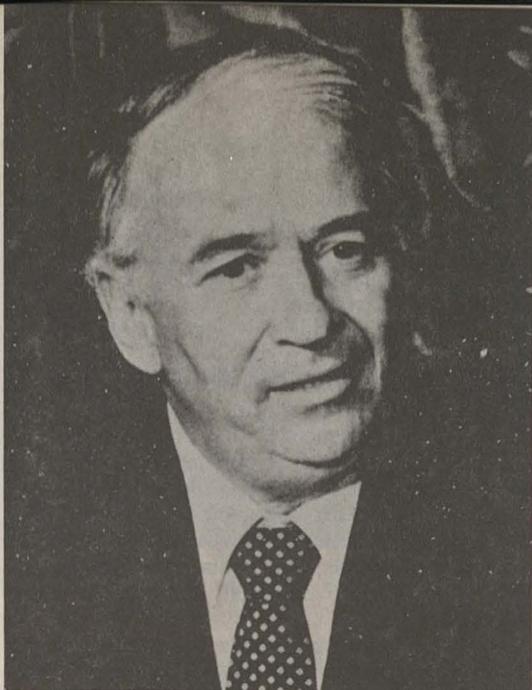
Já reformado do serviço ativo, é o chefe militar que mais decididamente se pronunciou em favor do processo de paz. “Na situação atual do país, escreveu ele em seu livro *Alternativa del 84, paz o guerra*, nem a força pública sozinha pode liquidar com o problema da violência revolucionária, nem os grupos armados que buscam o poder podem conseguir isso pela força. Impõe-se, pois, uma solução basicamente política ao problema, como o governo do presidente Betancur Cuartas está tentando fazer”.

Na sua opinião, “no continente, está em andamento uma diplomacia paralela, civil e militar, com base na Doutrina da Segurança Nacional, estruturada pelos Estados Unidos com a participação ativa dos governos ditatoriais militares do Cone Sul do continente. Para países como a Co-

lômbia, essa doutrina impulsionada ao longo das conferências de comandantes de exércitos, marinhas e de forças aéreas de todo o continente é perigosa, já que põe os militares a deliberar sobre seus sistemas políticos e sobre o tratamento que se deve dar à subversão, com idéias e procedimentos alheios à nossa idiosincrasia e tradições, sem levar em consideração as diferenças substanciais entre cada regime político e cada situação. Não parece lógico que com uma mesma doutrina se procure defender um governo democrático e uma ditadura que exerce o poder sem sujeitar-se a nenhuma norma jurídica”.

Matallana Bermúdez é o inspirador de um “Apelo cívico pela paz e pelas reformas”, no qual diz que “os pontos sobre os quais os grupos armados pleitearam a volta à atividade pacífica nos campos da política e do trabalho não significam nenhuma revolução, nem mesmo uma guinada em direção a reformas socializantes de novas instituições, mas sim simplesmente uma maior amplidão democrática e um estado de direito mais autêntico”.

Esse manifesto reivindica uma reforma política que elimine o sistema que permite “só aos partidos tradicionais compartilhar o poder, o que fez com que a oposição desaparecesse, oposição essa que é o fator fundamental de toda democracia”; a supressão do estado de sítio permanente; a reforma agrária “inspirada no princípio constitucional da função social da propriedade”; e a reforma urbana, que “comece eliminando a especulação com o solo”.



Camera Press



Carlos Angell/Gamma

Belisário: apontando o caminho da pacificação

Turbay: iniciativa corajosa

no Consenso de Cartagena, ofereceu-se como mediador entre o governo e a guerrilha salvadorenhos.

Jornalista, poeta, humanista, boêmio, amigo de pintores e escritores, o chefe do Partido Conservador, que sempre tinha ocupado a direita do espectro político, se colocou desde o primeiro dia de governo à esquerda do Partido Liberal, ao qual arrebatou boa parte de suas bandeiras. Frente à guerrilha, tomou a iniciativa com surpreendente audácia política. Os guerrilheiros se sentiam à vontade com Turbay, a quem enviavam propostas de paz que só eram respondidas com bala. Belisario, ao contrário, apontou-lhes um caminho para a pacificação, que pôs em crise a legitimidade dos irregulares.

O encontro em Madri

Em novembro de 1983, Belisario se reuniu em Madri com os líderes do M-19, em um encontro secreto que se chegasse antes ao conhecimento da imprensa poderia não ter acontecido, diante do previsível veto militar, e cuja iniciativa cada uma das partes atribui à outra.

“Ele nos disse claramente, aqui eu ganho, porque começo a avançar no processo de paz, mas vocês também, porque ganham legitimidade”, lembra Antonio Navarro Wolf.

Belisario e a guerrilha ganharam algo mais. A apresentação ao país de um fato consumado provocou as iras do ministro de Defesa, general Fer-

nando Landázabal Reyes, que questionou abertamente a negociação. Betancur tomou uma atitude drástica e o mandou ruminar sua frustração em casa, o único lugar em que os militares reformados compartilham alguma cota de poder.

O sucessor de Landázabal Reyes, general Gustavo Matamoros, também não via com bons olhos um processo que para a direita recalcitrante equivale à bolchevização da Colômbia, mas depois de ver queimadas as barbas de Landázabal, pôs as suas de molho e se comportou com mais prudência. Matamoros, fiel partidário da política de paz de Betancur, morreu no dia 5 de janeiro passado, de câncer, aos 56 anos de idade, tendo sido substituído pelo general Miguel Vega Uribe.

Era um típico militar formado nos princípios da segurança nacional, mas entendeu as regras do jogo político que Belisario propõe. Quando duas dezenas de legisladores, entre eles muitos situacionistas, o convidaram para o café da manhã, como parte de um projeto golpista, se absteve de participar, e em vez disso alertou o presidente, que denunciou os conspiradores. Na lista de licenças, promoções e reformas do fim do ano de 1984, congelou os “falcões”, consolidando a política de pacificação.

Contudo, não se devem descartar os conflitos em torno do tema mais discutido da negociação: a aceitação por parte do governo de que os guerrilheiros não entreguem suas armas durante o ano de trégua (ver quadro).

Entre os guerrilheiros também não faltaram contradições. A 28 de março de 1984, as Farc receberam em seu acampamento na selva de La Uribe, os negociadores do governo, e assinaram um *Acordo para assegurar a paz nacional*, de onze pontos, apesar da discordância do M-19 que pretendia levar adiante a negociação com o governo de forma conjunta com as Farc.

O líder das Farc é Manuel Marulanda Vélez, que segundo alguns é o nome de guerra de Pedro Antonio Marín, e segundo outros uma encarnação de *Tirofijo* ("Tiro certo"). É conhecido indistintamente por qualquer um dos três nomes e se distingue por ser o único colombiano que ignora, ou finge ignorar, que essa última denominação se deve à sua legendária pontaria. É um camponês de 53 anos, na luta armada há 36, responsável máximo pelos dez mil guerrilheiros das Farc e membro do Comitê Central do Partido Comunista da Colômbia (PCC), assim como seu lugar-tenente Jacobo Arenas, o ideólogo da montanha. Porém, quem afirmar com tanta clareza essa relação entre o PCC e as Farc, que nenhum colombiano ignora, desafiará as iras do octogenário líder comunista

Gilberto Vieyra, que conduz o partido há meio século.

O acordo de onze pontos firmado em La Uribe estabeleceu que quando uma Comissão Fiscalizadora, também presidida por Agudelo Ríos, comprovasse a suspensão real dos conflitos armados, se iniciaria uma trégua de um ano, durante a qual as Farc se organizariam "política, econômica e socialmente". Isso ocorreu em fins do ano passado, de modo que a trégua deve vigorar até dezembro de 1985.

Ambas as partes suspenderam as hostilidades desde 28 de maio do ano passado e o governo declarou no documento de La Uribe sua vontade de empreender reformas políticas (garantias para a oposição, eleição popular de prefeitos, nova lei eleitoral, acesso aos meios de informação), econômicas (reforma agrária) e sociais (melhorar a educação, a saúde, a moradia, o emprego e facilitar a organização comunal, camponesa, cooperativa e sindical).

"Não se negociou ali nada que não fizesse parte do programa presidencial de Betancur", esclarece Agudelo Ríos, ex-ministro do Trabalho que,

O M-19 dá prioridade às grandes cidades

□ O M-19 resolveu dar prioridade ao trabalho político nas grandes cidades, diferentemente das Farc, que se concentram em suas frentes rurais. As cidades escolhidas pelo M-19 para tentar a mobilização do povo são: Cali, Bogotá, Barranquilla, Medellín, Bucaramanga, Ibagué e Neiva.

Segundo seus dirigentes, neste período, o trabalho em bairros é mais efetivo do que a tarefa classista. Seus ativistas também atuam nas frentes estudantil, camponesa e sindical.

A experiência anterior do M-19 leva-o a considerar que o trabalho de classe é eficaz, mas lento no plano da mobilização, e dada a urgência criada pelo prazo da trégua por um ano, optaram pelo trabalho territorial, onde atingem também os operários, mas não enquanto proletários e sim como habitantes de um bairro.

Cem militantes saídos da estrutura clandestina guerrilheira levam avante essa tarefa de ativismo legal. Enquanto cadernos do terceiro mundo entrevistava Antonio Navarro Wolf, dois militantes do M-19 foram detidos por estarem distribuindo leite num bairro. A reportagem foi interrompida dez vezes, por chamadas telefônicas para delegacias, funcionários e jornalistas, até

que os detidos recuperassem sua liberdade. Isso dá uma idéia das dificuldades da conversão à atividade legal.

O M-19 aplica ao trabalho político a imaginação que o tornou famoso em suas operações militares, desde que se apoderou da espada de Bolívar em diante. No carnaval de Barranquilla, dança-se um ritmo que se chama a *guacherna*, denominação derivada de *guacho*, homem do povo. Nessa cidade à beira do Caribe, o M-19 mobiliza até 25 mil pessoas convocando-as pelos bairros com tambores e tochas à noite, em atos aos quais dão o nome de *aguachernas*, um jogo de palavras entre o ritmo tradicional e a reivindicação dos moradores das áreas carentes para obterem serviço de água potável. Na fria e serrana Bogotá, organizam festivais com violeiros. Em Cali, onde a lama cobre tudo na época das chuvas, o M-19 dirigiu a marcha dos pés enlameados: os manifestantes chegaram com os pés especialmente enlameados até o interior do Palácio Municipal, para que os funcionários vissem as condições em que vivem cotidianamente.

Além dessas formas de mobilização atípicas, o M-19 também está usando, na medida de suas possibilidades, os meios de comunicação de massas, com uma linguagem tranquila e um discurso comedido, que procura tranquilizar as pessoas e, assim, contrabalançar a mensagem da direita que tenta criar inquietação, acenando com o fantasma da subversão.



A assinatura do acordo entre o M-19 e o governo provocou o júbilo popular

com paciência episcopal, foi desfazendo prevenções até chegar ao acordo.

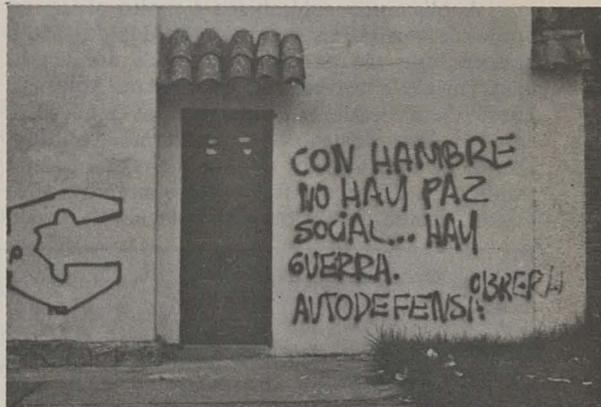
Poderia se dizer que o acordo de La Uribe é uma busca de ampliação da base política presidencial, para impor essas reformas contra setores de seu próprio partido e do outro partido tradicional?

— Não creio. O que La Uribe expressa é um consenso nacional sobre esses assuntos, que se acha nos dois partidos tradicionais. A reforma política, a reforma agrária, a reforma urbana, o pleno emprego, são aspirações de toda a institucionalidade da nação.

Pode se afirmar que o presidente deduziu que a rigidez do sistema político e econômico era perigosa para a sua estabilidade e que sua permanência exigia a reforma e uma maior flexibilidade?

— Podemos nos confundir se não explicarmos antes que a Colômbia, ao contrário dos demais países americanos, viveu 160 anos sob um rígido bipartidarismo. Temos sido de impressionante fidelidade aos partidos conservador e liberal. Mas nos últimos dez anos surgiram expressões novas, um Partido Comunista que tem cem mil votos, um partido socialista, há democratas-cristãos, socialdemocratas, um novo pluralismo político que requer a abertura democrática para se expressarem com os mesmos direitos e obrigações que os partidos tradicionais.

O acordo de La Uribe também esclareceu que só “as forças institucionais do Estado” defenderiam a ordem pública, ressalva imprescindível para tranquilizar os carrancudos militares. O texto promete por último, uma vez restabelecida a paz, “perdão e esquecimento”, ou seja, indulto para os que não se beneficiaram com a anistia de 1982.



Diálogo Nacional

Quando se assinou o acordo de La Uribe com as Farc, sem incluir o Diálogo Nacional que o M-19 reclamava desde 1981, os guerrilheiros nacionalistas redobram sua atividade militar. Ocuparam Florencia, a capital do departamento de Caquetá, e Yumbo, o mais importante centro industrial do ocidente colombiano, a 15 minutos de Cali. Em agosto, finalmente, também o M-19 e o EPL assinaram acordos de cessar-fogo com a Comissão Agudelo, em Corinto e Hobo, onde ocorreram imponentes manifestações de júbilo popular.

Engenheiro, 36 anos, especializado na Grã-Bretanha, Antonio Navarro Wolf abandonou uma posição de elite para juntar-se ao M-19. Magérrimo, altíssimo, de pele corada e olhos alucinados, com alguns anos a mais e uma boa barba, poderia representar uma imagem perfeita do Quixote. Número 4 do M-19, é também líder do seu Comando

Nacional de Diálogo. Dentre as surpresas de Macondo consta que Navarro Wolf tenha instalado seu alojamento e a sede de seu Comando de Diálogo nas luxuosas Residências Tequendama, no centro de Bogotá, que pertencem às forças armadas.

“O acordo que assinamos em Corinto é melhor do que o de La Uribe”, diz Navarro Wolf. “Firmamos os mesmos compromissos que as Farc mas, em troca, o governo se comprometeu a convocar um grande Diálogo Nacional sobre reformas políticas, econômicas e sociais, que é muito mais que uma expressão subjetiva de sua vontade”.

Desde a vitória de Fidel Castro em Cuba, todas as guerras americanas terminaram com a derrota ou o aniquilamento militar de um grupo: o somo-zismo na Nicarágua, as guerrilhas no restante dos casos. Qual é a lógica da burguesia e qual a do M-19 que conduzem a esta inovação, que tanta influência pode ter no resto do continente?

— A oligarquia colombiana é muito capaz, ao ponto de manter os mesmos partidos do século passado, que são os instrumentos de dominação mais antigos e estáveis do continente. Aqui não houve nem sequer movimentos de renovação, como o Apra peruano ou o peronismo argentino. Diante da luta armada revolucionária, a primeira resposta da oligarquia foi tentar o aniquilamento militar. Diante do seu fracasso e devido ao avanço

da guerrilha para o centro do país e para as grandes cidades, começou a buscar mecanismos políticos para nos derrotar. Frente a Turbay e sua doutrina da segurança nacional, nós tínhamos a iniciativa. Belisario a recuperou para a oligarquia com seu plano de paz, que faz parte de uma tentativa mais inteligente de nos derrotar politicamente.

Segundo sua exposição, tanto Turbay como Betancur são expressões da mesma oligarquia.

— Claro.

Não representam setores diferenciados? Vocês não fazem uma análise de classes sociais para ver o que cada um representa?

— Talvez sim. Turbay representa um projeto político e econômico de grande concentração financeira. Belisario, ao contrário, diante do fracasso do neoliberalismo e da grande burguesia financeira, se apóia em outros setores da burguesia colombiana, em setores industriais com um novo projeto político. Enquanto controla o setor financeiro especulativo, apóia setores nacionais mais produtivos.

Essa é a lógica da burguesia e de Belisario para buscar a paz. E vocês?

— Nossa proposta dos três pontos era de caráter tático. Belisario se apropria dela e trata de mudar as regras do jogo. Em um processo revolucionário

Os desaparecidos

□ Segundo o procurador geral da República colombiana, general Carlos Jiménez Gómez, os desaparecidos no país são 150 e segundo o Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, são 325, entre 1981 e 1984. Qualquer que seja a cifra que se aceite, está claro que a sinistra metodologia aplicada no Vietnã e na Argentina, no Peru e no Chile, também se instalou na Colômbia, com sua poderosa carga corruptora.

Em fevereiro de 1983, o procurador geral tinha revelado os nomes de 163 pessoas envolvidas nas atividades do grupo ilegal “Morte aos Sequestradores” (MAS), que na Colômbia se diz ser financiado por grandes criadores de gado. Nessa lista que comoveu o país, havia 59 militares da ativa. Os mais conhecidos eram os coronéis Darío Velandia Hurtado e Emilio Gil Bermúdez, além dos majores Alejandro Alvarez Hebao e Carlos Meléndez Boada.

Num comunicado, que ele assinou junto com os sete juízes de instrução que investigaram o caso, o procurador Jiménez afirmou que a ação correspondia à justiça comum, devido à natureza dos delitos.

No entanto, o Tribunal Disciplinar atribuiu a competência à justiça militar, onde em quase dois anos não ocorreram novidades. No final de 1984, o procurador Jiménez divulgou um relatório em que ratificou que o desaparecimento de pessoas podia ser atribuído a “elementos a serviço dos aparelhos de segurança do Estado e, concretamente, da polícia e do exército nacional”. No entanto, acrescentou que isso se deveu à “inoperância dos meios de controle e vigilância” e não a “uma política das organizações armadas do Estado”. O procurador opinou que os fatos denunciados não comprometiam moralmente as instituições e que nunca foram aprovados por seus comandos nem pelas autoridades da nação, e recomendou intensificar os controles para evitar esses atos de “livre iniciativa, autonomia e prepotência”.

Também incriminou o MAS e acrescentou que sua denúncia pública de fevereiro de 1983 tinha “cortado uma das raízes do mal, a dessa aparên-



Familiares de desaparecidos: exigindo novas averiguações para esclarecer os fatos

rio, a legitimidade sempre tem que estar em mãos dos revolucionários. Para promover esse processo, é vital que os grandes setores nacionais percebam que temos razão, e que se lutamos com as armas pela transformação da Colômbia, é porque não nos deixam outro caminho. Lutamos contra o estado de sítio, o estatuto de segurança, os presos políticos e por uma solução negociada. Agora que há um governo que diz aceitar, devemos pressioná-lo através da mobilização democrática para afirmar essa mudança na correlação de forças e fazê-lo ceder mais terreno. Se as transformações concre-

tas não forem obtidas pela via pacífica, seguramente ressurgirá a luta armada, mas com uma nova e reforçada legitimidade.

A opinião do negociador do Governo

Doutor Agudelo Ríos, os militares e outros setores de direita fizeram objeções a que a guerrilha conserve suas armas durante a trégua.

— O ideal teria sido uma paz com entrega de armas, mas para eles equivalia a uma rendição e não aceitaram. Tivemos que correr o risco. Quem

cia de apoio institucional a que devia sua fachada de estrutura nacional”. No entanto, afirmou que a decisão do Tribunal Disciplinar, ao declarar a competência dos tribunais militares, “significou elevar esse tipo de delinquência em ‘ato de serviço’”. Disse também que dessa forma se reforçou a “mentalidade de justiça privada que ainda persiste”.

Nesse segundo relatório, Jiménez também responsabilizou os “bandos guerrilheiros” por desaparecimentos em áreas rurais e os atacou pela imposição de tributos forçados a criadores de gado e agricultores. Para ele, carecem de autoridade moral para falar em direitos humanos.

A Associação de Familiares de Desaparecidos qualificou de incompleto o segundo relatório da Procuradoria, e exigiu novas averiguações para esclarecer os fatos. O Comitê Permanente pelos Direitos Humanos entregou uma lista com 325 desaparecidos, com nome, sobrenome, data e circunstância. Em seu relatório de 1984, a Anistia Internacional mencionou o desaparecimento de pelo menos 80 prisioneiros em 1983, a aplicação de torturas e, pelo menos, 300 execuções clandestinas “que parecem ser realizadas como polí-

tica por alguns setores do exército colombiano”.

O ministro da Justiça, Enrique Parejo González, garantiu que o Estado procuraria a aplicação das penas mais severas aos responsáveis por assassinatos. “Se os responsáveis estão ou estavam investidos de autoridade, é lógico que as penas têm que ser ainda mais severas. Nenhuma tolerância cabe diante do delito. Mas muito menos com relação às formas de delinquência que comprometem seriamente a retidão com que devem atuar as autoridades que estão instituídas exatamente para proteger a vida das pessoas e não para sacrificá-las, mesmo que seja com o pretexto de estar servindo aos interesses da comunidade”.

Dias depois de divulgar seu segundo relatório, a Procuradoria recebeu o depoimento de Florentino Osorio Salinas, sobrevivente de um fuzilamento clandestino ocorrido em 1981 em Caquetá. Guiados por ele, os funcionários da Procuradoria desenterraram os restos de quatro pessoas executadas por forças militares.

O procurador, com a ajuda da Anistia Internacional e dos organismos de direitos humanos, organizou jornadas de escavação que permitiram encontrar nove outros cadáveres.

não arrisca não petisca. Mas não é certo que lhes seja permitido conservá-las, inclusive foram aumentadas as penas por porte de armas. Fiquem com elas, mas escondam-nas, dissemos a eles.

A grave situação econômica, que se reflete em uma redução dos investimentos públicos, não é um obstáculo perigoso para a consolidação do processo de paz? Como serão financiadas as reformas estipuladas?

— É um obstáculo, mas não perigoso. A característica do processo revolucionário da Colômbia é que não é formado por *montoneros*, mas por gente da Universidade. Nos grupos armados há muitos médicos, advogados, sociólogos, filósofos, economistas, veterinários. Não é difícil para um grupo

intelectual tão gabaritado entender que não podemos passar dos 160 anos de subdesenvolvimento para o desenvolvimento em um ano e por amor à paz. Sabem que estamos iniciando um caminho e que existem grandes dificuldades.

Resta a Belisario um ano e meio de mandato. A paz continuará com Alvaro Gómez, o filho de Laureano², ou com os candidatos liberais Virgilo Barco ou J. Emilio Valderrama, que não apóiam esse processo?

² Laureano Gómez, um dos líderes conservadores, foi eleito presidente em 1949, governando um período de sangrenta agitação política. Foi deposto em 1953, por um golpe militar encabeçado por Rojas Pinilla.

A plataforma das Farc

As Farc enviaram das montanhas uma carta a Belisario Betancur e ao Parlamento, em cujos 18 pontos expõem sua plataforma de abertura democrática e reforma política para lançar um movimento político nacional. Em síntese, as Farc e outros partidos e movimentos de esquerda encabeçarão a luta de massas visando: 1) Retorno ao debate civilizado e à abertura democrática, com livre exercício da oposição e acesso aos meios de comunicação. 2) Reforma das práticas políticas, para que nos assuntos do governo participem as grandes maiorias nacionais e não apenas os velhos partidos tradicionais.

3, 4, 5 e 6) Reforma eleitoral, para que os partidos com menos de um milhão de votos obtenham representação, as minorias tenham participação no aparelho burocrático do Estado, prefeitos e governadores surjam da eleição popular, e o município "seja elevado à categoria de célula viva da Nação".

7) A Reforma Agrária Democrática que deveria entregar "gratuitamente a terra aos camponeses que não a possuem, com base na confiscação dos grandes latifúndios improdutivos... O governo prestará ajuda técnica e mecanização aos camponeses para a exploração adequada das unidades econômicas". Os bancos darão empréstimos a juros baixos e prazos longos, e haverá subvenções para o trigo e outros produtos que enfrentam a concorrência de países altamente industrializados, como os Estados Unidos.

8) Lei de Reforma Urbana que inclua um plano nacional de construção de moradias a preços de custo, com prestações que não passem de 15%

dos honorários ou salários dos usuários.

9) Controle de preços com participação das donas-de-casa e sindicatos.

10 e 11) Abolição do IVA e redução de 50% para os pequenos proprietários dos impostos patrimonial, predial e de renda.

12) Reforma do ensino, com participação estudantil na condução de universidades e colégios, maior orçamento por conta do atual gasto militar e educação totalmente estatal e gratuita.

13) Reforma judicial. A justiça militar não poderá julgar os civis.

14) Reforma da Constituição de 1886, que deve dar lugar a outra moderna e democrática.

15) Mobilização de massas para nacionalizar as empresas e companhias estrangeiras, os bancos, o sistema financeiro, a Federação dos Produtores de Café e o transporte. Salários ajustáveis pelo custo de vida e redução de 40% nas tarifas dos serviços públicos.

16) Aplicação do programa agrário das Farc aprovado em 1964.

17) Política internacional sem ingerência do imperialismo ianque nem da doutrina norte-americana da segurança.

18) Pleno exercício das liberdades políticas e sindicais, supressão dos esquadrões da morte de inspiração mafiosa com comando e financiamento militar; retorno das tropas aos seus quartéis; ministro de defesa civil; redução do orçamento militar; desmilitarização da vida colombiana; democratização das forças armadas; indenização às vítimas da violência; julgamento dos torturadores e assassinos; prestação de contas sobre os desaparecidos; banimento da teoria da segurança que "converteu o Chile, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e quase todos os países da América do Sul e Central em pântanos de sangue".

— A guerra não termina como o futebol, com um apito e ao chuveiro. É um processo longo, e Belisario jogou todo o seu prestígio pela paz. Cada vez há mais gente convicta disso. Percorri o país e ouvi o povo. Um candidato que não se comprometa com a paz não será eleito. Há coisas irrefreáveis, que estão além da vontade individual.

(Navarro Wolf também constata que o diálogo está ultrapassando as fronteiras partidárias e produzindo um realinhamento de forças. “Cremos — diz ele — que o fim do bipartidarismo chegou. Isso não quer dizer que os partidos conservador e liberal devam desaparecer. Mas já não podem ser as únicas opções. O artigo 120 da Constituição de 1957, que estabeleceu o pacto entre os partidos

E então?

— Para nós, o fundamental é aprofundar o Diálogo Nacional. Você sabe que na Colômbia só 50% do eleitorado votam. Desses 50%, cerca de 30 ou 35% correspondem às máquinas partidárias, e 15 ou 20% não pertencem aos partidos tradicionais e só votam por convicção democrática. Nossa intenção é trabalhar sobre esses 15 ou 20% não-vinculados aos partidos tradicionais e sobre setores abstencionistas, desenvolvendo as reivindicações de melhorias econômicas e sociais inadiáveis. E se, uma vez concluído o Diálogo Nacional, o Parlamento se negar a transformar em leis o que tiver sido estabelecido por acordo, pressionaremos então através da mobilização popular para que se realize um plebiscito.



Marcelo Montecino



"El Tiempo"

**Carabineiros colombianos:
a repressão que amedrontou o povo**

**A participação eleitoral
na Colômbia só é de 50% do eleitorado**

tradicionais, também determinou que só liberais ou conservadores podem ser empregados públicos. Isso já é insustentável na Colômbia de hoje”.)

Mas a reforma deveria ser feita pelo próprio Congresso. Você acredita que os dois partidos não o harakiri no Parlamento?

— Esse é o grande problema. Nós respeitamos a obrigação do Parlamento de legislar, sempre que o faça com eficiência e rapidez sobre os temas do Diálogo Nacional. Mas, no fundo, sabemos que não o fará, porque há um espólio de dois milhões de empregos públicos de que nem os conservadores nem os liberais querem abrir mão.

Frente de esquerdas?

“Esse movimento democrático que romperá o monopólio do bipartidarismo”, segundo Navarro Wolf, “deverá incluir a esquerda, mas não pode restringir-se a ela, como pretendem as Farc. A esquerda é muito limitada em termos eleitorais, não creio que chegue nem aos 5%. Se nos organizarmos em uma frente das esquerdas estaremos eliminados de saída. É fora da esquerda, com a participação de um movimento democrático que resgate os marginais e os não-comprometidos com as máquinas eleitorais que se poderá quebrar o bipartidarismo”.



Camera Press

“Quando a repressão aperta, a mobilização é pouca”

A mobilização popular não parece fácil neste país. As paredes de Bogotá estão limpas de inscrições políticas, coisa que não ocorre no Brasil, nem no Peru, nem na Argentina, nem sequer no Chile de Pinochet.

— É um fato que quando a repressão aperta, a mobilização é pouca. É necessário que afrouxe para que haja mobilização. Além disso, ela é de baixo nível político, em torno de coisas muito concretas e imediatas. Por isso, acreditamos que para mobilizar as pessoas o tema não é as reformas

políticas, mas as sociais e econômicas mais imediatas, que são as que depois darão sustentáculo à reforma política. Esse é o sentido de nosso Programa de Emergência Nacional. Mobilizar as pessoas na luta pela água, terra, salário, moradia, transporte, serviços públicos, e, claro, também pelas reformas políticas que consolidem tudo isso.

(O M-19 já proclamou seu candidato presidencial, seu número 1, Ivan Marino Ospina, apelidado “Felipe González”. Mas o movimento parece mais interessado na mobilização reivindicativa do que nas eleições e na reforma superestrutural.)

Vocês não têm armas aqui. E ainda estão alojados em um edifício de propriedade das forças armadas. Não temem uma armadilha?

— Deliberadamente escolhemos funcionar aqui, para que as forças armadas sejam responsáveis pela nossa segurança. Nossa verdadeira proteção é o espaço político que ganhamos. Agora existem até fazendeiros que nos oferecem leite para distribuir nos bairros, contentes por não continuarmos a obtê-lo apontando armas e assaltando as suas terras. Sabemos contudo que haverá um momento crítico, quando crescer o conflito social e a mobilização popular tiver superado as estruturas oligárquicas. Já aconteceu em El Salvador, onde nesse momento liquidaram toda a liderança revolucionária. Mas não sei se percebeu que o único membro da direção que está abertamente no Diálogo sou eu. O resto dos comandantes não está disponível para a armadilha”.

O acordo e as bases sociais

□ cadernos do terceiro mundo teve acesso a um documento confidencial da poderosa Sociedade de Agricultores da Colômbia, no qual seu presidente, Carlos Ossa, informa sobre sua presença na Instalação da Comissão Fiscalizadora dos Acordos de Paz.

A SAC é uma tradicional organização corporativa da direita oligárquica da Colômbia.

Segundo seu presidente, que chegou de helicóptero e de mula, através de selvas e cordilheiras, até o acampamento das Farc em La Uribe, os guerrilheiros eram jovens menores de 25 anos, com armas automáticas e filmaram toda a reunião com câmaras de televisão. “De qualquer maneira, sua presença armada não inibiu o clima cordial em que transcorreram as conversações”, disse. Ali se decidiu constituir comissões regio-

nais de fiscalização, das quais participariam tanto os guerrilheiros como os agricultores e latifundiários.

“Com base em que acreditamos em sua boa fé e em seu compromisso com o processo de pacificação, consideramos que é fundamental estabelecer um mecanismo de contato direto com as Farc, através do qual agricultores e pecuaristas possam denunciar casos concretos de sequestro, chantagem e extorsão. Dessa forma, as Farc estariam em condições de nos demonstrar efetivamente que eles não estão incorrendo nessas práticas, além de fornecer informação, se a possuem como disseram, de quem, delinquentes comuns ou desertores, as estão exercendo. Com essa informação, acreditamos, seria viável distinguir as Farc da delinquência comum e nos comprometermos, nós e eles, mais abertamente, com o processo de pacificação”.

“Na minha opinião, conclui o presidente da SAC, as Farc querem a paz e aceitam a via democrática.”

América Latina

Nicarágua

Os custos da guerra

Mais de três mil crianças assassinadas e grandes perdas materiais são algumas das sequelas da ação desestabilizadora de Washington contra os sandinistas

Carlos Pinto Santos

Nos últimos dias de novembro do ano passado, um vôo especial da Aeroflot procedente de Manágua desembarcou em Moscou com feridos de guerra nicaraguenses. A maior parte era de jovens, rapazes e moças, necessitados de próteses para membros amputados nas frentes de combate.

Dois dias depois desse vôo especial, o presidente eleito Daniel Ortega Saavedra revelou, no encerramento de um festival infantil, que os três anos de contra-revolução já provocaram a morte de 3.346 crianças e adolescentes nicaraguenses (134 deles, menores de 12 anos), num total de mais de oito mil perdas humanas. O número de órfãos da guerra — como informou também Daniel Ortega — é de cerca de cinco mil. Por outro lado, mais de 130 mil camponeses das regiões fronteiriças do norte e do sul foram deslocados para áreas mais seguras. Outros milhares de camponeses foram sequestrados e levados para Honduras. Entre janeiro de 1983 e junho de 1984, de 1.045 membros de cooperativas, 531 foram mortos, cinco feridos e 509 sequestrados.

Guerra contra o desenvolvimento

A esses números de baixas somam-se, num balanço incompleto de três anos de combates, os enormes prejuízos provocados

pelas ações das organizações *contras* e agressões diretas norte-americanas. Os alvos mais visados são os meios de infra-estrutura econômica e a capacidade produtiva do país, que possam levar à redução das exportações e obriguem o deslocamento de importantes verbas do Estado para a Defesa.

Assim, de 1981 a maio de 1983, os danos causados pela contra-revolução à atividade econômica da Nicarágua chegaram a 714 milhões de dólares. Em 1983, os prejuízos materiais da ação *contra* custaram 128 milhões de dólares, o que representou 31% do total das exportações. Mais da metade dessa quantidade (66 milhões de dólares) provém de estragos causados a coo-

perativas e unidades estatais agrícolas. Na terceira semana de novembro último, os *contras* da FDN (Frente Democrática Nicaraguense) destruíram sete unidades de produção privada de café na zona de Jinotega. Foram os primeiros ataques dirigidos a propriedades privadas desde o início dos combates efetuados quando se começava a colheita do principal produto de exportação do país.

Os ataques da FDN ou da Arde (Aliança Revolucionária Democrática, liderada por Edén Pastora) são dirigidos, preferencialmente, a meios de produção e infra-estrutura rural: maquinaria agrícola, silos de cereais, sistemas de irrigação, transportes, estradas e pontes. Quinze escolas



Enterro dos civis massacrados em 30.04.83, entre os quais se achava um médico voluntário alemão

rurais e 16 centros de saúde foram destruídos.

Em 1983, a ação contra-revolucionária impediu colheitas de produtos destinados à exportação, no valor de 43 milhões de dólares. No último ano, calcula-se que só 50% das colheitas de feijão e arroz chegaram a se realizar, num país que, até 1981, era auto-suficiente nesses produtos.

A colocação de minas nos portos nicaraguenses pela CIA, que durou dois meses, custou 9,1 milhões de dólares entre estragos de cinco barcos de pesca e exportações e importações perdidas ou atrasadas em consequência do bloqueio.

Os combates impediram que, em 1983, o volume exportável não alcançasse mais do que 405 milhões de dólares, ou seja, a metade do valor das importações (819 milhões). Em 84, a proporção se manteve: 426 milhões de dólares de exportações, para um total de importações de cerca de 850 milhões.

Crédito externo fechado

Ao mesmo tempo, a agressividade norte-americana contra a revolução sandinista tem graves consequências na obtenção de

financiamentos externos. Pressões dos Estados Unidos junto aos bancos internacionais impediram que a Nicarágua conseguisse, em 1983, não mais do que 50 milhões de dólares, enquanto El Salvador recebeu 220 milhões. Com os empréstimos do FMI cortados desde 1979, a Nicarágua paga anualmente 180 milhões (42% do total das exportações) pelo serviço de sua dívida externa, que é de 3,9 bilhões de dólares. Os juros da dívida externa e a importação de petróleo do México (principal fornecedor, com pagamentos a longo prazo e termos de crédito muito suaves), da URSS e da Venezuela (países que nos últimos anos iniciaram o fornecimento do combustível a Manágua), absorvem a quase totalidade das divisas provenientes das exportações.

Após a vitória da revolução, em 19 de julho de 1979, 72% do aumento da dívida externa foram destinados ao pagamento das perdas da guerra de 18 anos contra o regime somozista — que deixou o trágico balanço de 50 mil mortos —, a descapitalização provocada pela ditadura, efeitos de desastres naturais e prejuízos provocados pela contra-revolução.



As despesas com a guerra e pressões econômicas sufocam a Nicarágua

As despesas da guerra, a asfixia imposta pelos EUA e a recessão mundial impedem o governo sandinista de cumprir os seus projetos de desenvolvimento econômico. Se, em 1980, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 10%, em 83, não foi além de 5%¹ que, contudo, representou a taxa mais alta da América Latina. Em comparação aos outros países da região centro-americana, onde o PIB decresceu gravemente nos últimos anos, a diferença é elucidativa: entre 1981 e 1983, o PIB caiu 22% em El Salvador, 20% na Costa Rica, 12% na Guatemala e 10% em Honduras.

A queda do preço internacional do café afetou profundamente a economia do país. Uma tonelada de café, que em 1975 equivalia a 290 barris de petróleo, hoje não chega a pagar 100 barris. Se as exportações nicaraguenses (café, açúcar, algodão, tabaco, banana, rum e carne) tivessem valido em 1984 o mesmo que em 1978, o país teria ganho mais de 200 milhões de dólares.

Permanece o plano de invasão

O permanente estado de alerta diante da ameaça de invasão norte-americana obriga os nicaraguenses a viver e a produzir sem tirar o dedo do gatilho.

No final de novembro passado, os tanques soviéticos T-55 foram recolhidos aos quartéis e o avião-espião SR-71 (o "pássaro negro" ou "pássaro louco", como ficou familiarmente conhecido na Nicarágua) não voltou a romper ruidosamente a barreira do som. Porém, em Washington ou num rancho da Califórnia, o velho presidente reeleito não dá sinais de ter abandonado o seu sonho de

¹ Cálculos do Ministério do Planejamento indicam que a taxa de crescimento do PIB para 1983 teria sido de 8%, caso não se tivessem verificado as despesas e os prejuízos da guerra.

aventura. A qualquer momento, utilizando um pretexto criado, pode apertar o botão do ataque e despejar uma chuva de bombas e milhares de *marines* contra a revolução sandinista. Para isso, mantém o dispositivo para a invasão, que continua a cercar a Nicarágua, reforçado, inclusive, nas últimas semanas. Principal ponte de ataque: Honduras.

Escolhida como sede central da agressão contra a Nicarágua no dia seguinte à queda de Somoza, Honduras transformou-se numa extensa rede de bases militares construídas ou ampliadas para uma guerra de ação rápida. Em Mokorón, Puerto Lempira, San Lorenzo, Puerto Trujillo ou Puerto Castilla², entre outras bases, continuam a aterrissar diariamente os poderosos C-130, descarregando toneladas de material bélico.

A assistência militar norte-americana ao exército hondurenho duplicou de 1983 para 1984, passando de 37,3 milhões de dólares para 77,5 milhões.³ Cabe assinalar que esses montantes não incluem os investimentos militares próprios do exército dos EUA, nem englobam a ajuda

² Segundo o Acordo de Defesa Mútua, recentemente negociado por Ronald Reagan e o presidente hondurenho, Suazo Córdoba, seria transferida para Puerto Castilla, situado na costa atlântica, a célebre *Escuela de las Américas*, também conhecida como *Academia de Gorillas* ou *Escuela de Canallas*. A escola que formou gerações de generais e ditadores latino-americanos, funcionou na chamada Zona do Canal do Panamá, de 1947 até seu fechamento, em 30 de setembro do ano passado, quando retornou à soberania panamenha devido aos acordos Torrijos-Carter, assinados em 1979 (ver cadernos nº 74).

³ A evolução, nos últimos anos, da ajuda norte-americana ao exército hondurenho foi a seguinte: 1980, 3,9 milhões de dólares; 1981, 8,9 milhões; 1982, 31,2 milhões; 1983, 37,3 milhões; 1984, 77,5 milhões. No mesmo período, El Salvador recebeu em 1980, 5,9 milhões; 1981, 35,5 milhões; 1982, 82 milhões; 1983, 81,3 milhões; 1984, 196 milhões de dólares.

Carlos Pinto Santos



O governo sandinista está convencido de que, em poucas horas, poderá entrincheirar cerca de 400 mil nicaraguenses

através do exército hondurenho às organizações contra-revolucionárias nicaraguenses. Segundo estimativas do governo de Manágua, estas últimas já receberam 100 milhões de dólares da administração norte-americana.

Política hábil e mobilização popular

Se, até agora, a invasão não se verificou, isso se deve basicamente a quatro fatores principais: primeiro, à hábil política da direção sandinista que não tem fornecido pretextos nem cometido erros que habilitem Reagan e o Pentágono a justificativas para a invasão. O pseudo-perigo que a Nicarágua constituiria para a integridade dos outros países da região não atingiu o mínimo de credibilidade junto à comunida-

de internacional, apesar de todos os episódios criados com os "fornecimentos" dos Mig-21, dos helicópteros de assalto soviéticos, dos aviões de reconhecimento checos ou dos equipamentos de armas químicas.

Segundo, a realização das eleições de 4 de novembro passado. Nas atuais condições de beligerância verificadas em extensas áreas do território, estas dificilmente poderiam ter decorrido melhor, tendo o governo sandinista demonstrado uma grande abertura diante de muitas condições exigidas pela oposição de direita. Mais do que os resultados obtidos pela FSLN (67%), o nível da votação (77%) foi uma aposta ganha pelos sandinistas que, num país em guerra, conseguiram uma afluência eleitoral (de um total de 3.978 urnas, apenas nove não puderam fun-

ORTEGA NA PRESIDÊNCIA

□ O programa econômico para 1985 e a defesa militar foram as duas prioridades definidas por Daniel Ortega no seu discurso de posse, para os primeiros anos do seu governo. Ambos os temas tinham sido analisados previamente na Assembléia Sandinista, o órgão máximo da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), 72 horas antes da posse, numa reunião presidida pelos comandantes Bayardo Arce, Humberto Ortega e Jaime Wheelock. A Assembléia Sandinista, criada em 1980, está integrada pelos mais destacados comandantes militares nicaraguenses que lutaram contra a ditadura somozista.



Ortega foi empossado perante numerosas delegações internacionais

A posse do novo presidente da Nicarágua, Daniel Ortega — o mais jovem de todos os chefes de estado latino-americanos, com 39 anos — foi prestigiada por mais de 300 personalidades de 44 países, entre delegados de governos, parlamentos e órgãos religiosos, entre os quais cabe mencionar o chefe de estado da Iugoslávia, Sina Hasani; de Cuba, comandante Fidel Castro; do Suriname, Win A. Udenhaut; o vice-presidente da Argentina, Víctor Martínez; da República Popular da Coreia, do Vietnã e outros.

O presidente Ortega ratificou 16 dos 19 ministros do gabinete anterior, inclusive todas as pastas-chaves: Interior, em que continua o ministro-comandante Tomás Borge; Defesa, Humberto Ortega; e Relações Exteriores, o padre Miguel D'Escoto. Os demais sacerdotes do gabinete tam-

bém foram confirmados nos seus cargos, nomeadamente Ernesto Cardenal, na Cultura, e Fernando Cardenal, na pasta da Educação. Ambos enfrentam o veto do Vaticano e da hierarquia eclesástica nicaraguense, que tentam, em vão, fazê-los desistir de ocupar cargos na administração sandinista.

Ortega, porém, pretende introduzir modificações na estrutura do Executivo. Ele projeta a criação de um Conselho Nacional de Planejamento, presidido por ele mesmo, que terá as funções de um órgão superior de consulta do primeiro mandatário.

Por outro lado, o antigo Ministério do Planejamento será integrado à recém-criada Secretaria de Planejamento e Orçamento, junto com a Direção Geral de Orçamento do Ministério das Finanças e mais duas instituições autônomas. Ortega também decidiu criar o Ministério da Presidência, do qual passarão a depender a Secretaria de Coordenação de Assuntos Regionais e a Secretaria Administrativa da Presidência. Também foi criado o Ministério de Cooperação Externa, para o qual foi designado o comandante Henry Ruiz, que antes ocupava a pasta do Planejamento.

Declaração de Manágua

Durante as cerimônias de posse, os líderes políticos e parlamentares reunidos na capital nicaraguense emitiram um documento através do qual fazem um apelo aos governos centro-americanos e, particularmente, ao Congresso dos Estados Unidos, para buscarem uma solução ao conflito da região no quadro das iniciativas promovidas pelo Grupo de Contadora. Esse documento, batizado de "Declaração de Manágua", é o fruto do consenso entre as delegações presentes à tomada de posse do presidente Ortega e foi lido pelo general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla do Uruguai. O general — que tinha sido libertado em março do ano passado, depois de quase dez anos de prisão — afirmou que o novo governo da Nicarágua assegura as condições para iniciar o processo de diálogo nacional e as negociações bilaterais com a administração Reagan, que conduzam à normalização das relações entre os Estados Unidos e a Nicarágua.

Entre as primeiras resoluções políticas do novo governo, esteve a concessão de uma anistia ampla a todos os contra-revolucionários que aceitassem se integrar no processo político e um chamado à organização indígena *Misurasata*, liderada por Brooklin Rivera, para continuar as conversações que garantam a autonomia das comunidades indígenas da costa atlântica do país.

cionar), que muitos países europeus habitualmente não alcançam.

Terceiro, o reforço da capacidade defensiva e a mobilização da população nicaraguense, que tornam ilusórios os cálculos de reduzidas baixas ianques previstos pelos especialistas do Pentágono⁴. Contando o exército sandinista, as milícias e os comitês de defesa, o governo de Manágua está convicto de, em poucas horas, poder colocar nas trincheiras cerca de 400 mil nicaraguenses. Para isso, nas últimas semanas, têm-se sucedido em Manágua e outras cidades, exercícios de alerta de combate que, segundo dirigentes militares, têm revelado um elevado grau de eficiência.

CEE apóia Contadora

E, quarto, a posição da comunidade internacional que, de diversas formas e a variados níveis de empenho, tem manifestado a Ronald Reagan os altos custos políticos que uma intervenção direta na Nicarágua acarretaria aos interesses dos Estados Unidos. O Grupo de Contadora, apesar de todas as tentativas de sabotagem de Washington e dos seus aliados na América Central, continua ativo na busca de uma solução política para o conflito centro-americano. A ação dos quatro países que integram este Grupo (México, Venezuela, Colômbia e Panamá) obteve um importante reforço com o pronunciamento em seu favor dos países da Comunidade Económica Européia, expresso na reunião de início de dezembro do ano passado em Dublin (Irlanda). Nessa ocasião, o "dez" consideraram



A CIA está por trás das atividades de sabotagem dos *contras*

que o "processo de Contadora representa a melhor possibilidade de conseguir uma solução política à crise que a região atravessa" e exortaram "todas as partes interessadas a trabalharem nesse sentido". Dias antes da tomada de posição da CEE, o governo dos Estados Unidos tinha sofrido um importante revés internacional, quando o Tribunal Internacional de Justiça de Haia se declarou capacitado para julgar as denúncias da Nicarágua sobre a agressão norte-americana.⁵

Essas quatro razões explicam porque ainda não se combate nas ruas de Manágua. Entretanto, as incursões dos *contras* continuam. Tudo está pronto e no seu lugar para a invasão. Os planos estão traçados, o exército ianque em posição de ataque a partir das bases nos EUA, Honduras, Costa Rica e a *US Navy* estacionada em águas centro-americanas.

5 Posteriormente, no dia 18 de janeiro passado, o governo dos Estados Unidos, alegando que "a Corte não tem jurisdição nem competência para julgar o caso", anunciou que não participaria nos debates da Corte Internacional de Haia.

Na Nicarágua, ao mesmo tempo que instrutores militares explicam à população as vantagens do rifle de repetição soviético *M-44* (mais conhecido pelos nicaraguenses por *matamachos*), que perfura a blindagem de um tanque, brigadas de estudantes e funcionários públicos, protegidos por milhares de soldados e milicianos armados, partem para as regiões fronteiriças do norte e do sul, para ajudarem na colheita do café, algodão e no corte da cana-de-açúcar.

Na tarde do dia 3 de dezembro do ano recém-findo, nas proximidades da aldeia de San Juan del Río Coco, a 280 km ao norte de Manágua, um grupo de *contras* emboscou com fogo de artilharia um ônibus que levava uma dessas brigadas de voluntários para a colheita do café. Morreram 21 funcionários, entre os quais, cinco mulheres, saindo oito feridos. Segundo o testemunho de um sobrevivente, após o ataque, várias das vítimas foram assassinadas pelos *contras* com tiros à queima-roupa no interior do veículo, em seguida incendiado. Os corpos ficaram totalmente carbonizados. ●

4 O almirante norte-americano Gene R. Larocque, diretor do Centro de Informações sobre a Defesa, escreveu num artigo no *New York Times* de 23 de novembro de 1984, que o controle de Manágua e do resto da Nicarágua causaria ao exército norte-americano entre 500 e mil mortos e que não demoraria mais do que "vários dias ou semanas".

Do medo à esperança

O presidente Sanguinetti começa seu mandato com um crédito de confiança, mas não conseguiu formar um gabinete de unidade nacional que lhe garanta estabilidade a médio prazo

Roberto Remo

“Essas coisas não aconteciam antes!”, comenta conosco em uma esquina uma senhora gorda sufocada pelo calor, irritada porque a greve na refinaria a tinha deixado sem gasolina e a obrigara a esperar um ônibus — que demorava por causa da paralisação dos motoristas — ao lado dos montes de lixo acumulados durante a greve municipal. Nossa interlocutora estava há mais de um mês sem receber notícias (nem cheques) de seu filho na Austrália, já que os carteiros pararam seu trabalho, e teme ficar sem cuidados médicos devido ao conflito que ameaça estourar no setor de saúde.

“Essas coisas eram inimagináveis há seis meses!”, repete para nós, quase com as mesmas palavras, um pouco depois, uma estudante que voltava, com uma enorme bandeira, de uma manifestação pela liberdade dos presos políticos. Agora, pode carregar debaixo do braço um livro de Mario Benedetti, ver filmes proibidos durante uma década, falar em voz alta pela rua. Breve chegará de Cuba um irmão que não vê há 12 anos e se entusiasma contando os preparativos para a recepção.

Assim, entre a euforia pela liberdade reconquistada e o temor do caos que poderia preceder o retorno ao autoritarismo, os uru-

guaios viveram de novembro a março uma agitada transição, em lugar da tradicional sonolência de verão.



O presidente Sanguinetti deposita seu voto nas últimas eleições

O governo militar desapareceu de cena e se limitou a distribuir alguns favores a empresas estrangeiras, medalhas a diplomatas chilenos e cortesias a visitantes paraguaios, além de queimar documentos considerados “sem interesse histórico”, apesar dos protestos dos historiadores e jornalistas interessados em saber o que se passou nesses últimos anos. O aeroporto internacional de Carrasco, enquanto isso, foi invadido quase todos os dias por multidões embandeiradas em busca do abraço dos “de-

sexilados”. As emissoras de televisão substituíram os programas políticos pré-eleitorais por generosas cenas de ancas e seios femininos expostos ao sol no balneário de Punta del Este. Os semanários deram espaço a trocas de acusações e insultos entre dirigentes de segundo escalão, até ontem aliados. Os serviços públicos quase entraram em colapso por uma sucessão de greves e os “três grandes” da política (o presidente Sanguinetti, o dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate e o presidente da Frente Ampla, Liber Seregni) trocaram visitas discretíssimas em busca de um entendimento que tornasse o país governável.

O presidente Julio María Sanguinetti não conseguiu o seu objetivo de formar um governo

de unidade nacional, mas não lhe faltará apoio na tarefa de consolidar a democracia e defender a Constituição que jurara respeitar, ao assumir o cargo a 1º de março.

A amplíssima coalizão de forças políticas e sociais que pôs fim à ditadura militar não conseguiu elaborar um programa de governo igualmente unânime. Sanguinetti teve que anunciar, a 3 de fevereiro passado, a composição de um gabinete de “aceitação nacional” que governará sem a maioria parlamentar, em vez da

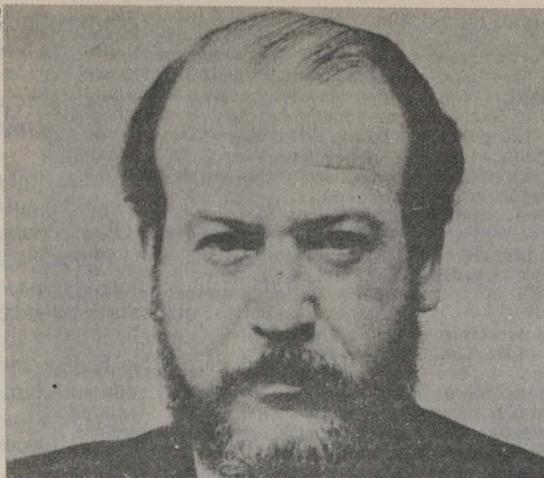
coparticipação política que prometera em novembro de 1984, ao ser conhecido o resultado eleitoral. Com isso, o Poder Legislativo e a rua (ou seja a opinião pública e a mobilização de forças sociais) adquirem maior peso. O Poder Executivo terá mais trabalho e dores de cabeça, mas a democracia pode sair fortalecida.

Acordo e divergências

A *Concertación Nacional Programática* (Conapro), um foro de todos os partidos políticos, sindicatos, associações empresariais, movimento estudantil e organismos de direitos humanos, que coordenou as mobilizações antiditatoriais em 1984, conseguiu aprovar por consenso 47 resoluções sobre um total de 65 temas tratados em seis meses. "Se comparado com os parlamentos uruguaios de outros tempos, isso demonstra a seriedade e a eficiência conseguidas", comentou Andrés Vázquez Romero, delegado do Partido Colorado a uma das comissões da *Concertación*.

Entre os acordos obtidos, que não demorarão a transformar-se em leis ou decretos, se destacam a libertação de todos os presos políticos (embora persista a divergência em torno da forma: anistia ou indulto), o fim da proscricção de pessoas e partidos, a vigência plena da autonomia universitária, a colocação em funcionamento de um sistema nacional de saúde, a promoção da igualdade de direitos para a mulher, a prioridade das famílias de baixa renda na concessão de créditos para moradia etc.

Merece destaque o consenso obtido pela Conapro a respeito da necessidade de revogar de imediato a atual lei da educação, para substituí-la por uma de emergência enquanto se redige a definitiva. A lei em vigor havia sido proposta por Sanguinetti quando era ministro dessa pasta no governo Pacheco Areco e instituíra



O economista neoliberal Ricardo Zerbino foi designado ministro da Economia, gerando críticas

mecanismos de repressão sobre docentes e estudantes que depois foram amplamente utilizados pela ditadura. O fato de Sanguinetti não se opor agora à sua revogação demonstra sua disposição ao acordo.

Em matéria econômica, contudo, os oito especialistas (dois por partido) não puderam levar o consenso além das declarações gerais de princípio. A designação do economista neoliberal Ricardo Zerbino como ministro da Economia e Finanças foi duramente criticada pelo Partido Nacional (Blanco) e pela Frente Ampla. Em um comunicado de seu plenário nacional, a coalizão de esquerda alertou sobre os riscos de tensões sociais que a continuidade da política econômica neoliberal traria consigo e anunciou que "as divergências marcantes" em torno da política econômica impediriam a presença de qualquer representante da Frente Ampla no gabinete.

O presidente Sanguinetti rechaçou, em cadeia nacional de televisão, "todas as interpretações maliciosas ou mal-informadas que pretendem estabelecer a sobrevivência de critérios da política neoliberal em matéria econômico-social", ao mesmo tempo que criticou "um populismo superficial, que leva à inflação e à instabilidade". Acrescentou

que prosseguiria, "com o general Seregni, esse esforço de negociação de critérios" e continuaria "estudando (com a Frente Ampla) outros níveis de colaboração".

A pequena e conservadora União Cívica (2,5% dos votos) foi o único partido que aceitou compartilhar plenamente com o Colorado a responsabilidade de governo. Seu candidato presidencial, o octogenário advogado Juan Vicente Chiarino, ocupará o Ministério da Defesa. A designação teria sido "bem acolhida" nos meios militares, segundo o semanário *Búsqueda*. Chiarino adiantou que sua principal tarefa será reduzir o orçamento e o pessoal militar, embora este último deva ser reduzido "gradualmente" para não agravar o desemprego.

O Partido Nacional, o segundo nos resultados eleitorais, havia anunciado sua não-integração ao gabinete muito antes da Frente Ampla e crítica mais duramente do que ela a política colorada. Terminou aceitando, porém, uma fórmula que, como disse Sanguinetti, "não se trata de coparticipação política no sentido clássico, pois não há a presença de dirigentes políticos com apoio parlamentar de bancadas diversas, mas o caráter do

acordo está presente inequivocamente pela participação de cidadãos que contarão com o apoio expresso do Partido Nacional". É o caso da designação de Enrique Iglesias, atual secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), como ministro de Relações Exteriores e do médico Raúl Ugarte para a pasta da Saúde Pública.

O primeiro é um funcionário internacional de prestígio e sua designação foi aplaudida por todos os setores, enquanto que o segundo não tem antecedentes políticos nem militância passada no atuante sindicato médico uruaio.

Os blancos estarão presentes, além disso, na direção de empresas estatais e organismos descentralizados. A reitoria do Conselho Nacional de Educação estará a cargo do presidente do diretório do Partido Nacional, professor Pivel Devoto, mas o partido esclareceu que este atuará como técnico e não como político.

Entre os ministros colorados, as designações controversas foram as de Carlos Pirán para a Indústria e Energia e Carlos Mani Ríos para o Interior (ministério do qual depende a polícia). O primeiro pertence ao setor colorado direitista que é encabeçado por Jorge Pacheco Areco. O segundo foi também "pachequista" e depois embaixador no Brasil do regime militar e só se uniu à oposição democrática em 1980.

Para o semanário *La Democracia*, porta-voz do Partido Nacional, este último "poderia estar introduzindo um elemento de atrito nas relações de Sanguinetti com os setores sindicais que expressaram reiteradamente sua preocupação diante da possível aplicação do Estado de Insurreição previsto no Ato Institucional Nº 19" (que vigorará até sua ratificação ou revogação pela Assembléia Constituinte no final do ano).

No entanto, agradou aos sindicatos a nomeação de Hugo

Fernández Faingold como ministro do Trabalho e Segurança Social. Ele, como porta-voz na Cónapra do governo eleito, atuou como mediador em diversos conflitos.

Também não suscitaram objeções os nomes de Jorge Sanguinetti (Transporte e Obras Públicas) e de Adela Reta (Educação e Cultura e, interinamente, a pasta da Justiça, que será dissolvida para devolver a independência ao Poder Judiciário). No fechamento desta edição, continuavam sem confirmação os ministérios da Agricultura e Pesca e o que será criado, de Informação.

Lua de mel ou...?

Sanguinetti não conseguiu a maioria parlamentar (a oposição combinada de blancos e frente-amplistas também não chega aos dois-terços necessários para derrubar ministros e anular vetos) mas assegurou uma prolongada "lua de mel" para começar a instrumentar suas políticas ou ampliar os acordos.

A resistência do Partido Nacional em comprometer seu apoio ao governo foi atenuada com o abandono das acusações de "continuismo" dirigidas contra os colorados. A título pessoal, contudo, o candidato blanco à presidência, Alberto Zumarán, sugeriu em várias ocasiões que o plebiscito constitucional previsto para 1986 poderia ser usado para renovar parcialmente o Parlamento e, inclusive, encurtar o mandato presidencial. Assim, uma instância inicialmente destinada apenas a revogar os últimos Atos Institucionais vigentes poderia se tornar uma forma de compensar os blancos pela desvantagem que foi concorrer às eleições de novembro com seu líder na prisão. Tudo indica que essas fórmulas são "opções abertas" que poderiam ser reivindicadas ou não, segundo as conjunturas.

Assim, a "lua de mel", essa

margem de confiança com que todo governo conta ao assumir, em particular se suceder a uma ditadura odiada e temida, pode não durar muito se as esperanças populares não forem alimentadas com resultados concretos.

Problemas trabalhistas

As greves do verão foram uma clara advertência, embora não tivessem a intenção que lhes foi atribuída de desestabilizar o governo antes mesmo do seu início.

Acontece que, como consequência da própria ditadura, o movimento sindical ainda não conseguiu se reestruturar plenamente. Dezenas de experimentados dirigentes sofreram a trágica trilogia de "encierro, destierro, entierro" (prisão, exílio, morte) e as novas lideranças, exercitadas no combate à ditadura, não estão habituadas às práticas democráticas do diálogo e da negociação. Durante os conflitos de janeiro, ficou demonstrado, além disso, que as bases, angustiadas pelas pressões econômicas, podem dar mais ouvidos a reivindicações radicais do que a ponderações sutis sobre a necessidade de não alarmar a opinião pública e combinar a justiça da reivindicação com a oportunidade política.

As tensões foram agravadas pelas declarações de vários legisladores colorados sobre a necessidade de legislar em matéria sindical para "garantir a democracia interna" e pelas respostas dos dirigentes operários em defesa de suas organizações, lembrando a greve geral com que resistiram à ditadura de 1973, quando muitos dos atuais governantes apoiavam o regime militar.

O ministro Faingold, por sua vez, contribuiu para dissipar as tensões com sua gestão mediadora e promessas de que uma eventual legislação em matéria trabalhista incluiria o respeito aos fóros sindicais e às normas internacionais. O Partido Colorado pro-

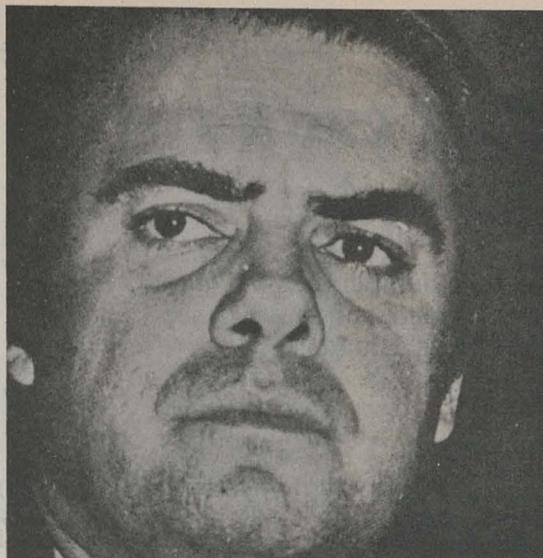
pôs, inclusive, a institucionalização da presença operária em organismos como o Conselho de Economia Nacional, que assessoraria a presidência. Essa proposta contava com a simpatia do general Seregni (ver cadernos nº 73), mas foi rechaçada em primeira instância pela central sindical PIT-CNT, que achou melhor continuar com as formas atuais de negociação, não-integradas à estrutura do Estado.

Além de fórmulas e canais de diálogo, o que os trabalhadores esperam é uma elevação do salário real, que a ditadura reduziu à metade nos últimos dez anos.

Sanguinetti prometeu "defender o salário real com todas as forças" e assegurou que "a batalha de 1985 é reativar a economia". Para isso, estimulará "aqueles setores industriais e agrários considerados prioritários por se destinarem à exportação e por seu emprego de mão-de-obra" e se esforçará em "renegociar a dívida externa nas melhores condições".

Lamentavelmente, em ambos os casos o resultado final não depende da vontade do presidente nem do esforço interno dos uruguaios, mas dos mercados e credores internacionais. Nada indica que o FMI se sensibilize diante dos riscos que possam correr as democracias pela aplicação de suas receitas, nem que os mercados compradores se guiem pelas declarações de boa vontade dos governos dos países ricos.

Pelo contrário, no mesmo dia em que o Departamento de Estado norte-americano saudava em Washington o retorno da democracia no Uruguai, o embaixador dos Estados Unidos anunciava em Montevideu um corte nas importações norte-americanas de produtos têxteis uruguaios. Imediatamente, ocorreram reações contrárias de sindicatos (entre dois e três mil operários ficarão desempregados diretamente se não se chegar a um acordo), industriais, do governo eleito e dos



Enrique Iglesias ocupa a pasta das Relações Exteriores. Uma decisão do presidente que teve boa acolhida

partidos políticos de oposição. A Conapro conseguiu consenso em tempo recorde para uma declaração condenando o fato.

Em um lúcido comunicado, a Câmara Industrial de Roupas comentou que "a desproporção do tamanho dos países envolvidos torna evidente que o prejuízo que possa ser causado ao Uruguai é vital para seus interesses, enquanto que o lucro que os Estados Unidos obtêm com as limitações a nossas exportações é, visto globalmente, insignificante". Os industriais acrescentam que "a estratégia econômica do próximo governo para reativar o país está baseada nas indústrias exportadoras de rápido retorno e que absorvam maior contingente de mão-de-obra" e pedem que o governo norte-americano reflita sobre o "dano irreparável" que causará aos trabalhadores e à economia em conjunto, "justamente no momento da ascensão de um novo governo democrático tantas vezes reclamado pelos Estados Unidos".

O deputado Roberto Asiaín, secretário de Relações Internacionais do Partido Colorado acrescentou que a Comunidade Econômica Européia também impõe restrições permanentes a

suas importações da região. Qualificou essa política protecionista de "agressão" e sustentou que "os países amigos têm que compreender" que "o desenvolvimento econômico-social do país é a única garantia da estabilidade social e democrática".

Se tais advertências não bastam para que os Estados Unidos reconsiderem sua decisão e se exortações semelhantes com relação ao endividamento externo não sensibilizam o coração dos banqueiros nem comovem os tecnocratas do FMI, o governo Sanguinetti logo se verá diante da opção de reformular sua política e sua estratégia de desenvolvimento, estreitar relações com o Terceiro Mundo, priorizar o mercado interno e as relações econômicas Sul-Sul, oferecer aos trabalhadores uma cota real do poder político em troca dos inevitáveis sacrifícios ou recorrer à repressão para tornar a impor uma política recessiva, recomeçando o ciclo que conduziu à tragédia da década passada.

O Uruguai, "este país dividido e endividado que temos que unir e libertar" (palavras de Sanguinetti a 4 de fevereiro passado), espera de seus dirigentes uma resposta à altura do desafio. ●

Pinochet cada vez mais isolado

A oposição política democrática e o movimento sindical ganham espaço, enquanto cresce o mal-estar nas forças armadas

Eduardo Varela

A cena já começa a ser habitual: rapidamente, sem que se saiba de onde surgiram, dezenas, centenas de pessoas começam a aglomerar-se em frente à catedral ou à igreja de São Francisco. Distribuem-se panfletos, gritam-se palavras-de-ordem em coro e tão rapidamente como haviam surgido, desaparecem. As ruas ficam atapetadas de papéis que as pessoas pegam, guardam em suas roupas enquanto apertam o passo e o eco do protesto se espalha pelas ruas de Santiago.

As vezes são trabalhadores, empregados, professores, mas os que comparecem com mais regularidade às manifestações são os familiares de desaparecidos, que clamam para que voltem — e com vida — aqueles que o regime do general Augusto Pinochet fez sumir da terra chilena. Segundo o vicariato do Arcebispado de Santiago, existem 663 casos comprovados de “desaparecimentos”, mas a União de Familiares de Detidos-Desaparecidos sustenta que são mais de 2.500 os casos que não foram investigados.

Este é só um dos saldos de 11 anos de ditadura. O Chile registra hoje o maior índice de desemprego da América Latina, equivalente a quase 30% da força de trabalho. A esse milhão de chilenos desocupados, segundo dados fornecidos pela Corporação de Pesquisas Econômicas pa-

ra a América Latina (Cieplan) com sede em Santiago, deve-se acrescentar uma queda vertical do poder aquisitivo dos salários (só em um mês, por exemplo, o custo de vida subiu 16%), enquanto os preços dos alimentos básicos de consumo familiar aumentaram, nesse mesmo período, 37%.

Paralelamente, a política da ditadura tendeu para uma diminuição gradual e acentuada do investimento no câmpo social: segundo dados do economista chileno Mario Marcel, os gastos sociais retrocederam aos níveis

de 1960, em todos os setores: segurança social, programas de saúde, educação e moradia. Segundo o especialista, a redução do investimento em habitação “é tal, que os níveis atuais não superam 50% do que existia em 1970. A diminuição do gasto também em educação e saúde se torna grave porque a redução se produz em um período de alto desemprego.” No conjunto, se o gasto social se medisse por habitante, os níveis atuais representariam uma redução superior a 10% com relação ao início da década passada.

O aliado Reagan

Com uma dívida externa que em 1984 foi calculada em 20 bilhões e 172 milhões de dólares, e que aumentou em um bilhão e 328 milhões com relação ao ano anterior, o regime de Pinochet só pode apostar no apoio que o governo de Ronald Reagan lhe vem concedendo. Na verdade, apenas um mês depois de assumir seu primeiro período à frente da presidência dos Estados Unidos, Reagan dava uma volta de 180 graus com relação à política de defesa dos direitos humanos se-



Quase 30% da força de trabalho chilena está desempregada

guída pela anterior administração democrata e suspendeu a proibição de empréstimos ao Chile por parte do *Eximbank*. No mesmo ano, sintomaticamente, a marinha chilena voltou a ser convidada a participar das operações Unidas, no Atlântico Sul. Com o voto decisivo dos Estados Unidos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) acaba de aprovar dois empréstimos ao Chile, um de 36 milhões de dólares e outro de 125 milhões. Enquanto isso, nove parlamentares norte-americanos que visitaram Santiago e condenaram o regime ditatorial de Pinochet, declararam que tentarão influir no Congresso para que seu país "negue total e completamente sua ajuda e apoio nos foros internacionais ao atual regime militar chileno", assim como "empréstimos bancários de exportação e importação e qualquer linha de crédito que dependa do governo dos Estados Unidos". Estes só servem — afirmaram — para pagar compromissos assumidos pela ditadura e comprar armamentos que são utilizados para manter o povo chileno em uma virtual situação de país ocupado militarmente.

Tudo parece indicar que Reagan se mostra preocupado com a evolução dos acontecimentos no Cone Sul. Enquanto ventos democráticos sopram em outros países da área (Argentina, Uruguai e Brasil entram em francos processos de transição democrática), o Chile continua ostentando um recorde de repressão inigualado: o estado de sítio vigora outra vez desde novembro, depois das manifestações populares que puseram em xeque o governo e foram reprimidas com a dureza que o caracteriza desde sua subida ao poder. Mais de uma dúzia de mortos e dezenas de feridos se espalharam pelas ruas das principais cidades chilenas ao longo de três dias de protesto nacional por um retorno à democracia e por soluções para os dramáticos problemas econômicos



Os protestos nacionais: reivindicando a volta à democracia

da população.

Como em 1973, quando do golpe, quase 500 pessoas foram detidas e aprisionadas em uma colônia penal a milhares de quilômetros ao norte da capital, no povoado pesqueiro de Pisagua, numa medida que os chefes militares do regime qualificaram de "período de reabilitação de três meses". O embaixador norte-americano, James Theberge, cujos antecedentes como representante norte-americano no governo de Anastasio Somoza na Nicarágua parecem lhe haver ensinado algo (apesar de ter sido o fator fundamental para a concessão de novos empréstimos ao Chile), vem tentando convencer o regime a negociar uma "abertura que inclua os setores moderados e marginalize a 'esquerda não-democrática'".

A administração Reagan parece perceber agora que o regime chileno ultrapassou todos os limites tolerados pela comunidade democrática internacional, e já não sabe como resolver as contradições que implica ter um aliado como Pinochet em uma área que deu uma guinada radical no sentido da democracia. Nesses termos, foi altamente significativa a declaração formula-

da pelo presidente do Brasil, Tancredo Neves, no sentido de que apoiará os setores que lutam no Chile a favor da democracia.

As mobilizações de massas

O protesto no Chile se generalizou a todo o espectro político e social. As mobilizações populares de meses atrás foram convocadas pela Coordenadoria Nacional Sindical (CNS), que representa quase meio milhão de trabalhadores, e pelo Comando Nacional de Trabalhadores (CNT), as principais organizações sindicais do país, juntamente com o Movimento Popular Democrático (MDP) que reúne setores socialistas, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), um setor do Mapu (Movimento de Ação Popular Unitária) operário-camponês, os independentes de esquerda e o Partido Comunista. O MDP defende a legitimidade do emprego de todas as formas de luta, inclusive o "direito à rebelião" para o restabelecimento da democracia no Chile, enquanto que a outra coalizão de oposição, a Aliança Democrática (AD), da qual participam a democracia cristã, um setor socialista, os partidos Radical, Social-Democrata, a Direita Republicana, postula que o uso da violência favorece a permanência do regime militar no poder.

A argumentação contrária foi resumida por um dirigente sindical, na ocasião em que se realizou clandestinamente em Santiago a comemoração do 63º aniversário do Partido Comunista. "Não queremos a violência — afirmou. Pelo contrário, amamos e desejamos profundamente a paz" (...) mas "Pinochet não vai deixar o poder só porque isso lhe é pedido e o povo tem direito de se defender, de empregar todos os recursos a seu alcance, de fazer respeitar o seu direito à vida".

Observadores diplomáticos em Santiago consideram que a

oposição se encaminha para o uso de todas as formas de ação política, dando maior ênfase às vias pacíficas: "Estamos dispostos a deixar de lado o protesto violento, se isso for condição necessária para um grande acordo nacional de todos os setores políticos cujo objetivo imediato seja pôr fim ao atual regime", afirmou um porta-voz do Movimento Democrático Popular.

A oposição a Pinochet começa a abrir outra frente de ataque. Os próprios meios diplomáticos têm indícios da existência de um setor militar que teria entrado em contatos visando uma negociação com a oposição. Sintomaticamente, a versão parece se confirmar a partir da declaração formulada pelo presidente do PDC, Gabriel Valdez, ex-ministro de Relações Exteriores do governo democrata cristão de Eduardo Frei, quando afirmou que "existe a idéia de entregar às forças armadas uma proposta de solução para o país".

"Análisis"



Gabriel Valdez, atual presidente da Democracia Cristã chilena

Cada dia com menos apoio externo, principalmente pela distância que o governo norte-americano parece tomar (por mais que Pinochet ainda receba apoio da África do Sul e de Seul, nada menos...), com uma oposição

crescente e combativa que atinge hoje nove de cada dez chilenos, e com militares que começam a ver que o poder através da força, um dia, fatalmente, se esgota, já terá começado a contagem regressiva para Pinochet?

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) - Cr\$ 6.000,00
Semestral (24 nºs) - Cr\$ 12.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

A guerrilha reivindica a formação de uma frente ampla

O comandante Nicolás Sis, das Forças Armadas Rebeldes, comenta a conjuntura político-militar de sua pátria

Gregorio Selser

Em nossa agitada profissão de jornalista, não foi frequente que nos tocasse entrevistar comandantes guerrilheiros no exercício de suas funções e quase diríamos que quando isso aconteceu foi de modo excepcional e até inesperado. No caso presente, o do comandante Nicolás Sis, das Forças Armadas Rebeldes (FAR) guatemaltecas, tratou-se de uma experiência bastante formal, sem sensacionalismos nem viagens de automóvel com os olhos vendados, mas bastante convencional e até mesmo com a aceitação do gravador, mas sem nenhum tipo de fotografias.

O resultado da extensa conversa sem assuntos tabus foi um par de *cassettes*, dos quais selecionamos o mais substancial e atual para o conhecimento da conjuntura político-militar da Guatemala em circunstâncias nas quais, juntamente com a possível realização de eleições em julho próximo, a administração de Ronald Reagan acentua suas demonstrações de simpatia e apoio ao regime do general Mejía Víctores, ao mesmo tempo que continuam as metódicas matanças em cidades e zonas rurais por parte das forças armadas e de

segurança — inclusive as que se mascaram de esquadrões-da-morte — e enquanto as forças armadas da insurreição mantêm ativa a sua presença no país.



O povo guatemalteco é vítima da repressão oficial

A quem você representa?

— Sou membro das Forças Armadas Rebeldes. As FAR constituem uma das organizações que integram a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), a mais antiga da história revolucionária da minha pátria. Agora, está com 21 anos de existência.

Qual é a sua origem?

— As FAR surgiram de três movimentos: um era o “12 de Abril”, o movimento estudantil que brotou contra o regime de Ydígoras Fuentes em 1960; o outro era o “Movimento 13 de Novembro”, de jovens oficiais do exército, entre eles Yon Sosa e Turcios Lima; e o terceiro foi o “20 de Outubro” (por causa da data do levante de 1944 contra o *ubiquismo*¹), que no início era uma guerrilha com influência do Partido Guatemalteco do Trabalho. Entre 1962 e 1963, os três movimentos se integraram num só, as FAR.

As FAR mantêm relações operacionais e ideológico-políticas com os demais grupos insurgentes, como o Exército Guerrilheiro do Povo (EGP), por exemplo?

— Sim, atualmente integramos a URNG com o EGP, com a Organização do Povo em Armas

(Orpa) e com o núcleo de direção do Partido Guatemalteco do Trabalho. A URNG foi fundada em 1982.

Em vista das versões circulantes sobre rachas e dissensões, e

¹ Denominação dada ao regime do ditador Jorge Ubico, deposto justamente, no ano de 1944.

inclusive sobre atuações autônomas e dissociadas, o que há de certo ou de falso nisso?

— São boatos infundados. O que acontece é que o desenvolvimento da URNG vai sendo construído pouco a pouco. As quatro organizações convergiram num acordo de tipo político quanto a um programa único tendente a constituir um governo revolucionário patriótico, popular e democrático, com a eventual finalidade de constituir uma só estrutura orgânica, com uma direção única para a condução política e militar das tarefas revolucionárias e um comando único para as forças guerrilheiras de que cada uma das participantes dispõe.

A situação militar

Qual é o atual quadro militar à luz das inovações que tanto as forças armadas governamentais como as rebeldes introduziram em sua tática e estratégia bélica?

— A URNG vem aplicando e desenvolvendo duas estratégias: uma é a da generalização da guerra de guerrilhas e a outra é a concentração e dispersão das forças de combate. Com a primeira, o propósito é dispersar a frente do exército mediante a atuação dos guerrilheiros em vários lugares e, ao mesmo tempo, para obrigar o exército a atacar cada foco e a dispersar-se por todo o terreno. Comprovamos, com a prática, que tivemos sucesso com essa estratégia, porque agora o regime projeta uma força militar de 25 mil a 50 mil homens.

E a quanto chegam os seus efetivos regulares?

— Nunca passou dos 17 mil efetivos e agora projetam aumentá-los consideravelmente, até triplicar seu número se for possível. E estão em processo de criar 23 guarnições para tentar o controle do movimento guerrilheiro.

Quantas guarnições havia até agora, normalmente?

— Eram nove no total e se viram obrigados a aumentá-las, para enfrentar nossa estratégia. É claro que nós já estamos desenvolvendo alternativas de luta e que, com o desenvolvimento político-militar que a URNG alcançar, estaremos em condições de empreender ofensivas em diversos pontos para ir derrotando as forças dispersas.

Quantos efetivos a insurreição contrapõe, no total, aos 17 mil governamentais?

— Eu poderia responder da seguinte maneira: os Estados Unidos calculam que não passamos de dois mil, nada mais; mas o dirigente Carlos Soto, de um pequeno partido de esquerda (acho que se chama "Força Nova"), perguntou ao general Mejía Víctores, faz uns três meses, "o que o exército guatemalteco ia fazer com os seis mil guerrilheiros armados que existem no país". Digamos então que o cálculo pode flutuar entre dois e seis mil.

Só a título de observação, esse número impressiona como bastante inferior, em termos relativos, ao dos insurgentes salvadorenhos...

— Em termos relativos...

Patrulhas de autodefesa

E além disso o exército se sente muito satisfeito por ter criado o conjunto paramilitar das zonas rurais, as Patrulhas de Autodefesa Civil, considerando-as um ramo positivo de segurança interna. Essa inovação afetou as guerrilhas?

— Bom, segundo dados do exército, haveria cerca de 80 mil pessoas organizadas como tais patrulhas, mas elas foram obrigadas a isso ou por muita pressão ou à força. O propósito aparente é que em cada aldeia, cada povoado, essas patrulhas atuem como defesa em caso de ataques guerrilheiros; mas o exército as

utiliza como proteção para as suas próprias unidades de combate. Por exemplo, se um pelotão ou uma companhia chegar a uma aldeia, a unidade dorme no centro geográfico desse povoado e põe patrulhas para vigiar em torno desse centro. E quando deve penetrar na montanha, põe à frente esses patrulheiros locais, conhecedores do terreno, como guias, e outros como bestas de carga, para levar alimentos, água, munição...

Seria muito difícil que cada um desses 80 mil patrulheiros pudesse dispor de um fuzil, de uma arma de fogo...

— Apenas um número muito reduzido das patrulhas possui armas, não saberia dizer quantos. Mas sabe-se que, recentemente, o exército comprou 12 mil fuzis *mauser* que me parece terem sido adquiridos por intermédio de Israel. O navio que trazia essa carga foi retido um tempo nos Estados Unidos.

Lembra-se quando aconteceu esse episódio? Porque se costuma mencionar que, há muitos anos, há milhares de fuzis Galil e submetralhadoras Uzi, de origem israelense, que não têm por que passar pelos Estados Unidos, nem, que se saiba, Israel pede permissão a Reagan para vender armamento ligeiro a quem lhe dê na veneta.

— Não me lembro exatamente a data, acho que foi no final do ano passado, mas me lembro que se disse que eram para as Patrulhas de Autodefesa Civil.

Militarização rural

Armar tantos milhares de camponeses, indígenas, poderia se tornar uma arma de dois gumes. Para quê utilizar tanta gente e como é que os selecionam?

— Sim, não poderiam estar seguros com tantas pessoas com

posse de armas, além do quê, as guerrilhas poderiam capturá-las. Mas o número que o governo fornece é enganoso, além do fato de juntá-los à força. Por exemplo, chega um tenente, chama a população, reúne todo mundo no campo de futebol ou em outro lugar e lhes diz: "Vamos criar aqui uma patrulha de defesa e os chefes serão fulano, beltrano e sicrano". Dão-lhes instrução militar básica, para a guarda e a defesa da aldeia, e os põem a vigiar a estrada, as pontes e os caminhos...

Se o recrutamento é à força, como o exército consegue que suas ordens sejam cumpridas estritamente?

— Não, à força é só a formação inicial, depois é a vez do comissionado militar e dos agentes do serviço de inteligência do exército, atuarem. Eles já prestaram serviço e pertencem à aldeia. Os recrutas passam a fazer parte das patrulhas e pertencem secretamente ao G-2. Ficam articulados dentro do povoado e em permanente comunicação com seus iguais das aldeias vizinhas e com os comandos superiores...

Permita-me uma referência, uma analogia com El Salvador, onde a FMLN controla um-terço do território nacional. Poderia dizer que a insurreição guatemalteca controla espaços geográficos de certa dimensão, definidos?

— Não, ainda não se pode afirmar que as guerrilhas controlem um determinado território na Guatemala; o que acontece em nossa guerra revolucionária é que, pouco a pouco, com a aplicação da tática de concentração de forças, conseguimos induzir o exército a entrar em determinados territórios e a sofrer ataques e baixas que o desgastam, e com isso fazem todo o possível para evitar entrar em nosso campo; mas, na verdade, não podemos dizer que nossas forças controlem territórios.



O exército chega a um povoado e recruta a população à força, que depois é obrigada a fazer parte das patrulhas

Você mencionou 17 mil efetivos do exército e a possibilidade de que aumentem de 25 para 50 mil, mas acho que omitimos mencionar a dimensão do aparelho policial e de segurança...

— Bom, acho que se poderia falar de mais 30 mil efetivos, incluindo as polícias, forças de segurança e policiais privados.

A ajuda dos Estados Unidos

Desde o começo da administração de James Carter, a Guatemala teve suspensa a ajuda militar dos Estados Unidos, em razão da comprovada e repetida violação dos direitos humanos. Sabe-se que isso afetou principalmente o item das peças de reposição para helicópteros e aviões, mas, há pelo menos um ano, o governo de Reagan levantou o embargo e talvez até tenha fornecido equipamentos e armamentos...

— Não, o que houve foi a reativação do fornecimento de peças de reposição e outras, mas os Estados Unidos colaboram na fabricação de armas e munições e de carros de assalto.

Essa fábrica já está em produção? Porque artigos da imprensa

dizem que é através da Guatemala que o governo de El Salvador recebe grandes partidas de explosivos e munição de guerra, mas não esclarecem se se trata de produção guatemalteca ou de outra procedência externa...

— As versões não coincidem, mas acreditamos que a fábrica de munições se propõe a suprir todos os exércitos centro-americanos, unificando os calibres de acordo com as requisições de Washington, que não deixou de lado o seu projeto de fazer reviver o Condeca. Necessita uniformizar o tipo de armas, de munição de guerra, de modelos, para tornar mais efetivo o intercâmbio de serviços mútuos na região, no local onde ocorram rebeliões e levantes.

O que são os "pólos de desenvolvimento", os dois complexos industrial-militares?

— Exatamente, um desses pólos está em Alta Verapaz e aí já estaria funcionando a fábrica de munições...

No assunto do recente armamentismo da Guatemala insiste-se na participação ativa de Israel como fornecedor. Já se fala de que empresas estatais ou privadas israelenses investem capitais

em setores desses "pólos de desenvolvimento". O que há de verdade nisso?

— O que sabemos de certo é que os Estados Unidos entregaram a Mejía Vítores, em venda, 28 helicópteros *Un-1H Huey*, do mesmo tipo dos que foram entregues a El Salvador; mas em nossas frentes notamos que há mais helicópteros e mais aviões *A-37*, os *Dragonfly*; mas também há aviões suíços, os *Pilatus*, e há alguns anos os *Aravá* israelenses, que tanto servem para o transporte de tropas e de carga como para lançar-nos bombas de 125 libras (62 quilos e meio); atiram de 11 a 18 bombas por excursão.

A que se deve o fato de tantos milhares de guatemaltecos

terem abandonado suas terras e buscado refúgio no México?

— Fundamentalmente, à tática da terra arrasada. O exército entra nas aldeias, geralmente sem motivo nem razão alguma, e destrói as casas e a produção dos camponeses.

Não será porque supõem que ajudam as guerrilhas?

— Às vezes, sim, mas em geral é arbitrário. Nas áreas em conflito, decidem que é possível que opere uma guerrilha, não o sabem com certeza nem se dão ao trabalho de comprovar. Chegam, massacram e arrasam com tudo.

Alguma região em especial?

— A repressão dissuasiva opera principalmente no Quiché, em

Huehuetenango, no Petén, em Chimaltenango...

E sobre a versão de que, por trás do argumento da suposta ajuda às guerrilhas, se trata na verdade de se apoderar das terras desocupadas? Dizem que desde o general Arana Osório em diante, não existe general ou coronel que não seja dono de terras...

— Você está certo, todas são boas terras e até com petróleo no seu subsolo. Desde os tempos do presidente Julio César Méndez Montenegro, o exército foi se apropriando das terras. Foi ele quem permitiu que os militares se apropriassem das melhores terras do norte, no Petén, terras muito férteis e, além disso, com petróleo e minerais exportáveis. ●

AS PERSPECTIVAS

O que os militares fazem com os indígenas que não conseguem fugir para o México?

— Perseguem-nos, capturam-nos nas montanhas e os concentram nos chamados "povoados modelos". Depois de destruírem suas casas, utensílios, seus pobres bens, sua produção, transferem-nos e os concentram para que continuem trabalhando, mas não para si próprios. Não, o exército afirma que essas plantações são para alimentar os guerrilheiros e que o que se deve plantar é *cardamomo*, cacau e outros produtos para exportação. Assim, controla a produção desses novos produtos e o milho e o feijão são fornecidos pelo exército à "aldeia modelo" sob muito controle, por família ou por pessoa.

Quais são as perspectivas das guerrilhas ao fim de 21 anos de luta, são de guerra prolongada?

— Creio que a curto ou a médio prazo não temos perspectivas razoáveis de tomar o poder. O movimento guerrilheiro tem de superar ainda uma série de dificuldades em sua guerra revolucionária e popular. Para nós, o problema da Guatemala não se resolverá só com a guerra. A URNG sempre tem colocado a necessidade de uma grande frente ampla para que surja um governo revolucionário, democrático, patriótico e popular como o caminho para a tomada do poder. Tudo depende de capacidade da URNG de desenvolver estratégias e táticas políticas adequa-

das à conjuntura do país e de conseguir superar os problemas que enfrenta com a tática de concentração de forças para aniquilar as do exército.

Não é que não se pense no conceito de guerra prolongada, mas isso depende muito de conjunturas concretas e de como a URNG e suas organizações forem resolvendo os problemas estratégicos que a luta revolucionária coloca. Entre estes problemas, está, em primeiro lugar, a consolidação e o desenvolvimento da própria unidade revolucionária; em segundo lugar, a estratégia de concentração de forças militares; em terceiro, forjar a frente patriótica nacional; e, em quarto lugar, poderia ser uma maior ampliação do processo de unidade revolucionária guatemalteca com outras organizações.

A convocação de eleições e o processo cívico consequente, poderiam influenciar a luta armada?

— O projeto em curso de Mejía Vítores, com apoio das classes dominantes, do exército e do imperialismo, propõe isolar-nos dos setores progressistas, democráticos e populares; se nós carecermos de uma resposta política, se não elaborarmos uma estratégia e uma tática para impedir essa intenção de nos isolar, então aí sim, a farsa eleitoralista que se prepara poderia ter algum efeito. Existem muitos setores politicamente atrasados, das camadas médias que, nesses momentos, podem ter acesso à "constitucionalidade" — como diz o exército — porque se permite que eles inscrevam seus partidos e isso suscita uma situação que o movimento armado tem de considerar.

Governo conservador assume o poder

Nas primeiras eleições gerais desde a independência, um partido que "compartilha a filosofia de Reagan" chega ao governo, em meio a grave crise econômica

Horacio Castellanos Moya

Arastada pela convulsão que afeta os demais países centro-americanos, vítima da crise econômica, acossada por sua vizinha Guatemala e sob as pressões da política agressiva da administração de Ronald Reagan, Belize começou o ano de 1985 com um novo governo.

Manuel Esquivel, líder do Partido Democrático Unido (PDU) — de tendência conservadora —, tornou-se o primeiro-ministro, depois de derrotar, nas eleições de 14 de dezembro passado, o Partido Popular Unido (PUP) — de orientação social-democrata —, que vinha mantendo o controle sobre o governo parlamentar desde 1961, sob a direção de George Price.

Durante a administração de Price, Belize — país de 22 mil 965 quilômetros quadrados e 170 mil habitantes, situado na parte sudeste da península de Yucatán — conseguiu sua independência da Grã-Bretanha, a 21 de setembro de 1981, levou adiante um programa de desenvolvimento social que não pôde ser realizado plenamente e manteve uma política externa vinculada ao Movimento dos Países Não-Alinhados.

Com um índice de desemprego de 25%, uma inflação acumu-

lada durante os dois últimos anos de 33% e uma dívida externa próxima dos 150 milhões de dólares (face a um orçamento anual exatamente da metade), a derrota do ex-primeiro-ministro Price foi atribuída a uma divisão interna de seu partido — "com uma ala esquerda que se impunha ao primeiro-ministro e uma ala direita tachada de corrupta", de acordo com o jornal mexicano *Excelsior* —, assim como às recentes medidas de austeridade decretadas por impo-

sição do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A vitória de Esquivel

O PDU obteve maioria esmagadora sobre o PUP, conseguindo 21 dos 28 assentos que integram a Câmara de Deputados. Cerca de 60 mil pessoas acorreram às urnas para eleger um partido cujo programa se baseia no liberalismo econômico e numa maior aproximação com Washington. De acordo com o semanário *Inforpress Centroamericana*, o PDU compartilha "a mesma filosofia política" da administração Reagan.

O PDU foi fundado em 1974, como coalizão de três pequenos partidos, com o apoio do setor privado, sob o comando de Theodore Aranda, seu líder até 1982, quando foi deposto (acusado de receber dinheiro guatemalteco) por Esquivel e Dean Lindo.

Analistas da região consideram o novo primeiro-ministro como um homem "sem experiência" para ocupar esse cargo, pois iniciou sua carreira política há apenas cinco anos. Esquivel, de 44 anos de idade, for-



O primeiro-ministro Price (à esq.) foi derrotado nas eleições de dezembro passado pelo conservador Manuel Esquivel

mou-se em Ciências Físicas em 1964, na Universidade de Loyola (Nova Orleans) e possui um diploma em Educação pela Universidade de Bristol. A maior parte de sua vida foi dedicada ao ensino no Colégio St. John, em Bemolpán, a capital belizenha.

Na sua campanha eleitoral, Esquivel acusou Price de "conduzir Belize para o comunismo". Segundo o semanário belizenho *Disweek*, que apóia Price, o PDU solicitou o apoio do Partido Republicano norte-americano durante a convenção de Dallas, Texas, em agosto do ano passado. Esquivel e Lindo assinaram uma carta na qual se queixavam da "influência comunista" no governo e das políticas oficiais contra o setor privado. Nela também solicitavam ajuda financeira aos republicanos.

Alguns dias antes das eleições, Esquivel afirmou que seguiria uma política muito ativa em busca de investimentos e pediu o estabelecimento de vínculos estreitos com os Estados Unidos. Depois de conhecida a sua vitória nas eleições, ao ser indagado se estaria disposto a considerar uma eventual proposta de Washington para instalar em Belize a Escola das Américas (que encerrou suas atividades há três meses no Panamá - ver **cader-nos** nº 74), o novo primeiro-ministro respondeu afirmativamente, mas esclareceu que "essa proposta nunca poderia levar à instalação de uma base militar nem limitar a soberania" do seu país.

Precedentes eleitorais

O Parlamento, que tomou posse a 2 de janeiro deste ano e que se encarrega de designar o primeiro-ministro, funcionará por cinco anos. Estas foram as primeiras eleições gerais desde que Belize ganhou sua independência da Grã-Bretanha, embora nesse lapso de tempo tenham

se realizado eleições municipais em duas ocasiões. Desde 1979, o partido de Price controlava 13 das 18 cadeiras que então formavam a Câmara, e 12 desses deputados eram também ministros da área executiva, o que dava ao PUP um domínio completo sobre os dois poderes do governo.

A 20 de novembro do ano passado, Price dissolveu a Câmara e convocou eleições para o dia 14 de dezembro. O registro dos candidatos se efetuou a 3 de dezembro e as eleições para prefeitos e conselhos municipais foram adiadas para finais de 1985. Segundo o jornal de Belize, *The Reporter*, de oposição ao PUP, uma deterioração da economia e o fato de que o governo terá que negociar com o FMI outra vez no início deste ano, obrigaram Price a marcar logo as eleições. Com isso, ele teria procurado fugir das consequências negativas desses fatos na votação.

Esse mesmo jornal, em princípio de dezembro passado, divulgou relatórios sobre a malversação de fundos dentro das instituições governamentais, envolvendo dois funcionários do PUP. Os relatórios citavam um informe do auditor geral da República, o qual implicava o ministro de Energia, Elíjio Briceño, e o presidente da Comissão de Ele-

tricidade, Louiss Sylvestre, em irregularidades nessa instituição. Esse fato foi particularmente prejudicial para o PUP, devido ao descontentamento gerado entre a população pelas contínuas faltas de luz desde 1983.

O problema com a Guatemala

Há mais de 100 anos, a Guatemala considera como seu o território de Belize, e por isso se nega a reconhecer a sua independência. O regime guatemalteco rompeu relações com a Grã-Bretanha, quando esta concedeu a independência ao pequeno país centro-americano. O governo belizenho manteve uma firme rejeição diante da reivindicação territorial guatemalteca.

Em princípios de outubro de 1984, falando perante a 39ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o chanceler guatemalteco, Fernando Andrade Díaz-Durán, reafirmou categoricamente que seu país não reconhece a independência de Belize nem sua condição de Estado. No entanto, o chanceler ratificou a disposição de seu governo em continuar as conversações com seus homólogos britânico e belizenho para encontrar uma solução "justa e honrosa".

Nessa mesma reunião da ONU, Belize recebeu o apoio da delegação do Movimento dos Países



Margaret Thatcher deseja retirar suas tropas de Belize

Não-Alinhados, a qual reiterou seu apoio à independência e soberania belizenhas e ao direito desse país de determinar seu próprio futuro, apelou à negociação como forma de resolver a disputa territorial e condenou qualquer tentativa de usar a força contra Belize.

Em seus últimos meses de gestão, a administração de Price viu-se pressionada pela Grã-Bretanha para que negocie com a Guatemala. A primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, deseja retirar suas tropas — cerca de dois mil soldados e quatro aviões de combate — do país centro-americano, porque mantê-las acarreta uma considerável carga econômica e não é partidária da presença de soldados britânicos em territórios que já não sejam colônias e que têm regime democrático. As tropas inglesas dissuadiram o regime guatemalteco de se lançar numa aventura militar contra Belize.

No final de novembro passado, *The Times* de Londres assegurou que já existe um acordo entre a Grã-Bretanha e a Guatemala em torno de Belize, que ainda não se quer tornar público. Porém, o então ministro belizenho de Assuntos Domésticos e Relações Exteriores, Vernon Courtney, desmentiu a existência desse ou qualquer outro acordo negociado com o regime guatemalteco.

Segundo a revista norte-americana *Soldier of Fortune* (ver cadernos do terceiro mundo nº 75), o governo de Thatcher quer retirar suas tropas nos primeiros meses de 1985, e por isso disse a Price que “deve procurar fazer o melhor arranjo possível com os guatemaltecos, mesmo que isso queira dizer ceder uma parte de Belize”. A mesma fonte apontou que o Escritório Britânico do Exterior está disposto a anunciar ao governo belizenho a retirada das tropas apenas 24 horas antes de isso acontecer.



A Guatemala reivindica ostensivamente o território de Belize

Por sua vez, o novo primeiro-ministro de Belize — país cujos habitantes em sua imensa maioria são da raça negra, fala inglesa e manifestam maior afinidade com as ilhas caribenhas que com seus vizinhos centro-americanos — disse que as bases do diálogo com a Guatemala propostas pelo governo de Price “ficaram obsoletas”.

Esquivel declarou que se poderia ter um diálogo com a Guatemala com a condição de que se reconheça a soberania belizenha. De acordo com o jornal mexicano *Unomásuno*, o novo primeiro-ministro estaria disposto a dar uma nova saída ao Caribe para a Guatemala desde que “não haja militares no poder e prevaleça um governo democrático civil”.

Depois de saber da sua vitória eleitoral, Esquivel enfatizou que fará todo o possível para que o contingente britânico permaneça em solo belizenho. “É preferível contar com efetivos militares da Grã-Bretanha, país que tem boas relações com o Caribe e com a América Central, inclusive com a Nicarágua, do que com tropas norte-americanas que são impopulares na região”, explicou ele.

Esquivel afirmou que “nós tentamos nos resguardar do conflito da América Central, que

arruína muitas nações da área, e de uma invasão da Guatemala, mas só contamos com uma força nacional de 800 homens escassamente dotados de material e sem grande experiência de combate”.

Perspectivas

As duas principais prioridades do novo governo encabeçado por Esquivel serão o reordenamento econômico — Belize baseia sua economia na exportação de açúcar, concentrados de frutas cítricas e mariscos — e a solução da questão com a Guatemala. No entanto, dada a identificação entre o partido de Esquivel e a administração Reagan, Belize poderia passar a ser um novo aliado dos Estados Unidos na região, o que aguçaria seus problemas em todos os aspectos.

Ao receber sua investidura das mãos da governadora geral, Minita Gordon — representante da rainha Elizabeth 2ª, já que Belize faz parte da *Commonwealth* —, o novo primeiro-ministro enfrenta o desafio de superar as conquistas alcançadas por Price, tanto em termos de desenvolvimento social como de estabilidade política interna e autodeterminação. Tarefa, com certeza, nada fácil.

Novos rumos de uma antiga colônia

A vitória de Hernández Colón nas eleições dessa ilha caribenha muda o relacionamento com os EUA e as perspectivas de desenvolvimento

Inés María Quiles e Homero Saltalamacchia



As bandeiras dos Estados Unidos e de Porto Rico: um status colonial que se disfarça sob o nome de "Estado Associado"

Hernández Colón, o candidato do Partido Popular Democrático (PPD), nas eleições de Porto Rico, realizadas em 6 de novembro do ano passado, conseguiu uma vitória esmagadora sobre seu principal adversário, o governador Carlos Romero Barceló. Começava uma nova época depois de dois períodos consecutivos em que o governo ficou nas mãos do Partido Novo Progressista (PNP).

O "namoro" de Carlos Romero Barceló com a cúpula governamental norte-americana tinha terminado fazia tempo, quando

Washington deixou bem claro que sua intenção era manter Porto Rico na situação de colônia. Nesse caso, o crescimento eleitoral e as pretensões decididamente anexionistas de Romero Barceló, em vez de agradar, apareceram como um perigo para Washington. Se continuasse fazendo essas afirmações, o governo norte-americano se veria na desagradável (e pouco lisonjeira) obrigação de dizer claramente o que até agora tinha preferido não reconhecer publicamente: que queria Porto Rico como colônia e não como parte integrante do

seu próprio corpo jurídico.

Quando a comédia chegou ao fim, o Estado norte-americano desferiu um duro golpe no pretenso "amante", que exigia os direitos de legítima esposa. O Estado Livre Associado, pelo contrário, era o único — ou o melhor — refúgio para as aventuras inconfessáveis.

Navegando em dois mares

Apesar de Romero concordar com os independentistas na denúncia do caráter colonial de Porto Rico, estes nunca lhe tiveram a menor simpatia. E havia motivos para isso. O mais óbvio, o fato de defenderem bandeiras absolutamente opostas; o outro, a repressão que lhes impôs esse governador, que não se deteve diante do crime para punir os militantes independentistas. A mesma rejeição a Romero era sentida entre os intelectuais de esquerda que, com razão, sempre viram em Romero um tenaz defensor do sistema capitalista.

O discurso de Romero era e é pró-norte-americano e, nessa medida, atentava contra a dignidade da nação porto-riquenha. Mas nele há algo mais, que se os independentistas não captaram, ao povo não passou despercebido: há em seu discurso um protesto contra a afronta que a situação de colônia significa para os habitantes de Porto Rico. Ao exigir que os porto-riquenhos deviam deixar de ser "cidadãos de segunda classe", Romero interpretou os anseios de dignidade pessoal dos habitantes da ilha.

Essa obstinada defesa da anexação da ilha aos Estados Unidos foi um dos elementos que contribuiu para tornar Romero malvisto nos círculos de poder norte-americanos. Esse descontentamento se manifestou no "sinal verde" dado às investigações sobre fraude e malversação de fundos públicos na burocracia: ambos os temas foram decisivos na campanha contra Romero levada

adiante pelo Partido Popular Democrático.

Mas havia ainda outro tema, em que Romero se opunha aos projetos norte-americanos para Porto Rico. O ex-governador sempre baseou o seu importante apoio eleitoral na promessa de obtenção de maiores "fundos federais". Os recursos federais contribuíram de maneira decisiva para manter o atual nível de consumo da população da ilha.

A decisão de Romero de lutar para mantê-los ia contra os projetos norte-americanos de reduzir drasticamente esses recursos e promover uma mudança na economia da ilha que a obrigue a participar mais ativamente não só da produção industrial, como também na economia caribenha como um todo, como pedra fundamental da estratégia norte-americana de hegemonia econômica sobre a área.

Estratégia bem-sucedida

Descartado Romero, restava à inteligência norte-americana desenvolver um duplo jogo. Primeiro, fazer surgir uma figura alternativa dentro do PNP, escolha esta que recaiu sobre Hernán Padilla. Figura prestigiada pela sua atuação como prefeito de San Juan, Padilla abandonou o PNP — depois de medir forças inutilmente com Romero Barceló —, fundando um novo partido, que mais tarde conseguiria 4% dos votos. Segundo, estimular a vitória de Hernández Colón, candidato do Partido Popular Democrático, disposto a defender a tradicional postura de seu partido em prol da manutenção do atual status: o Estado Livre Associado. Seja por seus próprios méritos ou pelos méritos alheios, o que importa é que a estratégia de mudança na liderança política de Porto Rico obteve êxito.

Hernández Colón, no dia em que tomou posse como governador, afirmou que Porto Rico assumiria a responsabilidade de im-

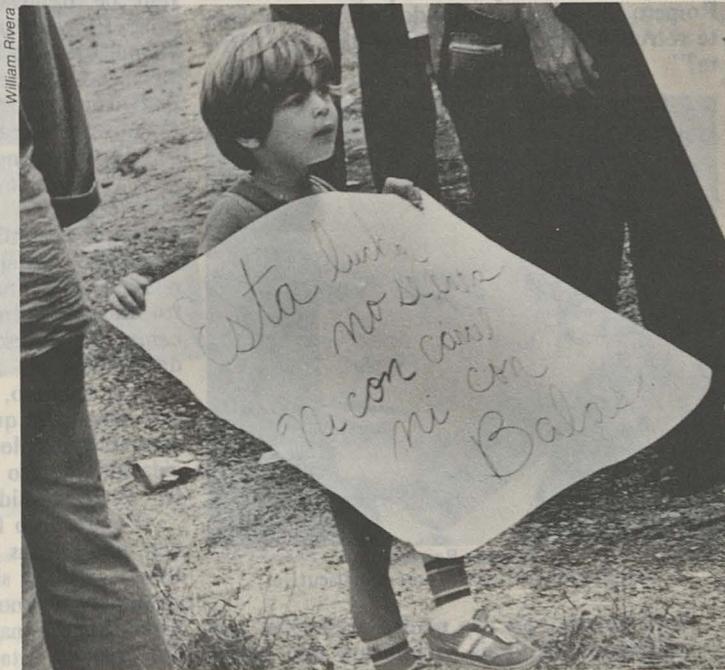


Porto Rico, a menor e mais oriental das Grandes Antilhas, ocupa uma área de 8.897 km² com uma população de 3.196.520 hab. (1980). A ilha de Vieques (43 km²) é uma base militar norte-americana

pulsionar e liderar o processo de reconversão das economias regionais previsto no Plano Reagan para o Caribe.

A "autonomia" da ilha será a

bandeira que os atuais líderes políticos levantarão para compensar os porto-riquenhos pela inevitável diminuição de suas receitas, provocada pela retirada



Apesar da resistência dos patriotas porto-riquenhos, a estratégia de mudança na liderança política da colônia deu certo, porém dentro do quadro dos interesses norte-americanos

dos "fundos federais". A autonomia será o verniz com o qual os governantes porto-riquenhos "enfeitarão" seus projetados novos incentivos ao investimento no setor industrial, que implicarão a revogação das normas de proteção ambiental em detrimento da saúde dos habitantes de Porto Rico. A qualificação de "Associado", que se completa com o de "Livre", na denominação do Estado Livre Associado, é o eufemismo com o qual os Estados Unidos se asseguram de que essa autonomia nunca será utilizada com outros fins contrários aos seus interesses.

A marca característica de

uma colônia é justamente o fato de que sua política interna é um dado secundário dentro da estratégia global da metrópole. É por isso que se justifica a atenção com que foi lido o *Mandate for leadership II, continuing conservative revolution*, publicado pela *Heritage Foundation*, instituição que havia sido uma das principais impulsionadoras da candidatura Reagan na sua primeira campanha eleitoral. Em conversas privadas, os autores desse documento deixam de se referir a Porto Rico como Estado, para chamá-lo cruamente de "território", nome que sempre se deu às colônias.

Todo o texto dessas recomendações confirma as perspectivas antes citadas: Porto Rico deve deixar de depender da ajuda federal e conseguir fundos para garantir o trabalho aos seus habitantes. Se, antes, os enormes lucros obtidos na ilha pelas empresas estrangeiras eram compensados em parte pelos recursos federais e sua exploração suavizada pela legislação, agora não acontecerá nem uma coisa nem outra. Talvez nos próximos anos os porto-riquenhos venham a tomar consciência do verdadeiro preço de ser uma colônia. Algo que muitos já haviam esquecido.

O "AMANTE REJEITADO"

□ Depois de conhecidos os resultados da disputa eleitoral, um jornalista perguntou a Carlos Romero Barceló a respeito de "sua derrota" e este retrucou surpreendido: "Derrota... que derrota?"



Gary Williams

Romero Barceló:
uma derrota não aceita, porém indiscutível

Para Romero, ele não perdeu as eleições, pois os resultados eleitorais só indicam um "revés" eleitoral, produto do que chamou um "complo de forças antagônicas unidas por um ressentimen-

to pessoal contra ele, e não de um descontentamento com a sua gestão frente ao governo".

E até certo ponto, Romero tem razão. O Partido Popular Democrático foi o vencedor, mas os números indicam que essa vitória se deveu em parte aos cerca de 50 mil independentistas que deram seu voto a esse partido. Além disso, o Partido de Renovação Porto-Riquenho (fruto de uma cisão do Partido Novo Progresista) tirou uns 70 mil votos ao PNP. Isto é, o PPD ganhou estas eleições limpamente, mas isso não significa que os 800 mil votos obtidos tenham sido de simpatizantes desse partido. É necessário se descontar os votos independentistas.

É isso que leva Romero a dizer que ele não saiu "derrotado" nestas eleições e que "dentro de 48 meses se confirmará que somos numericamente superiores à aliança de todos os adversários de nosso ideal". Enquanto isso, nos próximos quatro anos, Romero se propõe a desenvolver uma campanha de esclarecimento sobre o que é "a democracia".

Para Romero, trata-se de "educar" os porto-riquenhos para que despertem de tantos anos de mentalidade colonial e "exijam" a igualdade de cidadania dentro da nação da qual "fazemos parte": Estados Unidos.

O êxito ou o fracasso desta campanha dependerá não apenas da capacidade de Romero para dirigi-la, mas da simpatia que esse discurso possa atrair no governo norte-americano. E é aí justamente onde a maior parte dos observadores acredita que os Estados Unidos demonstrarão uma vez mais a sua oposição a Romero e ao seu empenho pela anexação.

Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 25.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
- Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Nome:
Endereço:
Bairro Cidade:
Estado: CEP: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957

África

Angola

O MPLA fixa as metas para 85

A 1ª Conferência Nacional do MPLA-PT acelerou a discussão ideológica e fixou novos objetivos econômicos e sociais para o ano do 10º aniversário da independência

Quase 600 delegados das mais diversas regiões de Angola discutiram durante seis dias, em meados de janeiro, a intensificação do debate ideológico entre os quadros do MPLA-PT visando aumentar a unidade interna do partido, no momento em que ele se prepara para comemorar os dez anos de independência do país, em novembro. A Conferência Nacional serviu também como foro de debates entre a cúpula e a base do partido visando eliminar desvios surgidos nos últimos quatro anos após a reavaliação do Congresso Extraordinário de 1980. Todos os esforços

dos dirigentes estavam voltados no sentido do fortalecimento da unidade interna do MPLA-PT, condição considerada essencial para que o governo e o país suportem as pressões internacionais a que estão submetidos.

A Conferência marcou mais um passo nos esforços para eliminar o excesso de burocracia entre os quadros partidários destacados para organismos estatais bem como acabar com privilégios e o que foi classificado como "tendência ao acomodamento por parte de alguns funcionários". Tanto o discurso final do presidente José Eduardo dos

Santos como as intervenções de vários dirigentes na sessão de encerramento coincidiram em que os avanços alcançados durante os debates permitiram que os problemas fossem identificados e resolvidos com objetividade.

A posição do presidente angolano saiu fortalecida num momento em que o seu governo está enfrentando uma agressiva intransigência da África do Sul na questão da independência da Namíbia. José Eduardo dos Santos divulgou, no final do ano passado, os pontos essenciais de uma proposta angolana para alcançar a independência da Namíbia por meio de um entendimento com a África do Sul e os Estados Unidos, através da ONU. Mas o governo de Pretória até agora não deu nenhuma resposta formal, mesmo submetido a fortes pressões internacionais.

O papel do campesinato

Outro aspecto que dominou as atenções dos 552 delegados presentes na 1ª Conferência Nacional foi o da questão agrícola, notadamente o esforço do partido para ampliar a participação do campesinato na reconstrução política do país. Um editorial do *Jornal de Angola*, relativo às resoluções da Conferência, afirmou que "caberá à direção política e aos melhores militantes, a tarefa de incorporar ao partido



A Conferência, foro de debates entre a cúpula e a base partidária

os mais dinâmicos e abnegados representantes do campesinato, visando recuperar o elevado potencial nacionalista e revolucionário de uma classe que serviu de sustentáculo (...) para a guerra de libertação e para a conquista da independência”.

O mesmo *Jornal de Angola*, num artigo assinado por J. Miguel, ampliou a análise sobre a questão agrícola, afirmando que “outro fator, não menos importante e que deve ser observado com rigor, é o de que as estruturas governamentais devem levar em conta os interesses dos camponeses. Não se pode conceber, apesar dos imperativos econômicos, que o camponês compre mercadorias industrializadas por preços elevados e venda a sua produção de alimentos por preços baixos. Essa situação tem conduzido frequentemente a que os agricultores estoquem a sua safra e se desinteressem pelo cultivo de alimentos básicos. Se juntarmos a isso o fator guerra, teremos uma situação pouco favorável ao progresso das relações socialistas no campo”.

As resoluções da 1ª Conferência Nacional serão agora discutidas a nível de base dentro de um encaminhamento político que a direção do MPLA-PT pretende convergir para a realização do 2º Congresso Ordinário do partido, previsto para dezembro e que deverá se constituir no encerramento dos festejos pelo 10º aniversário da independência angolana.

As resoluções da Conferência

As deliberações aprovadas pelos delegados dedicam especial atenção ao problema do fortalecimento ideológico e político do partido, à questão agrícola, à formação de quadros e à defesa nacional. O documento final tem nove itens principais. Segue-se um resumo dos pontos mais importantes:

No âmbito da organização e crescimento do partido, a Conferência recomendou:

1) Reforçar a organização do partido e fortalecer os mecanismos que garantam um exercício mais eficaz do papel dirigente do partido sobre o Estado e toda a sociedade, e exigir o rigoroso cumprimento das orientações do partido por parte dos órgãos do Estado;

2) aperfeiçoar os mecanismos de ligação e informação entre as estruturas centrais e intermediárias do partido e entre estas e as organizações de base, assim como a atividade de controle e ajuda dos órgãos superiores aos inferiores;



A posição do presidente José Eduardo dos Santos saiu fortalecida

3) necessidade de melhorar a estrutura dos comitês municipais do partido de forma a torná-los mais dinâmicos e eficazes e mais ligados às organizações de base do partido;

4) necessidade de revalorizar o papel que devem desempenhar os ativistas políticos, face à situação atual do desenvolvimento do partido, devendo ser priorizada a sua especialização;

5) aprofundar a estruturação e funcionamento do partido no campo, tendo em conta as características concretas do nosso país, e implantando associações e cooperativas de produção, com

base no princípio clássico de voluntariedade e multiplicando as organizações de base do partido (OBP);

6) necessidade de se aprofundar o conteúdo de trabalho das células do partido nos seus locais de trabalho e orientar as formas como devem exercer o papel dirigente do partido, nomeadamente através da sua participação nos conselhos de direção das empresas e órgãos centrais e locais do aparelho do Estado, bem como através da seleção dos principais quadros de direção;

7) a definição de uma estratégia para o crescimento do partido, por período determinado, estabelecendo metas a atingir em

relação a cada categoria social, priorizando as classes operária e camponesa;

8) adotar novas formas que permitam melhorar a direção, o acompanhamento e o controle da JMPLA-Juventude do Partido.

Relativamente à ligação do partido às massas, a Conferência recomendou:

1) Reforçar a natureza das organizações de massas como veículo principal de transmissão da orientação do partido a todo o povo, garantindo assim a participação efetiva das amplas massas populares no estudo, discussão e aplicação da sua política em to-

dos os setores da atividade do país;

2) criar as condições para as Brigadas Populares de Vigilância se transformarem numa organização de massas autônoma;

3) assegurar a colaboração das Brigadas Populares de Vigilância com os competentes organismos do Estado para o apoio às tarefas ligadas à vigilância popular, educação sanitária, doações de sangue, campanhas de vacinação e controle das doenças contagiosas bem como a fiscalização e controle do sistema de abastecimento;

4) a OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos) deverá ser reforçada na sua estrutura de forma a tornar-se mais dinâmica e capaz de educar maciçamente as crianças no amor à pátria, à liberdade e ao progresso;

5) prestar-se maior atenção à orientação e controle da atividade das associações de alunos e estudantes, aperfeiçoando e articulando convenientemente as suas estruturas;

6) priorizar a constituição e dinamização da organização social dos combatentes;

7) garantir que os principais dirigentes das organizações de massas e sociais, especialmente a nível nacional e provincial, sejam eleitos entre os membros do partido com vistas ao reforço do papel dirigente do partido, nessas estruturas.

No concernente às relações Partido-Estado, a Conferência recomendou:

1) O partido deverá aperfeiçoar e reforçar os mecanismos que garantam uma direção eficiente e um mais eficaz acompanhamento e controle do Estado;

2) o Estado, sob a direção do partido, deverá constituir o principal instrumento de aplicação da política traçada pelo partido, materializando os seus princípios revolucionários na satisfação dos interesses das massas trabalhadoras;

3) o Secretariado do Comitê Central deverá prestar maior atenção na orientação e no cumprimento do papel dirigente do partido no aparelho do Estado, através das organizações de base do Partido.

Economia

“Nos quatro anos decorridos após a realização do 1º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, a economia nacional e a esmagadora maioria da população suportaram e ainda hoje suportam as pesadas consequências da guerra que nos é imposta.

“Tal circunstância, associada a uma inadequação das perspectivas, a uma grande falta de quadros técnicos e à fragilidade do controle exercido pelos órgãos de direção da economia, concorrem para que grande parte das tarefas definidas pelo Congresso e dos objetivos econômicos fixados só tivessem sido parcialmente concretizados.

“Se, por um lado, a guerra condicionou a proporção e o montante dos recursos do rendimento nacional que é necessário dispensar com a Defesa e Segurança, por outro lado, limitou também as verbas disponíveis para o desenvolvimento e para o consumo, além de ter afetado diretamente a situação da força de trabalho e da formação profissional, restringido a participação na produção e entravado o trabalho pacífico e organizado nas áreas rurais e nas cidades.

“Assim, ao analisar atentamente a necessidade de se implantarem medidas econômicas globais que permitam a estabilização e posterior desenvolvimento da economia nacional, a Conferência definiu como objetivos primordiais:

1 — Dar prioridade absoluta às necessidades da defesa do país.

2 — Melhorar o abastecimento da população e atingir maior

eficiência no trabalho e na produção como pré-condição para garantir o processo de estabilização econômico-social.

3 — Priorizar e dinamizar as relações econômicas com o exterior como fator determinante do equilíbrio da economia nacional.

4 — Aperfeiçoar os métodos de direção da economia.

5 — Aplicar de forma eficiente as relações de valor.

6 — Reajustar as orientações salariais para o desenvolvimento econômico à luz dos princípios ora aprovados.

“A necessidade de melhorar substancialmente as condições de vida das massas trabalhadoras em particular, e da população em geral, tem vindo a merecer uma particular e permanente atenção das instâncias competentes do partido e do governo no sentido de se desenvolver progressivamente a produção material.

“O setor produtivo assume assim a enorme responsabilidade de viabilizar o aumento da produção de bens essenciais a fim de assegurar o abastecimento nacional em bens alimentares nas quantidades necessárias, reduzir o recurso à importação, incentivar a exportação, garantir o abastecimento técnico-material e a prestação de serviços, programar a ação tendente à elevação do nível técnico-profissional e cultural dos trabalhadores do setor e à participação na gestão das empresas estatais e da economia em geral.

“Nesta conformidade, a Conferência debruçou-se profundamente sobre os mais prementes problemas do setor produtivo, tendo particularmente recomendado o seguinte:

1 — Priorizar a organização das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA), como forma eficaz de apoiar as associações de camponeses, já constituídas e a constituir nas regiões priorizadas;

2 — incorporar progressivamente as áreas de cultura do se-



A Conferência se debruçou sobre os mais prementes problemas do setor produtivo do país, visando o aumento da produção e a redução das exportações

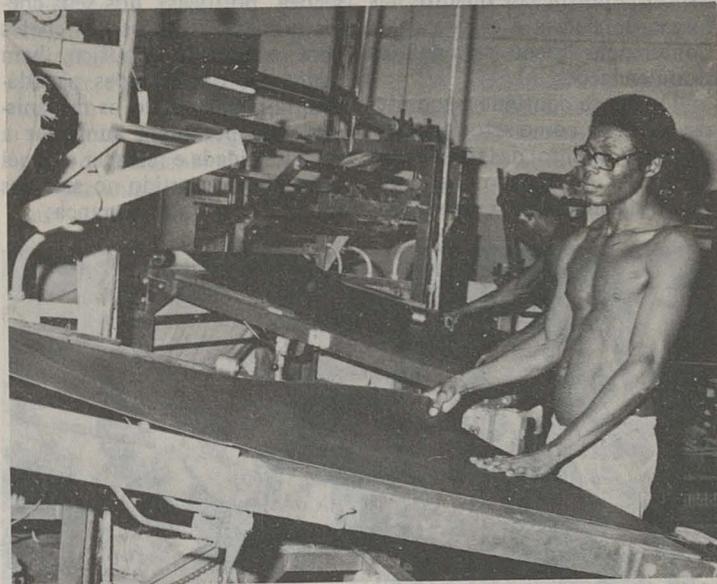
tor camponês no plano nacional, sobretudo através da expansão do apoio técnico-material às principais culturas alimentares;

3 - estabelecer uma política correta de comercialização levando-se em consideração que os preços devem remunerar justamente o trabalho desenvolvido e cobrir as despesas efetuadas; de igual modo, deve ser garantido o conjunto de mercadorias que satisfaça às necessidades dos camponeses e que concorra para o equilíbrio correto da circulação monetária;

4 - garantir o desenvolvimento do setor cafeeiro e florestal, dando atenção à importância de que os mesmos se revestem para o aumento das exportações da RPA;

5 - desenvolver a produção de sementes;

6 - continuar a desenvolver ações tendentes à criação de empresas mistas, principalmente para a reativação da produção de oleaginosas, e em setores onde a tecnologia a ser introduzida aconselhe a associação do setor es-



tatal com empresas estrangeiras;

7 - priorizar os programas de sementes, fertilizantes, pesticidas, mecanização agrícola, irrigação, pequenos equipamentos e instrumentos de trabalho, formação profissional, pesquisa agrária, café, madeira, milho, man-

dioca, banana, oleaginosas, avicultura e pecuária.”

Defesa e segurança

“Apesar de constantemente agredido pelas forças do imperialismo, vendo-se por isso obrigado

terceiro mundo - 59

a realizar cada vez maiores sacrifícios para garantir a defesa dos princípios da Revolução Angolana, a soberania nacional e a integridade territorial da sua Pátria, o povo angolano — e muito particularmente as gloriosas forças de defesa e segurança — soberam dar provas de elevado espírito patriótico, de extraordinária coragem e de heroísmo.

“No decurso dos últimos anos, as forças de defesa e segurança tornaram-se política, técnica e materialmente mais capazes de enfrentarem o inimigo, na medida em que o MPLA-Partido do Trabalho não deixou de velar pela formação ideológica e cultural dos quadros das referidas forças para, assim, melhor poderem servir o povo, a Pátria e a Revolução.

“Nesse contexto, e após profunda análise da temática referente ao trabalho político partidário e à política de quadros nas forças de defesa e segurança, a Conferência traçou as seguintes recomendações:

1) Que se continue a considerar a Defesa como setor prioritário no conjunto das tarefas do partido e do Estado, harmonizando devidamente o desenvolvi-

mento sócio-econômico do país com as exigências da estratégia político-militar;

2) que se desenvolvam maiores esforços na preparação política dos oficiais, sargentos, soldados, marinheiros e agentes na sua formação ideológica, assim como na implementação e funcionamento das estruturas de base do partido e da juventude do partido;

3) continuar a considerar a luta contra os agrupamentos fantoches como a direção principal da atividade dos órgãos de defesa e segurança, de forma a dar-lhes um combate sem tréguas até o seu total aniquilamento, sem perder de vista as intenções agressivas dos nossos inimigos externos, em especial da racista África do Sul;

4) tomar medidas no sentido de se elevar o papel e o lugar dos organismos políticos (direções e seções políticas), dos seus chefes e dos substitutos dos chefes para o trabalho político, bem como das organizações partidárias, implementando os mecanismos que permitam aumentar a sua autoridade e reforçar o papel dirigente do partido no seio das forças de defesa e segurança;

5) efetuar um acompanhamento mais eficiente às estruturas do aparelho do Estado que intervenham nas ações que visem à melhoria da assistência política e material dos ex-combatentes, mutilados de guerra, viúvas e órfãos de combatentes;

6) tomar medidas para aumentar constantemente a atenção à resolução dos problemas relacionados com o melhoramento das condições sociais e de vida dos combatentes, especialmente dos que se encontram nas frentes de combate, estimulando também todas as iniciativas que visem ao aproveitamento das possibilidades locais.

“Finalmente, a Conferência adotou as teses elaboradas pelo Comitê preparatório, tendo recomendado a mais ampla discussão possível para o enriquecimento do seu conteúdo durante a fase preparatória do 2º Congresso e a preparação de outras teses sobre questões importantes da vida do partido e da nação.”

O 2º Congresso

No discurso de encerramento da 1ª Conferência Nacional, o presidente José Eduardo dos Santos deu especial atenção aos preparativos para o 2º Congresso Ordinário do MPLA-PT, marcado para o fim deste ano. Eis alguns trechos mais importantes do discurso:

(...) “As decisões importantes e muitas das quais inovadoras, que tomamos, abarcam todos os setores da vida nacional, nomeadamente o desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Se elas forem adotadas pelo próximo Congresso e aplicadas na prática vão indiscutivelmente imprimir uma nova vida e uma nova dinâmica à problemática da criação da base técnica e material para construção do socialismo no nosso país.

“Nos documentos que aprovamos, transparece a nossa atitude realista, sensata e criativa pe-



A defesa continua sendo um dos setores prioritários



“O 2º Congresso vai marcar um momento de reflexão profunda sobre os destinos da Nação”.

rante os múltiplos problemas da nação, que permitiu repensar e rever algumas preocupações e algumas orientações que se foram revelando inadequadas e inexecutáveis na presente conjuntura do nosso país.

“Não há dúvida de que a implementação de muitas das decisões aqui tomadas implicarão necessariamente a revisão de algumas leis e regulamentos, o reajustamento das estruturas de certos setores do aparelho executivo e uma correta colocação dos quadros.

“A aplicação de várias medidas importantes nas esferas político-ideológica e econômico-social permitirá frear as tendências desfavoráveis da nossa economia e acelerar o nosso desenvolvimento.

“Ao partido, como força dirigente da sociedade, caberá encontrar os mecanismos de acompanhamento e controle adequados de forma a garantir a efetiva implementação das decisões aprovadas.

“Por outro lado, é preciso não perdermos de vista que a

Conferência que hoje encerramos marca o início do conjunto de ações necessárias para a preparação do 2º Congresso do partido.

(...) “O 2º Congresso do partido irá realizar-se num momento particularmente importante para a vida da nação, em que atingiremos o primeiro decênio da nossa existência como país livre e independente.

“A comemoração do 10º aniversário da Proclamação da Independência Nacional e a realização do 2º Congresso serão, pois, momentos de grande reflexão sobre os resultados alcançados pelo nosso povo ao longo desses anos nos campos militar, político, econômico, social e cultural.

“Temos pois, desde já, a obrigação de despertar o interesse e entusiasmo de todos para a realização do próximo Congresso, como o acontecimento mais alto e de maior significado na vida da nação, este ano.

“Desse modo, o Congresso deverá marcar não só um momento de reflexão profunda sobre os destinos do partido e da

nação mas também abrir novas perspectivas e esperanças na vida futura do povo angolano.

“A existência e o progresso da nação encontram-se indissoluvelmente ligados aos destinos do partido. O MPLA-Partido do Trabalho é o garante da unidade nacional, da integridade territorial do país e da realização das aspirações e anseios das massas trabalhadoras e de todo o povo.

“O aperfeiçoamento das estruturas e do aparelho do partido e a sua efetiva ligação às massas, concorrem, não só para a superação dos problemas de ordem material mas também para uma maior e eficaz resistência aos inimigos da pátria que se opõem, em todos os instantes, à realização dos objetivos da Revolução.

“São grandes e complexas as tarefas que temos de encetar até à realização do nosso Congresso. Por isso, recai sobre todos nós, militantes do Partido, a responsabilidade de realizar as ações necessárias que conduzam o nosso povo a alcançar os objetivos aqui definidos, com a sua participação entusiástica (...).” ●

Pretória viola o Acordo de Nkomati

O governo moçambicano continua a apresentar provas de que a África do Sul não está obedecendo as cláusulas do acordo assinado pelos dois países há um ano

Etevaldo Hipólito

Por duas vezes, em menos de um ano, o governo sul-africano viu-se obrigado a reafirmar publicamente a sua decisão de cumprir e fazer respeitar o Acordo de Nkomati (ver cadernos nº 65). Uma dessas declarações solenes ocorreu no dia 18 de janeiro passado, através de um comunicado firmado pelo presidente Pieter W. Botha. O documento foi motivado pelo assassinato de dois ingleses residentes na África do Sul — os irmãos Peter Gerald Hunt, 49 anos, e Christopher Peter Hunt, 25 anos — que se dirigiam a Moçambique para tratar de negócios. O duplo assassinato ocorreu a cerca de três quilômetros da fronteira, tendo o grupo da Renamo (Resistência Na-

cional Moçambicana), que executou a operação, se retirado para o interior do território da África do Sul. Dezoito horas antes e a um quilômetro do mesmo local, outro comando terrorista tinha sabotado uma linha de transporte de energia elétrica, refugiando-se igualmente do outro lado da linha divisória. Segundo Alberto Bila, administrador de Moamba, área em cuja jurisdição aconteceram ambos os atentados, "pode-se admitir que os bandidos fugiram pelo local por onde haviam entrado horas antes".

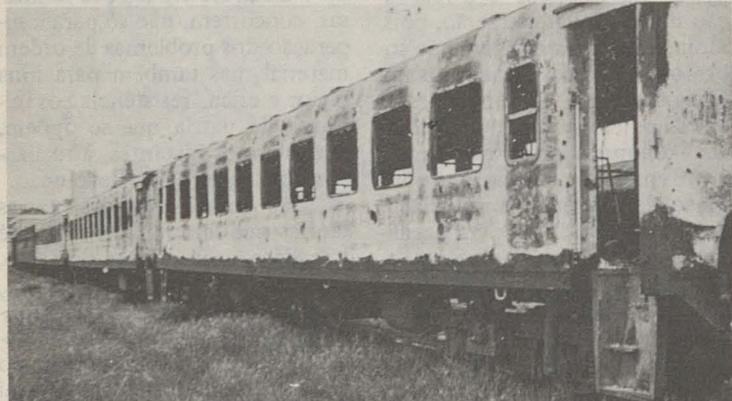
Sempre tentando eximir o seu governo de qualquer responsabilidade, Pieter W. Botha utiliza em relação a Moçambique uma linguagem que em muito con-

trasta com a empregada antes de 16 de março de 1984, data da assinatura do Acordo de Nkomati. Se, antes, predominavam as ameaças, agora, o tom é conciliatório. Não deixou de surpreender a declaração do dirigente boer reconhecendo que a Renamo recebe ajuda de certas figuras do seu próprio país. O que ele não explicou é porque o seu governo, sempre tão bem informado e eficiente em matéria de segurança interna, não conseguiu até agora tomar medidas eficazes para fazer cumprir o compromisso assumido com Moçambique.

Com o passar do tempo, as provas de novas violações do acordo acumulam-se. Os membros da Renamo capturados são taxativos nas suas declarações. No mês de janeiro último, durante um comício realizado em Manhica, província de Maputo, Arnaldo Martins, que foi detido logo no início do ano, informou ter sido treinado na África do Sul antes de ser infiltrado em Moçambique. Outros prisioneiros indicaram também que aviões militares e civis continuam realizando vôos de reconhecimento e de abastecimento de homens e materiais de guerra em território moçambicano. Como já foi divulgado pela imprensa internacional, o campo de treinamento da Renamo situado em Impala, no norte do Transvaal, continua a funcionar. Do mesmo modo, para os sul-africanos, o Acordo de Nkomati nada parece significar no que diz respeito às mensagens de rádio que são enviadas do território boer para os acampamentos montados em Moçambique. Os contatos entre os grupos infiltrados e o alto comando sul-africano prosseguem de maneira regular.

Sobre Cahora Bassa

As denúncias de violação do Acordo de Nkomati por parte da África do Sul não são recentes. Nas semanas que precederam a assinatura pública do compro-



Sabotagem da linha de ferro na província de Maputo: a Renamo não cessou as agressões armadas

Anders Nilson

misso, já havia sido detectada uma série de movimentações visando enviar o maior volume de homens e material de guerra para o interior de Moçambique. Toneladas de equipamento militar foram depositadas em diferentes províncias do país, ao mesmo tempo que grupos armados se infiltravam, lançados de pára-quedas. A situação adquiriu tais dimensões que Pieter W. Botha foi obrigado a reafirmar, no dia 28 de maio, a adesão do seu governo ao texto solenemente firmado. Essa posição foi tomada em consequência das acusações feitas pela própria imprensa sul-africana de que o acordo corria o risco de tornar-se letra morta.

A segunda declaração do governo de Pretória foi divulgada na mesma semana em que ocorreu um fato de grande importância: aviões não-identificados sobrevoaram a represa de Cahora Bassa, fugindo em seguida para o Malauí. Segundo habitantes da região, esses vôos têm sido realizados com uma certa frequência. Operando sempre juntos, aparelhos tipo *Dakota* e monomotores saem do país vizinho, reabastecem os acampamentos da Renamo em Moçambique e regresam ao seu ponto de partida. Esses vôos atingem grandes distâncias e chegam a alcançar províncias costeiras como, por exemplo, Inhambane. O comandante militar dessa região, major-general Domingos Fondo, declarou à imprensa que um dos objetivos do inimigo é o lançamento de pára-quedas com homens e material de guerra.

A importância do envolvimento do governo do Malauí reforça a convicção de que a África do Sul lança mão de terceiros países para desestabilizar Moçambique. Penetrando como uma cunha no território moçambicano, o Malauí oferece, do ponto de vista militar, excelentes condições para infiltração de comandos terroristas. Além das

incurções aéreas, o lago Niassa possibilita o acesso por água e terra a províncias como Tete, Nampula e Niassa. Por outro lado, os estreitos vínculos políticos que o governo de Hastings Kamuzu Banda mantém com Pretória e a dependência existente da economia malauiana em relação à África do Sul, tornam esse pequeno país muito maleável nas mãos dos *boers*. Isso para não falar no caráter conservador do regime do Malauí, cujo anticomunismo abre caminho a certas aventuras.

das principais fontes de financiamento. Em outubro de 1984, Strauss reuniu-se com o industrial e banqueiro Manuel Bulhosa e com Evo Fernandes — um dos chefes nominais da Renamo —, para estudar o pedido de aumento de fundos formulado por esses cidadãos portugueses. No mês seguinte, novo encontro teve lugar na Alemanha Federal, desta vez incluindo Roelof "Pik" Botha, o ministro sul-africano das Relações Exteriores. Um dos temas abordados no decorrer dessas conversações teria sido a aquisição



Conversações em Maputo entre a Frelimo e o governo sul-africano

As conexões da Renamo

No ano passado, em artigo amplamente comentado pela imprensa internacional, o semanário britânico *Observer* fornecia detalhes da composição e atividades desenvolvidas pela rede de apoio aos contra-revolucionários de Moçambique. Entre os países envolvidos nos planos de desestabilização, se encontram Portugal, Alemanha Federal, França, Arábia Saudita, Omã, Somália, Comores e a África do Sul. A conspiração envolve não apenas membros de determinadas organizações direitistas, mas a chefes de governo e de estado, que oferecem aval político, suporte financeiro e material de guerra à Renamo.

Josef Franz Strauss, líder do Partido Cristão-Social da Alemanha Federal aparece como uma

ção de armas na Arábia Saudita e no sultanato de Omã e o seu transporte até o interior de Moçambique. Os contatos preliminares com os dirigentes sauditas e omanitas foram realizados por Valy Mamede, presidente da Comunidade Islâmica Portuguesa e dirigente do Partido Social Democrata (PSD) coligado com o Partido Socialista no governo de Lisboa.

Ainda de acordo com o jornal inglês, por solicitação da África do Sul, o governo de Israel envolve-se cada vez mais no apoio à Renamo. Em território sul-africano e no Malauí, instrutores militares enviados por Telavive treinam grupos de elementos que posteriormente são enviados para o interior de Moçambique. Outros contingentes receberam instrução nos campos instalados pelos israelenses no sul do Líbano. ●

O autoritarismo põe em dúvida as eleições

Depois de adiar várias vezes a convocação de eleições presidenciais, Samuel Doe marcou a votação para outubro, mas ninguém tem certeza de que ela vai acontecer realmente

Carlos Castilho

As dúvidas cada vez maiores sobre o desfecho do processo de redemocratização formal correm principalmente por conta da constante alteração de prazos e condições impostas por Samuel Doe, que hoje é general e está no poder desde 1980. Há dois anos, ele anunciou que o governo seria devolvido aos civis mas, para surpresa de muitos, o presidente liberiano negou que estivesse interessado em deixar o poder. O suspense acabou no início do ano passado, quando Doe revelou que concorreria às eleições como militar licenciado. Logo depois, começou a divulgar uma sucessão de decretos que, em vez de clarear, acabaram por confundir ainda mais o panorama político.

Primeiro, o plebiscito sobre a nova Constituição foi marcado para janeiro de 84, depois adiado para março e realizado finalmente em junho. O fim da proscrição dos partidos políticos foi anunciado para abril do ano passado, mas só aconteceu dois meses depois. E a data das eleições foi inicialmente marcada para outubro de 84, para ser logo depois adiada para outubro de 85.

64 - terceiro mundo



Samuel Doe

Diante de todas essas mudanças, são poucos os que acreditam que Doe vá cumprir a sua promessa de dar posse ao novo governo em janeiro de 86, salvo no caso de ele continuar no poder.

O autoritarismo

Mas não é só a falta de confiabilidade nas datas que lança dúvidas sobre o futuro político desse país africano, criado por ex-escravos negros norte-americanos em 1824 (ver *guia do ter-*

ceiro mundo 84/85, p. 237). Desde o golpe de abril de 1980, que derrubou o presidente William Tolbert, Samuel Doe vem acumulando em suas mãos uma parcela cada vez maior de poder, graças à eliminação física ou ao ostracismo político dos seus colegas de farda ou adversários políticos que ameaçaram de forma direta ou indireta a posição do jovem chefe de governo. (Ver *cadernos* nºs 24 e 28).

Nada menos do que oito colaboradores muito próximos foram afastados do governo, entre eles, o vice-presidente Thomas Weh Seyn, fuzilado em agosto de 81. O temperamento impulsivo e autoritário do ex-sargento fez com que ele ignorasse sempre os procedimentos políticos e administrativos, bem como demonstrasse pouca inclinação para a negociação, além de uma escassa tolerância com opiniões divergentes.

Esse comportamento centralizador ficou claro em agosto do ano passado, quando o jurista Amos Sawyer foi preso sob a acusação de recrutar eleitores para um dos partidos de oposição. Sawyer foi o responsável pela elaboração do anteprojeto de Constituição encomendado pelo governo e aprovado no plebiscito de junho, mas depois entrou em choque com Samuel Doe porque resolveu criar o Partido Popular Liberiano, usando a liberdade de organização política que o próprio presidente havia autorizado em julho do ano passado.

O Partido Popular Liberiano (LPP) foi drasticamente atingido pela repressão governamental depois que Doe anunciou ter descoberto uma controvertida conspiração para derrubá-lo do poder em agosto de 84. Toda a direção do partido foi presa. Amos Sawyer foi libertado em outubro, mas vários dirigentes do LPP continuaram detidos, enquanto outros simplesmente fugiram do país. Outros políticos

pertencentes a outros partidos também foram detidos, mesmo sendo portadores de uma autorização da Comissão Especial de Eleições (Secom) para fazerem proselitismo político. Também o Partido da Unidade e o Partido da Ação Liberiana sofreram perseguições quando tentavam recrutar adeptos.

A oposição

Os partidos oposicionistas foram obrigados a uma corrida desesperada contra o tempo porque a Secom fixou em 50 mil dólares o mínimo que cada organização deve depositar em dinheiro no banco do governo para poder ser legalizada. Além disso, os partidos têm que comprar bônus do governo, num total de 100 mil dólares. São quantias elevadíssimas, quase inalcançáveis pela maioria dos grupos oposicionistas. Em consequência disso, apenas o Partido Democrático Nacional, o partido de Samuel Doe, conseguiu registro pleno e definitivo na Justiça Eleitoral. O Partido da Unidade, liderado pelo influente dirigente conservador Edward Kessely, também conseguiu registro agora em janeiro passado.

Mas outras organizações partidárias ainda não foram consideradas aptas para disputar as eleições presidenciais. Entre elas, se encontram o Partido da Unidade Popular (UPP), liderado pelo ex-chanceler de Doe, Gabriel Bachus Matthews; o Partido Popular da Libéria (LPP), dirigido por Amos Sawyer; o Partido de Ação (LAP) presidido por Tuan Wreh; o Partido de Integração Nacional e o Partido da Unificação (LUP). Samuel Doe é, até agora, o único candidato legalmente habilitado para disputar as eleições de outubro. Apenas um outro nome foi lançado, o de Gabriel Kpohle do LUP, cujas chances são mínimas. Se o LPP e o UPP conseguirem registro, lançarão respectivamente como candidatos os seus diri-

gentes Amos Sawyer e Gabriel Matthews, procurando ganhar os votos dos eleitores de centro-esquerda.

No ano passado, o general Samuel Doe aumentou a soma de poderes concentrados em suas mãos, na medida em que os atritos com seus auxiliares jogaram na oposição um número cada vez maior de personalidades políticas e militares. Doe, além da presidência, acumula a direção da Assembléia Nacional Provisória e, mais recentemente, passou também a interferir no Poder Judiciário. Ele afirmou que, no seu governo, a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não é absoluta. Foi o próprio Doe que escolheu os membros da assembléia provisória. Ele também é o responsável pelo controvertido Decreto 75, que autoriza o presidente a banir pessoas acusadas de atitudes consideradas antinacionais, e pelo Decreto 88A, que impede qualquer tipo de crítica aos membros do governo.

A insatisfação popular

O autoritarismo teve como consequência o aumento da insatisfação dos políticos e militares marginalizados pelo governo, que, por seu lado, passou a multiplicar as denúncias de conspirações. Em janeiro passado, começaram a ser julgados vários acusados, dos quais pelo menos cinco podem ser condenados à morte. O descontentamento generalizado resulta também da difícil situação econômica do país. Os estudantes se rebelaram há meses sofrendo uma dura repressão que deixou um saldo de quase 20 mortes. As negociações para rescalonar a dívida externa de quase um bilhão de dólares com o FMI levaram o governo a adotar um programa de austeridade que prevê, para 1985, a demissão de 3.600 funcionários públicos e empregados de empresas estatais.

Diplomaticamente, o regime do general Doe passou a ser visto com desconfiança por seus vizinhos, depois de ter restabelecido relações diplomáticas com Israel em 1983. No ano passado, o presidente liberiano foi à Europa e recebeu a visita do chefe de estado israelense Chaim Herzog. Tudo isso, com o objetivo de conseguir ajuda financeira. Mas, parte de seus esforços para conseguir novos empréstimos foram anulados pelos gastos milionários da construção de uma nova embaixada em Lagos, Nigéria. Muitos dos possíveis interessados em fornecer créditos à Libéria recuaram diante da possibilidade de que os recursos fossem usados em gastos suntuários.

O desprestígio do governo se fez sentir no início da campanha eleitoral de Samuel Doe por um novo mandato presidencial. Os comícios do candidato do Partido Democrático têm sido melancólicos e com uma baixa frequência de assistentes. Apenas nas localidades onde predominam os grupos étnicos *krahn* e *gedeh*, é que a afluência de público é maior. Doe é de origem *krahn*. Entre o funcionalismo público, tem havido demissões em massa de todos aqueles que não se mostram dispostos a apoiar o partido do presidente.

O facciosismo político passou a ser mais forte no interior do país, onde os administradores regionais são todos militares e dirigentes do Partido Democrático Nacional. São eles que dão autorização para os outros partidos realizarem concentrações ou fazerem proselitismo político. A oposição acusa os administradores regionais de inscreverem compulsoriamente no partido do governo, sob pena de represálias. Na verdade, o autoritarismo de Doe tem sido, até o momento, a principal sustentação de sua candidatura, pois ele é considerado o menos preparado de todos os líderes de partidos. ●

Ásia

Afeganistão

“Somos e sempre seremos não-alinhados”

O chanceler Sha Mohamed Dost, em entrevista exclusiva a *cadernos*, afirma que a presença soviética se enquadra na Carta da ONU e não interfere nas posições do seu governo

José Monserrat Filbo

O chanceler afegão, Sha Mohamed Dost, ocupa este cargo há cinco anos, mas trabalha no ministério das Relações Exteriores há 27. É um diplomata de carreira. Sua participação no governo faz parte da política de ampliação das bases de apoio à revolução democrática e antifeudal, conduzida por Babrak Karmal, a partir de dezembro de 1979.

A principal tarefa atribuída a Dost foi impedir o isolamento

diplomático do Afeganistão, após a entrada de tropas soviéticas no país no quadro de um projeto contra-revolucionário, acionado pela CIA a partir do Paquistão. Passados cinco anos, ele pôde dizer nesta entrevista: “Todas as tentativas de isolar diplomaticamente o Afeganistão fracassaram”.

Hoje, Cabul mantém relações com mais de 80 países, o que nunca aconteceu antes, embora não tenha ainda meios para

montar embaixadas em mais do que trinta deles. Além disso, o Afeganistão participa dos principais organismos internacionais e deles recebe ajuda. Apenas o FMI e outras entidades financeiras controladas pelos EUA recusam-se a prestar assistência ao governo afegão (ver *cadernos* n.º 73).

Mas, apesar dos êxitos, as dificuldades do país na arena internacional não são pequenas. O Afeganistão tem quatro vizinhos: a URSS, o Paquistão, o Irã e a China. Esses três últimos, a cada 24 horas, transmitem mais de 110 horas de emissões radiofônicas hostis à revolução afegã e à presença militar soviética.

No Paquistão, funcionam cerca de 120 campos de treinamento de “combatentes pela fé”, sustentados pelos EUA, Inglaterra, Alemanha Federal e países conservadores da região. No Irã e China, também há tais campos, embora em menor número. Os assessores militares, encarregados de preparar a chamada “resistência afegã”, são norte-americanos (mais de 300), paquistaneses, egípcios, israelenses, chineses e outros.

Como em toda a guerra ali-



Voluntários no combate aos contra-revolucionários

mentada a dólar, não faltam mercenários e aventureiros de várias procedências. A conhecida revista americana *Soldier of Fortune* (ver cadernos nº 75), especializada em mercenarismo, dedicou extensa matéria de capa, em setembro de 84, às oportunidades de bom faturamento entre os bandos que atacam o Afeganistão. EUA, Israel, China e Arábia Saudita deverão conceder, este ano, mais de 500 milhões de dólares a esses bandos — informou, em fim de janeiro, o semanário londrino *Jane's Defense*, citando fonte de Washington.

Os prejuízos da "desestabilização"

Em novembro de 84, calculava-se em mais de um bilhão de dólares o montante de recursos aplicados, em seis anos, pelos EUA e aliados na "guerra santa" e não-declarada contra o Afeganistão. O governo afegão, por seu turno, estimava em 700 milhões de dólares os prejuízos diretos provocados pelas hostilidades, que procuram desestabilizar o país.

No entanto, os inúmeros bandos contra-revolucionários, até hoje, não conseguiram se unir e formar um único e grande exército, nem organizar uma única representação externa, capaz de granjear prestígio mundial e até, eventualmente, constituir um governo no exílio. Esse malogro se deve a dois motivos: o baixo nível político dos grupos em que se divide a contra-revolução, de mentalidade medieval, e a corrupção imperante entre os altos chefes militares e religiosos e seus colegas paquistaneses. O enorme esforço dos EUA, inclusive com as visitas de Bush e Shultz aos campos de treinamento no Paquistão, não logrou superar esses problemas.

Os EUA gostariam que a "resistência afegã" fosse reconheci-



O chanceler Sha Mohamed Dost e o nosso colaborador Monserrat Filho, em Cabul



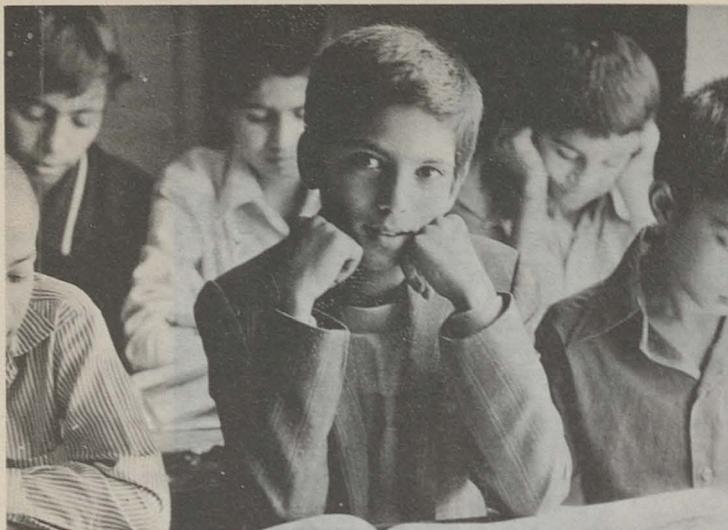
Um dos atentados dos grupos afegãos contra-revolucionários

da internacionalmente como "força política representativa", como França e México reconheceram a FMLN-FDR (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e Frente Democrática Revolucionária), em El Salvador. Mas, sem uma direção unificada

que mereça um mínimo de respeito, isso não parece provável. É claro, porém, que as manobras nesse sentido não cessarão tão cedo. A recente visita a países da América Latina de uma delegação de "rebeldes afegãos", embora sem êxito aparente, é uma prova disso.

O maior desafio à diplomacia afegã, no entanto, está na ONU, onde a grande maioria dos países tem votado, nas últimas sessões da Assembléia Geral, pela "retirada das tropas estrangeiras" do Afeganistão. Segundo Cabul, são resoluções equivocadas, pois absolutizam a tese de que não deve haver tropas estrangeiras em nenhum país e negam o direito de qualquer governo pedir ajuda militar a um país amigo em caso de ameaça externa, de acordo com o princípio da legítima defesa individual ou coletiva fixado na Carta da ONU.

Para Cabul, a solução do problema está, em primeiro lugar, na cessação dos ataques a partir



“Os governos anteriores não deram atenção às reivindicações populares”

do Paquistão, Irã e China, que motivaram a chegada das tropas soviéticas.

Neste princípio de ano, Afeganistão e Paquistão, intermediados por um representante do secretário geral da ONU, deverão se encontrar para uma nova rodada de conversações. O lado afegão tem o maior interesse no sucesso dessas negociações, que dariam ganho de causa às suas posições e desafogariam as pressões da guerra. O governo de Cabul está convencido: assim que normalizar suas relações com o Paquistão, transformado pelos EUA em praça de armas da contra-revolução, e que Islamabad proibir ou desestimular o uso de seu território como plataforma para ataques ao Afeganistão, a guerra perderá sua principal fonte alimentadora.

Seguem-se as respostas que o chanceler Sha Mohamed Dost nos deu na entrevista que fizemos com ele, em novembro último, na capital afegã.

Os princípios da política exterior

Quais são as principais linhas da política exterior do Afeganistão?

— A nossa política exterior é reflexo das aspirações do povo. E uma política de princípios cujos objetivos básicos são a defesa da integridade territorial, da soberania nacional e da independência do país, bem como a criação de condições externas favoráveis para remover as graves consequências dos governos tirânicos anteriores.

Adotamos medidas enérgicas para pôr fim à guerra não-declarada desencadeada pelo imperialismo contra o nosso país e para lançar os fundamentos da edificação de uma sociedade nova e próspera.

Nós obedecemos rigorosamente a Carta e os propósitos da política de não-alinhamento. A consolidação de relações amistosas com países de diferentes sistemas sociais, na base da coexistência pacífica e nos princípios da não-agressão e não-intervenção, constitui alta prioridade para o nosso governo. Somos pela solução exclusivamente pacífica das controvérsias, assim como pelo estabelecimento de uma nova e justa ordem econômica internacional.

Lutamos, ao lado de outros países, pela eliminação do racismo, inclusive o sionismo, discriminação racial e *apartheid*, incrementamos relações mutuamente benéficas com países e povos muçulmanos. Somos parte inseparável do movimento mundial pela paz, pela *détente* mundial, pelo desarmamento geral e completo, e pela proibição e destruição das armas nucleares. Somos parte da luta contra o imperialismo, a reação, o hegemonismo e o colonialismo.

Novos!

Como compara a política exterior do Afeganistão do passado com as suas posições no presente?

— Devido à natureza dos regimes anteriores, baseados em relações feudais e pré-feudais e em suas origens de classe, antes da Revolução de Abril (1978), a principal linha política do Afeganistão inclinava-se para a dependência econômica e política ao imperialismo e a submissão aos interesses monopolistas. Os governos daquela época jamais deram a devida atenção aos altos interesses e reivindicações do povo.

A vitória da Revolução de Abril estabeleceu um novo poder político no país e deu origem a uma política exterior de novo tipo e a uma diplomacia ativa na arena mundial. O Afeganistão, hoje, mantém relações diplomáticas com mais de 80 países. Todas as tentativas de isolar diplomaticamente o Afeganistão fracassaram.

A presença soviética

Fala-se no Ocidente que o Afeganistão, sendo aliado da URSS, não pode ser considerado um país não-alinhado. Como responde a isso?

— A semelhança entre nossas posições e as posições da URSS, no plano internacional, não contradizem os princípios do não-alinhamento. Na realidade, a comunidade socialista é considerada aliada natural do movimento dos países não-alinhados. Há países com a mesma postura po-

lítica, econômica e social da URSS, que são membros ativos do movimento de não-alinhamento. Por outro lado, não é um fato raro a presença de forças militares de potências ocidentais no território de alguns países membros do movimento dos países não-alinhados.

Nossas relações com a URSS têm raízes históricas e tradicionais. Desde o primeiro dia de nossa independência, quando nos livramos do domínio colonial inglês, a URSS tem prestado ajuda fraternal ao nosso povo. A presença de um limitado contingente militar soviético no Afeganistão, atende a convite nosso. Seu objetivo é ajudar o povo e as Forças Armadas do Afeganistão a defender nossa independência, integridade territorial e soberania nacional contra os ataques que vêm de fora. Encontra-se temporariamente estacionado no território do Afeganistão, por convite do governo legítimo do nosso país, com base no Tratado de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhança, firmado pelos dois países a 5 de dezembro de 1979 e registrado nas Nações Unidas, e em plena conformidade com o artigo 51 da Carta da ONU.

Esse contingente militar — como já foi declarado — retornará a seu país, assim que cessarem a intervenção armada e outras formas de interferência nos assuntos internos afegãos e forem dadas garantias internacionais consistentes de que tais ingerências não voltarão a se repetir.

O Afeganistão é e continuará a ser membro ativo do movimento não-alinhado, defendendo sua unidade, coesão e seus princípios antiimperialistas e progressistas.

Esclarecendo os membros da ONU

A grande maioria dos Estados membros da ONU tem vota-

do pela "retirada das tropas estrangeiras" do Afeganistão. Que tem feito a diplomacia afegã para levar esses países a entenderem o que realmente se passa em seu país?

— Fazemos um grande esforço nesse sentido. Nossos diplomatas, por meio de contatos diretos e distribuindo documentos e livros, empenham-se ao máximo para esclarecer nossa causa e nossas posições justas. Infelizmente, porém, um grande número de membros da ONU sofre a pressão política e econômica do imperialismo. No entanto, temos ao nosso lado a humanidade progressista.

Quais são os meios para solucionar a situação criada em torno do Afeganistão? Como se

Aceitamos, também, os bons ofícios do secretário geral da ONU e seus representantes. Três rodadas de conversações foram realizadas entre Afeganistão e Paquistão, intermediadas por Diego Cordovez, representante do secretário geral da ONU. Durante essas conversações e nas visitas de Cordovez à região, alcançaram-se certos progressos. As recentes conversações de aproximação, que tiveram lugar em Genebra no mês de agosto de 1984, poderiam ser consideradas como introdutórias às conversações diretas — o caminho mais curto e rápido para se chegar a um acordo.

Durante as conversações de aproximação, discutimos o problema da não-intervenção e das garantias internacionais efetivas



O povo afegão reivindica a não-interferência nos seus assuntos internos

encontram as negociações com o Paquistão?

— As declarações do governo afegão de 14 de maio de 1980 e de 23 de agosto de 1981 oferecem, em nossa opinião, uma base firme para a normalização das relações entre o Afeganistão e alguns de nossos vizinhos.

de cessação completa da interferência nos assuntos internos afegãos e de sua não-reativação no futuro, além do retorno voluntário e de boa fé dos refugiados. Ficou acertada uma quarta rodada de conversações em Genebra, agora, no começo de 85.

Mulher

Nicarágua

A experiência sandinista

A participação feminina na revolução nicaraguense, analisada pela comandante Doris Tijerino

Claudia Neiva

“A participação da mulher nos problemas do país tem profundas raízes históricas”, lembra Doris Tijerino. “Inclusive, nós encontramos as primeiras manifestações dessa participação, embora ocasionais e de caráter individual, desde os tempos da luta contra o império espa-

nhol. Posteriormente, houve muitas mulheres que se destacaram na luta antiimperialista ao lado do general Augusto César Sandino, atuando desde como correio até como chefe de acampamento militar”.

Com a repressão movida pela ditadura do clã Somoza — conti-



“A participação feminina foi fruto do esforço das próprias mulheres”

nua a comandante — há uma queda na participação não só da mulher quanto do homem, o que só começa a mudar substancialmente com o surgimento da Frente Sandinista, no início dos anos 60. A partir daí, muda também a participação da mulher, “já que na época de Sandino quase todas elas se incorporavam à luta antiimperialista levadas pelos maridos, um pouco por influência da Revolução Mexicana”.

Para Doris Tijerino, com a criação da Frente Sandinista ocorre um salto qualitativo porque a incorporação da mulher passa a se fazer através da tomada de consciência individual. “Além disso, embora já houvesse mulheres participando de combates, até então a maioria se encarregava basicamente de dar apoio logístico aos grupos guerrilheiros. De 64/65 em diante, porém, elas começam a se destacar no campo militar, assumindo inclusive posições intermediárias de comando”.

“Vencendo todo tipo de obstáculos as mulheres chegam, entre os anos de 1975 e 77, a dirigir o movimento estudantil revolucionário, ainda semi-clandestino e ilegal”. Além disso, a atividade política dos setores populares de massa era em grande parte conduzida por mulheres. “É importante destacar que essa participação da mulher nicaraguense não foi produto da decisão dos dirigentes da Frente Sandinista, mas fruto do esforço das próprias mulheres que fizeram todo o possível para conquistar o lugar que ocupam”, assinala.

Incorporação maciça

Vitoriosa a Revolução, os nicaraguenses se mobilizam para reconstruir o país, devastado pela guerra e pelos anos de explora-

ção sob a ditadura de Somoza. Maciçamente, as mulheres se incorporaram a esse enorme esforço, assumindo os mais diversos trabalhos. Sobre elas, por exemplo, recai a responsabilidade fundamental das Brigadas Populares de Saúde, encarregadas da profilaxia e consequente erradicação de doenças:

“Este trabalho é muito importante porque nosso país é pobre e, concretamente, o nosso Ministério da Saúde não tem os recursos humanos e materiais necessários”, continua a comandante sandinista. “As jornadas de vacinação que essas brigadas fazem, conseguem, em dois dias, imunizar toda a população infantil do país, não só nas cidades, como no campo e na montanha. E isso não seria possível com uma estrutura profissional, assalariada. Como produto desse traba-

lho, há dois anos erradicamos a poliomielite, que era um mal endêmico na Nicarágua. Além disso, as doenças infecciosas infantis, como a diarreia, praticamente deixaram de ser uma dor de cabeça. Na verdade, o trabalho das Brigadas Populares de Saúde não se limita a campanhas de vacinação; é um trabalho permanente de educação do povo sobre as normas elementares de saúde para prevenir doenças”.

Ainda no campo da saúde, as mulheres desempenham um importante papel no sentido de suprir as deficiências hospitalares na hora do parto, que sempre foi uma das maiores causas de morte não só de crianças como de mulheres na Nicarágua. Com a Revolução, implementaram-se projetos e seminários de capacitação para fornecer conhecimentos científicos às chamadas parteiras

empíricas, “que até então faziam aquele trabalho só por intuição”.

Capacitar a mulher

A participação da mulher tem crescido muito também em alguns setores da economia. Doris Tijerino lembra, porém, que esta tem sido uma árdua conquista, já que como a Nicarágua é um país pobre, tradicionalmente sempre se deu preferência a educar e profissionalizar o homem, deixando as tarefas domésticas a cargo da mulher:

“Por isso, é muito difícil pretender que uma mulher nicaraguense vá desempenhar a função de um operário qualificado, quando só agora, a duras penas, depois da Revolução, ela se alfabetizou. Por isso, o nosso atual esforço para conseguir que todo o povo tenha pelo menos o quar-

MÃE, MULHER, COMANDANTE

□ Doris Tijerino é uma das poucas mulheres que têm o cargo de comandante militar na Nicarágua. Casada, mãe de dois filhos (um dos quais, uma menina de oito anos, nasceu em plena clandestinidade),¹ Doris Tijerino tem toda a sua vida intimamente ligada à luta contra a ditadura de Somoza. Por influência da própria família, liberal e anti-somozista, cedo ela começou a sua militância política. Ainda adolescente, no final da década de 50, Doris Tijerino ajudava a mãe no apoio a movimentos guerrilheiros anti-somozistas, anteriores à formação da FSLN.

Anos depois, Tijerino se incorpora à Frente Sandinista, onde gradualmente vai assumindo posições de maior responsabilidade. A intensificação da repressão a leva a ser presa, duas vezes em 1967, de novo em 69 e, por último, em 1978.

Com a vitória da Revolução, em 19 de julho de 1979, Doris Tijerino é nomeada responsável pelas Relações Exteriores da Frente Sandinista. Posteriormente, passa a trabalhar como assistente para assuntos militares do ministro do Interior, comandante Tomás Borge, cargo do qual se



A comandante Tijerino

ausenta durante 1981, quando é destacada como chefe de brigada na luta contra os bandos somozistas.

Em 1982, de volta ao Ministério do Interior, onde está até hoje, e como presidente da Associação de Mulheres Nicaraguenses, Doris Tijerino inicia um trabalho para constituir uma frente de mulheres no continente contra a intervenção norte-americana na Nicarágua.

¹ Pouco tempo depois de sua entrevista a cadernos, soubemos da trágica notícia que a comandante Tijerino havia perdido sua filha caçula num acidente de avião no Caribe.



As mulheres participam junto com os homens na defesa do país

to ano primário até 1990 é um projeto primordial. Dentro disso, está a capacitação da mulher e a sua possibilidade de ocupar um lugar melhor na vida econômica do país.”

No campo, a situação é um pouco diferente. Lá, segundo Doris Tijerino, a mulher tem mais possibilidades de se incorporar ao trabalho em condições de igualdade com o homem. Já existem no campo até cooperativas de pequenos produtores compostas só de mulheres, que são ao mesmo tempo proprietárias e produtoras. “Talvez a camponesa tenha mais chances do que a mulher na cidade, justamente porque nos centros urbanos ela tem que se preparar, se qualificar melhor, enfim dominar alguma técnica para conseguir um trabalho numa fábrica ou em um escritório”.

Participação política

Em termos de participação política, a cada dia, as nicaraguenses consolidam mais o espaço conquistado com a vitória da Revolução. “Praticamente na maioria dos comitês de direção regionais da Frente Sandinista — revela Tijerino — incluindo os mais importantes, como o da 3ª Região, que abrange Manágua, os secretários políticos são mulhe-

res”. Há também mulheres no primeiro escalão do governo, como Léa Guido, ministra da Saúde, e Nora Astorga, vice-ministra das Relações Exteriores.

Outro dado expressivo dessa participação é o número de mulheres que se candidataram nas últimas eleições, “aproximadamente 30%”, segundo a comandante. A Universidade também reflete o espaço que a mulher ocupa atualmente: metade dos estudantes são do sexo feminino.

A mulher na vida militar

De todas as áreas em que a mulher nicaraguense começou a ter uma ativa participação, talvez seja no campo militar onde mais se sinta a mudança do seu papel. Hoje, as mulheres participam lado a lado com os homens no trabalho de defesa do país, sem nenhum tipo de discriminação.

Embora reconheça que o número de mulheres incorporadas às estruturas militares de forma profissional tenha diminuído em relação aos primeiros meses depois da vitória revolucionária, Doris Tijerino enfatiza que a participação feminina ainda é maciça e de alto nível: “Há um grande número de mulheres incorporadas às milícias territoriais (inclusive como chefes) que são as unidades encarregadas da defesa

das cidades. São unidades muito importantes, porque permitem maior disponibilidade e capacidade de operação às forças regulares do exército, que não precisam deslocar efetivos para proteger as cidades”.

Outras unidades militares que também contam com mulheres são os batalhões de reserva. Esses batalhões se deslocam para as zonas montanhosas, em operações contra os bandos inimigos, e servem de reforço para unidades regulares do exército.

“O serviço militar patriótico — afirma Tijerino — estabelece que o alistamento é obrigatório para o homem e opcional para a mulher. Logo depois da queda de Somoza, foi grande o número de mulheres que voluntariamente se alistou, sobretudo dos setores populares das cidades.”

No caso, porém, de uma invasão ou de confrontos com os bandos contra-revolucionários, por exemplo, o exército pode convocar mulheres que tenham profissões consideradas necessárias, como médicas, enfermeiras etc.

Não só a defesa militar, como a defesa econômica do país, tem mobilizado muito as nicaraguenses. Para a comandante, esta é uma das tarefas mais importantes do processo revolucionário:

“A atitude agressiva do imperialismo não se manifesta apenas através de grupos contra-revolucionários, das minas que colocam em nossos portos etc. Utilizam outros métodos mais sutis, como se apropriar dos alimentos e escondê-los, fazer especulação, aumentar os preços acima do estabelecido. Enfim, uma série de delitos que se cometem contra a Revolução, que a médio ou longo prazo, tendem a provocar descontentamento na população. E as mulheres participam diretamente dessa atividade de vigilância, denunciando essas situações anômalas e fornecendo informações ao Ministério do Comércio Interior, para que se tomem as medidas necessárias”.

A pobreza se alastra

O subemprego e a pobreza continuam sendo as duas manifestações mais clássicas do subdesenvolvimento

A pobreza se alastrou na América Latina durante a década passada: enquanto em 1970, 40% das famílias deste continente se encontravam em situação de pobreza, por volta de 1980 o problema afligia 42% dos núcleos familiares, principalmente no setor rural. Essa dramática realidade foi analisada pelo economista uruguaio Alberto Couriel, num artigo publicado no último número da revista da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Couriel constatou que, apesar do crescimento econômico e do elevado ritmo de absorção da força de trabalho nas localidades urbanas, o nível de subemprego manteve-se constante no período analisado, mas aumentou a partir de 1980 devido ao crescimento da população, às migrações rurais e às formas que caracterizam o desenvolvimento latino-americano analisado em seu conjunto. Esse último fator, na opinião do especialista uruguaio, é o mais importante, pois "abrange principalmente as formas predominantes da inserção internacional dos países da América Latina e a modalidade que seu desenvolvimento industrial e agrário seguiu nos últimos decênios". Esses traços parecem explicar a alta, mas insuficiente, absorção da força de trabalho urbana, o pequeno aumento da mão-de-obra ocupada no setor

agrícola moderno e a persistência do campesinato minifundista.

Duas são as manifestações mais clássicas do subdesenvolvimento: a pobreza e o subemprego. Segundo a metodologia da Cepal, "consideram-se famílias pobres aquelas que registram um consumo de alimentos por um valor inferior ao de uma cesta básica quanto ao seu conteúdo calorífico-protéico". Em relação aos subempregados, Couriel utilizou um trabalho de 1980 do Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (Prealc) que classifica como

subempregados rurais os trabalhadores por conta própria e familiares não-remunerados e como subempregados urbanos, os trabalhadores por conta própria menos os profissionais e técnicos incluídos nessa categoria.

A pobreza no campo

"A pobreza é fundamentalmente um problema de base rural", diz o analista, que aponta que do total de subnutridos ou pobres da região latino-americana, 60% provêm das áreas rurais. "E mais — acrescenta —, do total das famílias rurais, 62% se achavam em situação de pobreza; em compensação, apenas 24% das famílias urbanas estavam afetada pelo problema".

O subemprego nas zonas rural e urbana apresenta proporções semelhantes. De fato, em 1980, nas áreas rurais, 65% da população economicamente ativa se encontravam em situação de subemprego, enquanto nas zonas urbanas apenas 30% enfrentavam essa situação.



"60% do total de subnutridos da região latino-americana provêm de áreas rurais"



A pobreza é fundamentalmente um problema de base rural



Economista Alberto Couriel

Para destacar o predomínio da pobreza e do subemprego rural na América Latina, Couriel classifica os países em três grupos:

O *grupo A* abrange os países com um nível de pobreza inferior a 25% da população total,

dele fazendo parte a Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica e Venezuela, ao qual se incorporou Cuba, o país da região com mais alta esperança de vida no nascimento.

No *grupo B*, situam-se os países com porcentagens de 34 a 49%: México, Panamá, Brasil, Colômbia e Paraguai.

O *grupo C* compreende os países latino-americanos com mais de 50% de famílias pobres em relação à população total: Peru, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Haiti, Equador, República Dominicana e Bolívia.

O trabalho citado destaca que "alguns indicadores econômicos da agricultura nos três grupos de países refletem a influência dos problemas rurais sobre a pobreza". De fato, em 1980, o *grupo A* ocupava na agricultura apenas 16% de sua força de trabalho, enquanto o *grupo B* mantinha no campo 32% e o *grupo C*, 50% de sua força de trabalho.

O PIB aumenta junto com o subemprego

O subemprego manteve-se acima de 40% no período 1950/1980 na América Latina, apesar de uma significativa melhoria no ritmo do crescimento econômico regional. Segundo constata Couriel, isso acontece no quadro de um elevado ritmo de crescimento, pois o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa de 5,5% acumulativos anuais enquanto os países capitalistas desenvolvidos conseguiram 4,2% no mesmo período. O produto industrial cresceu a uma taxa acumulativa anual de 6,1% e os serviços se expandiram a 5,9%, enquanto nos países do mundo capitalista desenvolvido as porcentagens foram, respectivamente, de 4,5% e 4,2%. Da mesma forma, a América Latina aumentou significativamente sua capacidade de absorção de mão-de-obra: 2,9% acumulativos anuais comparados com 1,2% das na-

ções desenvolvidas.

O autor do estudo se pergunta quais são as causas que impediram uma diminuição do subemprego e menciona vários fatores. "A estrutura produtiva — diz ele — se baseia numa participação no mercado internacional com predominância de produtos primários, o que afeta a receita real, inclusive para os países exportadores de petróleo". Dessa forma, acrescenta, "aconteceu na América Latina, sem adaptação nem criação tecnológicas, um processo de industrialização com pequena articulação interna, baixos níveis de produção de bens de capital e pouca eficiência e capacidade de competição nos mercados internacionais". Couriel aponta "a debilidade das burguesias locais

para gerarem processos autônomos de desenvolvimento nacional, por falta de projetos próprios" (...) e sublinha que "na formação da estrutura produtiva regional, as empresas transnacionais exercem grande influência, e seus objetivos não coincidem necessariamente com as necessidades nacionais sobre o quê produzir e como produzir".

Estatísticas do Banco Mundial mostram que a força de trabalho urbana cresceu na América Latina 4,2% acumulativos anuais entre 1960 e 1980. Nesse mesmo período, os países capitalistas desenvolvidos registraram um crescimento anual da força de trabalho urbana de apenas 1,2% e 1,8%. Durante o mesmo período de 20 anos, nos países socialistas da Europa oriental, a

força de trabalho aumentou cerca de 1%.

Durante o período 1960/1980, a população latino-americana registrou uma taxa de crescimento acumulativo anual da ordem de 2,9%. Em compensação, nos países capitalistas desenvolvidos, essa cifra só alcançou 0,9%. A análise afirma que "a taxa de fecundidade sobe à medida que baixam os níveis de receita, quanto maior for a população rural e quanto menor for o nível de escolaridade, principalmente da mulher". Essa taxa gera diferenças cada vez mais claras e, assim, em 1980, a América Latina tinha um PIB cinco vezes inferior ao dos países capitalistas desenvolvidos, e 41% de população rural diante dos 22% destes. ●

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.
Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 12.000,00); trimestral (Cr\$ 6.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Sécuro Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Notas de Economia

ZÂMBIA: A CRISE NA EXPLORAÇÃO DO COBRE



A escassez de recursos provocada pela queda acentuada dos preços do cobre no mercado internacional gerou uma aguda crise nas principais minas da Zâmbia, um dos quatro maiores exportadores mundiais do metal. A principal consequência foi a redução das verbas disponíveis para a compra de peças sobressalentes, o que provocou a "carnibalização" dos equipamentos existentes.

Os gigantescos caminhões que transportam o cobre desde a mina até as instalações de beneficiamento estão praticamente inutilizáveis pela falta de peças. A situação chegou a um ponto crítico, porque a Corporação de Minas de Cobre, a empresa estatal encarregada da exploração das minas, não tem como arranjar quase meio bilhão de dólares para recolocar os caminhões em funcionamento. Os problemas com sobressalentes provocaram uma redução de 20% nas exportações zambianas de cobre.

Nas máquinas de beneficiamento, os problemas também são enormes. Falhas técnicas fizeram com que, no ano passado, o teor de cobre tirado do minério bruto caísse acentuadamente. Com isso, espera-se que somente dentro de uns cinco anos é que a Zâmbia poderá

voltar aos índices normais de produção, e que se situaram em torno das 25 mil toneladas por ano até 1981. A crise afetou também de forma drástica os planos do governo para diversificar a economia do país, que ainda depende em quase 85% das exportações de minerais.

AÇÚCAR: CRESCER O PESSIMISMO DOS PRODUTORES



Estimativas feitas pelos produtores de açúcar da América Latina e do Caribe antecipam que o setor continuará enfrentando dificuldades agudas até abril com o agravamento da queda dos preços e a manutenção de estoques muito elevados no mercado internacional. Um estudo do Geplacea (Grupo de Países Latino-americanos e Caribenhos Exportadores de Açúcar) afirma que o preço da libra-peso pode cair a menos de três centavos de dólar, depois de ter atingido quase 30 centavos de dólar em 1980. Os prognósticos são especialmente pessimistas para os primeiros três meses, podendo haver alguma melhoria nos preços a partir de maio, quando começará o cultivo da próxima safra de beterraba na Europa.

Existe a previsão de que os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) reduzam sensivelmente a área plantada de be-

terraba, vegetal a partir do qual os europeus produzem açúcar e adoçantes. Espera-se também que os EUA reduzam as medidas protecionistas contra a importação de açúcar do Terceiro Mundo. Outro fator que pode reduzir a tendência de baixa nos preços é o aumento da produção de álcool de cana em vários países que, até agora, exportavam exclusivamente açúcar. Mas, de qualquer maneira, mesmo que os indícios e expectativas otimistas se concretizem, será pouco provável uma redução acentuada dos estoques mundiais de 34,5 milhões de toneladas (cerca de 40% do consumo mundial), que são os responsáveis pela queda das cotações.

PACTO ANDINO: EM BUSCA DE CAPITAIS

Os cinco países do Acordo de Cartagena, também conhecidos como os membros do Pacto Andino, aprovaram no início de 85 um pacote de 60 projetos nos quais está prevista a participação de capitais estrangeiros. Trata-se de um enorme esforço para tentar reativar a economia da região, drasticamente afetada pela recessão econômica imposta pelos países capitalistas industrializados. Os 60 projetos elaborados com a assessoria da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi) prevêm que o capital estrangeiro terá uma série de limitações, não podendo ser majoritário em nenhum dos empreendimentos.

Essas restrições estão sendo usadas pelas empresas transnacionais e por governos industrializados para boicotar os planos do Pacto Andino. A polêmica se tornou mais crucial depois que o Equador, um dos signatários do Acordo de Cartagena, firmou

com a corporação norte-americana Opic um acordo que viola o tratado assinado também pela Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela. A polêmica se concentra em torno da chamada cláusula 24 que limita a penetração do capital estrangeiro na região, sem no entanto eliminá-lo. De acordo com levantamentos feitos pela secretaria do Pacto Andino, nos últimos quatro anos o investimento estrangeiro nos cinco países se manteve em torno dos 8%, uma cifra tolerada pela cláusula 24 e considerada satisfatória pelo organismo.

OURO: TANZÂNIA E MOÇAMBIQUE FAZEM ACORDOS

Os governos de Moçambique e da Tanzânia estão decididos a intensificar a exploração de jazidas de ouro em seus respectivos territórios. No caso moçambicano, o governo negociou com a firma transnacional *Lorrho* a recuperação das minas de Monark e Braganea, desativadas junto com 20 outras desde a independência. As duas minas de ouro ficam na província de Manica, e sua reativação poderá ser uma das primeiras consequências da entrada em vigor recentemente do novo código de investimentos estrangeiros aprovado pelo governo moçambicano.

No caso da Tanzânia, as negociações envolveram o grupo islâmico *Dar Tadine al-Umma*, cuja sede fica nas Baamas. O grupo chefiado pelo financista egípcio Ibrahim Kamel vai investir 25 milhões de dólares em cinco áreas da Tanzânia onde no passado houve exploração de filões de ouro. A principal região aurífera fica ao sul do lago Vitória, onde o metal começou a ser retirado desde 1930. O

mesmo grupo *Dar Tadine al-Umma* já está envolvido em exploração de ouro em quatro outros países africanos. O governo tanzaniano receberá 33% do ouro recolhido, a exemplo do que já acontece com Senegal, Sudão e Guiné, onde a *Dar Tadine al-Umma* também está instalada.

TÊXTEIS: O TERCEIRO MUNDO SE UNE



Os sete países do Terceiro Mundo responsáveis por quase 70% das exportações de têxteis da África, Ásia e América Latina decidiram criar um organismo internacional de coordenação e assessoria. O principal objetivo do Birô Intergovernamental será o de reduzir o mais possível o protecionismo dos países importadores, garantir os direitos dos países membros e que já estão associados ao Acordo Multifibras vinculado ao GATT (Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras) e representar os interesses do grupo em reuniões internacionais sobre têxteis.

Os trabalhos do Birô serão centralizados em Genebra e coordenados provisoriamente pelo diplomata colombiano Felipe Jaramillo. Entre os países que já se comprometeram a apoiar a nova organização estão a China, Colômbia, Egito, Hong Kong, In-

dia, Coréia do Sul, México, Paquistão e Peru. O objetivo da organização é contar com a adesão de 28 nações e a primeira reunião formal do Birô acontecerá em abril, no México. Felipe Jaramillo disse que o esforço para a criação do novo organismo é uma prova concreta da possibilidade dos países exportadores do Terceiro Mundo unirem esforços para estabelecer negociações com as nações industrializadas em pé de igualdade.

NAMÍBIA: EUA COMPRAM MAIS URÂNIO

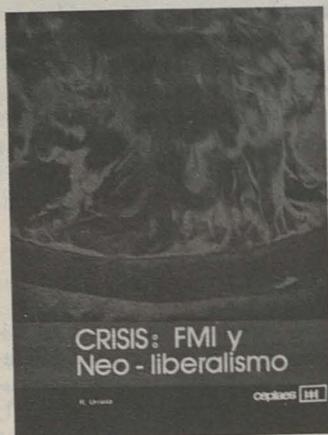
As importações norte-americanas de urânio extraído da Namíbia e África do Sul quadruplicaram de volume desde 1981, apesar dos protestos de grupos anti-racistas nos EUA contra o comércio com o regime do *apartheid*. Segundo dados mencionados pelo jornal *Windhoek Advertiser*, da Namíbia, o governo norte-americano importou em 1983 cerca de 926 toneladas métricas de urânio sul-africano e namibiano para uso de instalações nucleares nos Estados Unidos. Em 1981, as importações totalizaram 206 toneladas métricas, enquanto em 1980 o volume foi de 34 toneladas métricas.

O urânio extraído da Namíbia e África do Sul constitui hoje quase a metade de todas as importações norte-americanas desse mineral estratégico. O mesmo jornal afirma, citando dados do *Nuclear Control Institute* (uma organização independente com sede em Washington), que mais de 70% do urânio importado pelos EUA da Namíbia e África do Sul é posteriormente reexportado para outros países, após sofrer um processo de enriquecimento em usinas nucleares norte-americanas.

Livros do 3º Mundo

CRISIS: FMI Y NEOLIBERALISMO

Rafael Urriola. *Centro de Planificación y Estudios Sociales (Ceplaes), Quito, Equador, 1984. 80pp.*



Este estudo põe em relevo as origens da crise e a responsabilidade prioritária que nela cabe às transnacionais e às estratégias econômicas dos países desenvolvidos. Certamente, os efeitos dessa estratégia sobre as regiões mais pobres do planeta e, em particular, na América Latina, ocupam um lugar privilegiado do estudo. A situação atual da região e a viabilidade de uma estratégia de política econômica poderão, sem dúvida, ser analisadas com maior exatidão se levarmos em consideração as complexas inter-relações que a economia mundial apresenta e que se explicitam neste trabalho.

O papel que coube ao Fundo Monetário Internacional quanto à "administração" da crise, isto é, o caráter inequívoco da mancomunação desse organismo, às transnacionais e aos governos dos países desenvolvidos fica demonstrado neste estudo que divulga uma série importante de elementos e decisões extraídas

das publicações oficiais do Fundo.

O neoliberalismo é abordado em profundidade. Não apenas pelos antecedentes que mostram o verdadeiro desastre que foi para a economia chilena como também ficam claras as contradições inerentes ao modelo em sua expressão teórica.

THE CRUSADES THROUGH ARAB EYES (As Cruzadas na visão dos árabes)

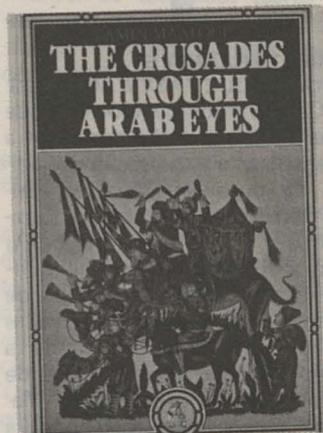
Amin Maalouf. *Al Saqi Books. Dist. Zed Books. Londres, 1984. 295pp.*

As versões européia e árabe das Cruzadas pouco têm em comum. Para os árabes, os séculos 12 e 13 não foram um tempo de despertar do sono medieval, e sim anos de árduos esforços para repelir uma brutal e destruidora invasão das hordas bárbaras. Quando, sob o comando de Saladino, um poderoso exército muçulmano — inspirado por profetas e poetas — destruiu os mais poderosos reinos dos Cruzados, foi a maior e mais duradoura vitória jamais conquistada por uma sociedade não-européia contra o Ocidente. A memória desse fato ainda vive nas mentes de milhões de árabes hoje em dia.

Amin Maalouf compilou depoimentos de uma série de cronistas árabes contemporâneos das Cruzadas, testemunhas oculares e muitas vezes participantes dos acontecimentos. Neste intrigante livro, ele reconta a história no estilo vivo dos próprios cronistas, dando-nos um vívido retrato de uma sociedade dilacerada por conflitos internos e abalada pelo encontro traumático com uma cultura estrangeira. Ele reconstrói dois séculos críticos da história do Oriente Médio e

oferece uma fascinante abordagem de algumas das forças que dão forma à atual consciência árabe e islâmica.

Embora o livro seja escrito do ponto de vista árabe, Maalouf não desconhece os defeitos da sociedade árabe e os erros de seus líderes. Conclui com um epílogo que coloca uma questão provocante: Por que, logo depois dessa grande vitória, o mundo árabe mergulhou no declínio, enquanto o epicentro da história do mundo passou para a Europa ocidental? Sua resposta sugere que as relações entre o Mundo Árabe e o Ocidente estão mar-



cadadas, até os dias de hoje, pelos efeitos de uma titânica batalha que terminou há cerca de sete séculos atrás.

Amin Maalouf é um escritor e jornalista libanês. Já foi o editor internacional semanal do mais importante jornal de Beirute, *An-Nahar*, assim como o editor-chefe da revista mensal *Jeune Afrique*. Ele é também autor de monografias históricas sobre a Irmandade Muçulmana e sobre a guerra civil no Líbano. Atualmente, reside em Paris.

(Distribuído por Zed Books, 57 Caledonian Road, London, N1.)

REFLEXIONES SOBRE POLITICA ECONOMICA — Apuntes desde la prisión
 Raúl Sendic. Ed. Tierra del Fuego, México, 1984. 127pp.



“Por la tierra y con Sendic”, foi o lema dos trabalhadores canavieiros do norte uruguaio da Utaa (União dos Trabalhadores Açucareiros de Artigas), quando chegaram a Montevideu depois de atravessar a pé toda a República reivindicando uma justiça, um tratamento humano e uma dignidade mínima de vida que a Constituição do Uruguai consagra mas que eles nunca conseguiram.

Fundador do MLN (Movimento de Libertação Nacional) — cujos militantes ficaram conhecidos como tupamaros — seu nome foi muitas vezes manipulado pelas agências de notícias como o de um personagem lendário. Hoje, com todos os pormenores e elementos novos que a dinâmica realidade uruguaia foi trazendo, as ações e os pronunciamentos daquele Movimento podem ser avaliados sob outra luz comunitária, julgados com outro critério histórico, mas seria uma atitude hipócrita, ou pelo menos pouco cuidadosa, não reconhecer que nos anos 60 e no

início dos 70, Sendic e seus tupamaros comoveram profundamente o quadro político e social do país, chegando a colocar sobre o tapete alguns temas candentes e reveladores. Depois, vieram a derrota, a prisão, a tortura, o desmembramento, a incomunicabilidade e os anos de solidão.

Parece evidente que em 12 anos, em isolamento, separado do mundo apesar de seu, Sendic não esteve sozinho: este trabalho é uma surpreendente, bem-vinda prova que a realidade o acompanhou, o alimentou e manteve com ele um diálogo fecundo. (Mario Benedetti)

Além do prólogo de Benedetti, acompanham também quatro ensaios sobre o texto de Sendic, escritos por David Barkin, Ruy Mauro Marini, Alberto Spagnolo e Pedro Vuskovic.

GRENADA, REVOLUTION AND INVASION

A. Paine, P. Sutton & T. Thorndike. Croom Helm, Londres, 1984. 233pp.

Este livro faz um exame em profundidade dos bastidores da invasão norte-americana da ilha de Granada, em outubro de 1983. Ele revela as origens da revolução em Granada e suas realizações, a política norte-americana em relação ao Caribe, o crescimento do papel de Cuba na região e a resposta da Comunidade dos Países do Caribe.

Os autores analisam em detalhe a luta interna pelo poder em Granada, que levou à morte de Maurice Bishop, a invasão dos Estados Unidos e as reações internacionais à invasão. Conclui, examinando o futuro da ilha e o impacto que o acontecimento causou na política da região.

A CONQUISTA DA AMÉRICA LATINA VISTA PELOS ÍNDIOS. RELATOS ASTECAS, MAIAS E INCAS

Miguel León-Portilla, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984. 143pp.



O livro tem por finalidade trazer a público o testemunho dos sobreviventes das três grandes civilizações pré-hispânicas — asteca, maia e quêchua (inca) — sobre a conquista espanhola em terras americanas. Reúne e comenta vários dos relatos indígenas sobre o que foi o violento choque de culturas então ocasionado. É a história escrita pelos vencidos, os que só tiveram que se resignar em meio à desgraça. “Mortos os deuses, perdidos o governo e o mando, a fama e a glória, a experiência da conquista significou mais que tragédia: ficou cravada na alma e sua lembrança passou a ser um trauma”.

Miguel León-Portilla foi diretor do Instituto Indigenista Interamericano e do Instituto de História da Universidade do México. Seus estudos sobre a cultura náhuatl o colocam entre os pesquisadores de maior prestígio no México e fizeram seu nome familiar no estrangeiro. É também membro da Academia Mexicana de Língua.

Um novo modelo de feminilidade islâmica

A juventude árabe repudia os padrões culturais que se pretende impor através de seriados importados dos Estados Unidos

Fátima Mernissi



Uma nova força na política árabe toma as ruas: os jovens

Os executivos do FMI e do Banco Mundial já sabem que a assinatura de um ministro árabe numa carta de intenção não garante que esta seja implementada. A 28 de dezembro de 1983, os tunisianos souberam que, por decisão do Banco Mundial, o pão subiria de 80 centavos para 1,70 francos. A 6 de janeiro seguinte, o presidente Bourguiba anulou o aumento. O que tinha acontecido entre as duas datas? Uma nova força, totalmente desconhecida na política árabe tinha tomado as ruas: a juventude. As ma-

80 - terceiro mundo

nifestações deixaram um saldo de 80 mortos, 500 feridos e milhares de prisioneiros políticos. E poucos meses depois, no Marrocos, aconteceram episódios semelhantes.

Os jovens entre 15 e 24 anos perfazem um quinto da população árabe (19,3% dos egípcios estão nessa faixa de idade, assim como 20,9% dos tunisianos, 19,5% dos marroquinos etc.). Seu extremismo político é em grande parte expressão da revolta contra o consumismo.

Diante da ausência de canais

democráticos de expressão, a juventude recorre a formas não-institucionais: violência nas ruas, organizações clandestinas, oposição extremista ao aparelho político estabelecido. É a religião, que é a base da legitimação política nos Estados muçulmanos teocráticos, se tornou o campo de batalha no qual os jovens desafiavam as classes dirigentes e expressam sua necessidade de novos valores, novos horizontes, novos caminhos.

Os valores culturais árabes e islâmicos mostram-se vulneráveis à agressão dos valores consumistas procedentes do exterior e os jovens reagem recorrendo ao fundamentalismo islâmico ou ao ultra-esquerdismo.

Para os jovens, é muito óbvia a contradição entre o que os dirigentes dizem e o que fazem. Em seus discursos televisivos diários, as autoridades se proclamam muçulmanas, nacionalistas, respeitadoras dos valores islâmicos. Mas quando se trata de agir, importam filmes norte-americanos. E não, com certeza, aqueles que descrevem as lutas dos idealistas de esquerda (que também existem nos Estados Unidos) contra o consumismo, mas sim os produtos mais acabados da indústria cultural, como "Dallas" e "Dinastia".

Um professor secundário distribuiu cem questionários entre seus alunos em Rabat e chegou à conclusão de que a juventude não está em absoluto impressionada com "Dallas". À pergunta "o que é que você gosta mais do estilo de vida mostrado em Dallas?", um jovem de 23 anos respondeu: "Eu só gosto de gente que tem uma vida limpa, dos que não são como J.R."

"Do que é que você não gosta em Dallas?" "Dinheiro demais, carros demais...," respondeu um estudante. "Bebida demais,

sempre estão no bar”, escreveu outro.

E quando se perguntou “por que você acha que Dallas é tão popular no Marrocos?”, a maioria respondeu que “é o único que há na TV”, “não temos opção”, e outras coisas do mesmo estilo.

Que “Dallas” ocupe um lugar preponderante na televisão árabe não é casualidade. Também não é o resultado de uma escolha fortuita das emissoras. Com estrita censura estatal sobre a televisão, não há possibilidade de acidentes. A programação é uma escolha deliberada de tecnocratas cujo ofício consiste em mostrar pela televisão valores coerentes com as opções culturais e filosóficas do grupo dominante.

Na maioria dos países árabes, a TV é estatal. Em princípio, não existe televisão comercial. Quase todos os países árabes sustentam que sua religião é o Islã, embora os abertamente capitalistas se digam antiimperialistas e energicamente nacionalistas. Nenhum país árabe, nem mesmo aqueles mais articulados com o mercado capitalista atra-



A programação das TVs árabes, que são estatais, é feita por tecnocratas que optam pela dominação cultural dos EUA

vés da compra de armas e venda de petróleo, proclama-se defensor da cultura “ocidental” ou dos valores norte-americanos. Nenhum acordo econômico ou financeiro obriga os árabes a importarem filmes dos Estados Unidos.

E ainda mais, nem mesmo há um interesse econômico em passar “Dallas” na televisão árabe. Nos Estados Unidos, segundo a revista *Time*, a CBS paga 650 mil dólares ao produtor para transmitir cada episódio de “Dallas” e vende, depois, cada minuto de publicidade a meio milhão de dólares. Com isso, ganha qua-

se dois milhões e meio com cada programa. É claro que o objetivo da CBS não é proporcionar cultura aos norte-americanos, mas lucrar. Se as televisões árabes estivessem fazendo negócios fabulosos com “Dallas” entenderíamos melhor sua opção. Mas não é isso. Não são emissoras comerciais. São os contribuintes que pagam os tecnocratas da TV, com capacidades criativas reduzidas à censura obtusa e ao diletantismo pessoal. Qual é, então, o mistério da presença de “Dallas” na televisão islâmica? Se compreendermos isso, entenderemos a adesão da juventude ao funda-

FÁTIMA MERNISSI: UMA MULHER ISLÂMICA

Desde Marrocos até a Indonésia, de um extremo a outro do mundo islâmico, jovens universitárias, que há dois ou três anos frequentavam as aulas usando *blue jeans* e escutando *rock* num *walkman*, hoje escondem seu rosto atrás do véu e o seu corpo, dos tornozelos até os punhos, com vestimentas semelhantes às das freiras cristãs.

Como os *hippies* dos anos 60 no Ocidente, os jovens exprimem com sua vestimenta e conduta o repúdio aos valores estabelecidos do consumismo, optando nesse caso por uma volta aos que se supõe sejam os valores fundamentais do Islã. Qualquer crítica ao fundamentalismo é tachada de pró-ocidental... e muitas realmente são.

Neste artigo, extraído de uma palestra proferida pela autora no seminário sobre “Terceiro Mundo: desenvolvimento ou crise?” organizado recentemente pela Associação de Consumidores de Penang, Malásia, Fátima Mernissi questiona ao mesmo tempo a ideologia consumista e sua negação extremista, ao defender Sakina, a bisneta rebelde do Profeta, como modelo de feminilidade islâmica.

A autora nasceu em Fez, Marrocos, a poucos metros da Universidade Karawiyeen, um secular centro islâmico que se transformou em baluarte da resistência nacionalista contra o colonialismo francês. Mernissi pôde escapar do analfabetismo porque os nacionalistas abriram as portas das escolas às mulheres, tradicionalmente veladas e reclusas. Formada em Ciências Políticas e Sociologia depois da independência, a autora ganhou notoriedade internacional por seus estudos sobre a mulher nas sociedades islâmicas. (Roberto Remo)

mentalismo e sua reação extrema contra o consumismo.

O consumismo e as tecnocracias governantes

Os filmes norte-americanos ocupam mais de um terço da programação importada pelas televisões árabes e, nos países petrolíferos, essa participação chega a 60%. Segundo estatísticas da Unesco, quase dois terços dos filmes importados pela Líbia socialista vêm dos Estados Unidos. A mesma porcentagem que nos Emirados Árabes Unidos capitalistas. Trinta por cento dos filmes que países politicamente tão distantes, como Argélia, Tunísia ou Iraque, compram, são norte-americanos.

Países que não podem se pôr de acordo em assuntos vitais como as soluções para o desemprego, o fracasso agrícola, a questão palestina ou uma estratégia comum para dominar a tecnologia, chegam a um surpreendente consenso sobre a importação de filmes norte-americanos.

Por que não soviéticos ou chineses? Por que não priorizar os filmes de outros países islâmicos? Por que não investir uma porcentagem das fabulosas receitas petrolíferas a fim de criar um cinema árabe que contra-ataque a influência ocidental? Por que os cineastas árabes estão cronicamente desempregados e obrigados a mendigar fundos no exterior ou mergulhados em dívidas para poderem produzir, já que não há nenhuma proteção à criação local?

Se as televisões árabes são tão grandes consumidoras de filmes norte-americanos é porque há semelhanças essenciais entre os pontos de vista materialistas, consumistas e fetichistas (que reduzem tudo a objetos) das tecnocracias árabes e dos *managers* norte-americanos da indústria cinematográfica e publicitária. Para ambos, a pessoa é um ser instintivo e sem cérebro. Os tecno-

cratas econômicos árabes alimentam esse modelo com suas políticas econômicas; os *mass media* dos Estados Unidos, com os heróis que propõem e os valores que estes defendem: obediência e egoísmo.

As tecnocracias árabes não se sentem capazes de administrar uma democracia, onde cidadãos plenamente capazes possam criticar as políticas do Estado e mudar os rumos. A censura, as prisões para os presos políticos são manifestações desse medo escondido dos líderes que decidem sobre a vida dos cidadãos. Se tomarmos as decisões dos tecnocratas árabes, e não seus discursos, como chave para identificar sua identidade cultural, veremos que não têm a menor consideração por um dos valores fundamentais do Islã: *az-zuhd*, *at tagashul*, ou seja, a frugalidade, a austeridade, a modéstia. A não-ostentação no comportamento, a dignidade e o respeito.

O Islã deu ao mundo uma experiência espiritual valiosa para nossa era de "dalasmania": o sufismo. Uma busca dolorosa que se prolongou vários séculos para transcender impulsos egoístas, consumistas, para se elevar sobre diferenças de raça, religião ou status social, a fim de se abrirem novos horizontes de compreensão do mundo.

Al-Hallaj, um sufista do século 9, foi condenado à fogueira em Bagdá por ter sustentado que a dignidade do cidadão muçulmano não pode ser separada da dignidade divina. Mas não existe nenhuma série na televisão árabe sobre ele, nem sobre outros gigantes da luta contra o consumismo, porque estavam lutando também contra a opressão política, pelo respeito à dignidade humana que corta as raízes do fanatismo e a monopolização das decisões por uns poucos.

As decisões sobre temas como importação e exportação de bens culturais podem nos ensinar muito sobre as opções, inclinações

e paixões psicológicas de nossos líderes. Essa "psicopolítica" mostra que a economia também é cultural. Não há decisões econômicas divorciadas dos valores culturais. Um gesto banal, como quando uma pessoa do Terceiro Mundo liga "sua" televisão, é um processo de decisão psicopolítico, pelo simples fato de que a televisão não é sua. É do Estado. E muitas vezes de um Estado com o qual não tem conexão. Portanto, é a televisão de outro, disfarçada de instituição nacional.

Veremos a seguir um exercício de psicopolítica, no qual se demonstra que o que o leitor pensa que seja uma mulher bonita não é uma opção idiossincrática banal, mas uma determinação política, imposta pela localização histórica na periferia da onipresente indústria cultural dos Estados Unidos.

Como é uma mulher bonita? A psicopolítica da plutocracia

As sociedades árabes de hoje estão governadas em sua maioria por plutocracias, ou seja, uma minoria de gente rica e poderosa que monopoliza o poder político e o usa em interesse próprio. O modelo de feminilidade dessa plutocracia é um perfil consumista, que reduz a mulher à sua dimensão física e a priva de toda inteligência. E este não é o modelo de beleza tradicional na cultura árabe.

Hoje, na cultura árabe dominante, a mulher bonita ideal deve ser silenciosa e não precisa dar sinais de muita inteligência ou caráter forte. Se, por acaso, a mulher é inteligente e tem personalidade, deverá escondê-las para simular ser a mulher com a qual os poderosos plutocratas árabe-muçulmanos de nossos dias sonham ter como companheira.

O que surpreende a quem estuda a tradição árabe e muçulmana é que esse ideal de femini-

lidade é totalmente alheio à cultura islâmica. Se tomarmos como referência os séculos de ouro do império islâmico vencedor (entre os séculos 7 e 10, já que a maioria dos historiadores marca como começo da decadência islâmica a reconquista da Andaluzia pelos cristãos, iniciada no século 8) achamos que o ideal de beleza combina o aspecto físico com a inteligência. Nenhum árabe, poderoso no Islã triunfante imaginária que seu amor e carinho poderiam ser desperdiçados com uma mulher estúpida. O engenho, a rapidez de pensamento e as opiniões firmes eram considerados marcas de beleza aristocrática e características que a mulher ideal deveria possuir. Para demonstrar isso, vejamos o caso de Sakina Bint Al-Hussein, neta do califa Ali e de Fátima, filha do profeta Mohammed (Maomé).

Sakina, um ideal de beleza não-estrangeiro

Sakina é filha de Hussain, filho de Fátima, a filha do Profeta. Nasceu provavelmente no ano 671, quando o Islã tinha 49 anos. Morreu em Medina no ano 111 da Hégira (738 d.C. no calendário cristão), ou seja, quando tinha 67 anos. Os grandes historiadores eram fascinados com ela e descrevem sua beleza, eloquência e humor, assim como seu comportamento desafiante diante de autoridades como os califas, juízes e governadores.

O idioma árabe conserva até hoje palavras vinculadas ao seu nome, como *barza* e *nachiz*.

Sakina era *barza*, segundo seus biógrafos, isto é, não usava véu. Isso não era excepcional nos meios aristocráticos de Hedjaz. Aicha Bint Talha, neta do califa Abu Bakr, também era *barza*, já que "se Deus me deu a beleza, eu quero que as pessoas a vejam".

Nachiz era a mulher que se rebelava contra seu marido e con-

tra os regulamentos do matrimônio islâmico. Sakina *nachizou* contra seu marido Abdallah Ibn Othman. A mãe de Abdallah, Ramla Bint Az-Zubair dirigiu-se ao califa Abd-Al-Malik, que ostentava o título de *Emir-al-Muminin* ("Príncipe dos Fiéis") para pedir-lhe que ajudasse o marido recusado a recuperar sua autoridade sobre a esposa rebelde.

poetisa e crítica de poesia levava os intelectuais da época a citarem com frequência seus comentários irônicos ou apreciações incisivas. As "estrelas" das primeiras décadas da poesia islâmica não escapavam do seu escrutínio e busca de incoerência: Jarir, Al-Farazdag, Nusaib, Khattir, Oman Ibn Abi Rabia etc., com quem ela se defrontava nos



Nos primeiros tempos do islamismo, o ideal de beleza feminina combina o aspecto físico com a inteligência

O que respondeu o califa? "Não conheces Sakina?" O homem mais poderoso do império islâmico não colocou em questão o direito de Sakina em rebelar-se, embora fosse contra a mais legítima das autoridades: seu marido.

Sakina assistia às sessões do conselho de notáveis e reunia poetas em sua casa. Era extravagante e elegante. Seu penteado não só era copiado por outras mulheres, como também pelos homens, a tal ponto que um califa escandalizado teve que ordenar à sua "polícia" que raspasse a cabeça de quem assim o fizesse. O penteado era chamado *As-sukaynia*.

A habilidade de Sakina como

Majalis (equivalentes às nossas "oficinas literárias" de hoje).

Teve quatro maridos, segundo alguns registros históricos, cinco segundo outros, todos eles de sua mesma origem social aristocrática. Quando um dos seus esposos morreu lutando contra o califa Abd Al Malik Ibn Marwan (o mesmo que se tinha negado a condenar seu pecado de desobediência), este a pediu em casamento. "O assassino do meu marido nunca me possuirá", respondeu Sakina ao príncipe estupefato.

Quem se casasse com uma beleza árabe no primeiro século do Islã dava por certo que esta seria rebelde. De maneira que a ninguém causava surpresa o fato

terceiro mundo - 83



Os *imãs* a serviço da classe dominante fazem leituras subjetivas da lei corânica aos seus fiéis, na maioria analfabetos

de que Sakina repudiasse em seus contratos matrimoniais as cláusulas sobre poligamia e obediência que em nossos dias são aplicadas pelos *imãs*. Aos fiéis muçulmanos de hoje, analfabetos em sua maioria, fazem leituras subjetivas da lei e da tradição sagrada. Sakina e outros modelos de feminilidade com evidente luta pela dignidade foram apagadas da memória islâmica por *imãs* parciais a serviço das classes dirigentes.

Sakina ficou célebre como esposa rebelde pelas condições que impôs em seu casamento com Zayd. A bisneta de Maomé estipulou que seu marido "não tem direito a outra esposa, não pode impedir que aja segundo sua própria vontade, deixará que ela viva perto de sua amiga Ummu Manchuz, não procurará nunca contradizer seus desejos..."

Quando o marido um dia decidiu contradizer a vontade de Sakina e passou um fim-de-semana com suas concubinas, a esposa o levou aos tribunais e diante do juiz de Medina gritou-lhe: "Olha-me bem hoje, pois nunca mais me verás!"

Esse direito da mulher islâmica a rebelar-se contra qualquer artigo da lei matrimonial que considerasse indigno ou degradante era praticado por nos-

sos ancestrais mas foi totalmente erradicado da memória dos legisladores e juizes civis de nossos dias.

Sue Ellen de Dallas: a beleza dos transnacionalizados

"As mulheres de Dallas — diz Gloria Emerson na *Vogue*, a revista por excelência da imagem feminina "moderna" — nunca estão ocupadas de dia e sempre estão bem vestidas de noite. Sue Ellen é a vítima preferida de J.R. Sempre está sendo humilhada por seu marido ou tratando de se recompor, em lugar de ir embora de vez com seu filho. Com seu rosto voluptuoso e vazio, seu andar indiferente, suas tentativas de cumular J.R. de insultos, Sue Ellen encontra uma audiência própria, além de seguidoras."

Porém, quem precisa de uma mulher como Sue Ellen, vazia, ociosa, aborrecida e chata? Segundo a CBS, é o melhor partido para um esposo importante e ocupado. William K. Stevens escreveu no *New York Times* que esse marido, conhecido mundialmente por suas iniciais J.R., é "o homem mais odioso da televisão, uma víbora sorridente, um homem tão baixo, tão sórdido, tão ignóbil, tão diabólico que faz as delícias de 250

milhões de espectadores em todo o mundo. É um fenômeno".

Os valores dos tecnocratas

Mas, o que tem a ver esse herói criminoso de Dallas, a capital do Texas, "o último baluarte da livre empresa individualista", com os tecnocratas que orientam, sem nenhum controle popular, as televisões árabes e impõem seus desejos e aspirações como se fossem opções nacionais?

Por que um funcionário islâmico encarregado de selecionar programas para a TV estatal escolhe esse casal como produto cultural?

Já vimos que esse funcionário não está interessado em lucros, já que a televisão é financiada pelo Estado. A única explicação possível, então, é que esses tecnocratas e o aparelho de poder que os respalda e controla compartilham dos valores e motivações que "Dallas" expressa.

O herói manipulador e corrupto de Dallas não é desconhecido nos círculos de poder árabes em geral e da tecnocracia petrolífera em particular. Os homens e mulheres que a bonança petrolífera promove como modelos desde os anos 70 não são pessoas honestas, trabalhadoras e educadas, mas servis, submissas e materialistas até os ossos.

A expansão da prostituição entre as mulheres das favelas de Casablanca, Cairo ou Túnis a serviço de magnatas do petróleo foi uma das conseqüências "culturais" do boom petrolífero. Um tabu hipócrita esconde, atrás de um manto de silêncio, esse fenômeno, que expressa a essência da plutocracia atual das sociedades árabes: o dinheiro é um mérito desejável em si mesmo e o consumismo é o código de conduta do sistema.

Que uma mulher burra seja considerada formosa é revelador de quem é o homem que anda atrás dela: alguém que se sente

mais cômodo com coisas do que com idéias, o que em termos psicanalíticos se denomina de fetichista. O fetichismo é o consumismo levado a extremos patológicos. Forçar as mulheres a serem idiotas como preço para alcançar a beleza é rebaixar o ser humano à condição de objeto. E o homem que desfruta consumindo essa beleza feminina divorciada e desconectada do intelecto é, seguramente, um consumista.

A mesma plutocracia que aceita esse ideal de feminilidade censura os homens em seu direito de pensamento, expressão e liberdade de movimento. A violação dos direitos humanos no mundo árabe é tão comum que toda uma cultura do protesto e da prisão surgiu nos anos 80.

E em países onde "Dallas" é imposto como um paradigma cultural sobre os telespectadores, milhares de jovens se reúnem em Túnis, Beirute ou Rabat para escutar seus profetas poetas, que

falam sobre como se sentem estranhos em suas próprias terras. Quando Mahmud Darwich, o palestino sempre emigrante, exprime esse sentimento como árabe numa terra árabe, milhares de jovens de Casablanca repetem seus versos como próprios, embora seu país não esteja ocupado por uma potência estrangeira:

"Oh, meu suicídio ininter-
rupto,
Detém-te no cume do sonho
e luta!

Esta época não é a minha
Este país não é o meu, não,
Este corpo não é o meu, não."

Uma espada de dois gumes

Os ideais de beleza feminina não são inocentes. Expressam valores subliminares e forças que trabalham nas profundezas das elites do poder. Conceitos que não podem ser expostos, desnudados, porque estão em total contradição com o sentimento do povo que essas elites gover-

nam. Para poder passar "Dallas" numa televisão estatal, os tecnocratas árabes têm que se declarar altamente islâmicos, de forma a esconder o que suas opções culturais revelam tão facilmente.

Mas, proclamar o Islã é uma espada de dois gumes. A escolarização em massa e o crescente peso da juventude nas sociedades levam novos cidadãos a substituir em cena os seus pais iletrados. Descodificar o Islã é prerrogativa de cada homem ou mulher muçulmanos, e assim como a opressão começa com o estabelecimento de um monopólio sobre a interpretação dos escritos e da tradição islâmica, é bem possível que finalmente Sakina Al Hussein, hoje apagada de nossa tradição, esmagada pelas damas de Dallas, encontre seu caminho para a luz. E tem muitas possibilidades de se tornar um modelo de feminilidade num país árabe democrático que não confunda força com posse fetichista nem dignidade com ostentação. ●

OS PERIGOS DO CONSUMISMO

As armadilhas que o consumismo prepara até mesmo para os mais avisados e experientes são causticamente retratadas no seguinte poema da escritora palestina Hanan Mikhail:

ECONOMIA

Meu nome é Kamel
Na semana passada
comprei uma televisão.
Na próxima semana
comprearei uma geladeira e,
quem sabe,

talvez em um mês
terei de comprar
uma máquina de lavar roupa
(superautomática).
Minha ambição não tem fim.

Talvez eu devesse ter assinado
a petição que o acampamento
/mandou
ao governador militar
suplicando pela centésima vez
que instalem
nossa rede elétrica.
Mas estava muito ocupado
quebrando pedra
para a superestrada
de Jerusalém a Telavive.
Além disso, me teriam
/despedido.

Como Ahmad.
Que assinou
e nunca comprou uma televisão.

Bruno Barbey/Magnum



Notas de Comunicação

ESTADOS UNIDOS: PROTESTO DE JORNALISTAS REAVIVA POLÊMICA



A recente participação de jornalistas num protesto em frente à sede da embaixada da África do Sul em Washington reabriu uma antiga controvérsia no país sobre se esses profissionais devem ou não expressar publicamente sua opinião política.

A maioria dos principais jornais e agências de notícias norte-americanos rechaçam a participação de seus repórteres em atos políticos. "Nosso código de ética escrito proíbe os empregados da Redação de participarem de protestos, assinar petições ou portar distintivos partidários", disse Richard Harwood, editor-chefe adjunto do jornal *The Washington Post*.

A manifestação em frente à embaixada sul-africana em janeiro passado, não foi apenas contra o sistema de *apartheid* mas também "contra a ausência de uma imprensa livre naquele país", declarou Gwen McKinney, diretora da Associação Nacional de Jornalistas sobre o Terceiro Mundo. E acrescentou: "Os jornalistas objetivos, talvez mais do que qualquer outro profissional, têm a obrigação de defender a verdade. A melhor definição para objetividade é a verdade".

A atitude da imprensa norte-americana em geral em favor da "observação imparcial" desenvolveu-se com o aparecimento dos serviços telegráficos de notícias no final do século passado.

Até então, os jornais tomavam partido abertamente. O que se iniciou como uma necessidade comercial evoluiu até tornar-se uma norma profissional.

São poucos os editores norte-americanos que mantêm uma posição diferente em relação ao ativismo político de seus repórteres. Como Victor Navasky, editor do semanário liberal *Nation*: "Somos um jornal de opinião e estimulamos nossos empregados a se informarem e tomarem partido", disse ele.

SATÉLITE DE BAIXO CUSTO PARA A COMUNICAÇÃO RURAL

Um instituto canadense de pesquisas em comunicações, auxiliado por engenheiros britânicos, japoneses, alemães e norte-americanos, demonstrou que um pequeno satélite de baixo custo pode revolucionar a comunicação rural.

O projeto pode ser de grande ajuda aos esforços de desenvolvimento que os países do Terceiro Mundo fazem, segundo ficou exposto numa conferência sobre telecomunicações realizada no Haváí.

"O sistema do satélite foi projetado para aumentar a qualidade, velocidade e exatidão da informação transmitida de e para dentro dos países em desenvolvimento", disse Richar Kerr, da *Inter Pares*, uma das agências de desenvolvimento que financiam o projeto.

Ele acrescentou que várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições terceiro-mundistas estão interessadas no uso desse novo satélite.

"Este — concluiu Kerr — é um exemplo do uso apropriado da alta tecnologia. Nosso objetivo é ajudar para que povos de áreas distantes, como Bangladesh ou Etiópia, por exemplo, possam se comunicar melhor dentro do

seu próprio território e com o resto do mundo".

BOLÍVIA: JORNALISTAS E EMPRESÁRIOS DISCUTEM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os jornalistas bolivianos rechaçaram um, comunicado dos proprietários de jornais e estações de rádio, a quem acusaram de confundir liberdade de imprensa e informação "com liberdade e impunidade empresariais".

O "Acordo Imprensa-Rádio", que congrega os empresários do setor, publicou no início do mês passado, um comunicado no qual afirma que as empresas jornalísticas que divergem do governo boliviano se acham seriamente ameaçadas.

O pronunciamento dos donos de empresas foi motivado pelo anúncio governamental de que corriam ações judiciais no sentido de resgatar grandes dívidas ao Estado por parte da empresa que edita o jornal *El Diario*, um matutino de tendência direitista.

Já a Federação dos Trabalhadores da Imprensa, organização que agrupa os jornalistas do país, afirmou que a posição dos proprietários engloba uma "campanha de desnaturalização e manipulação dos princípios de informação e opinião".

A entidade nacional dos jornalistas afirmou que as liberdades de imprensa e de expressão vigoram no país de forma plena, como resultado da recuperação do sistema democrático em outubro de 1982, que foi obra dos trabalhadores e do movimento popular.

"Daí — dizem os jornalistas — que seja indigno que os cerceadores das liberdades e cúmplices das ditaduras, agora procurem deformar a realidade, quando na verdade o que fazem é defender seus privilégios para continuarem explorando seus trabalhadores."

Arte viva em Moçambique

Assim como o artesão registra nas suas esculturas em madeira, seja ela o sândalo, o pau-preto ou a "madeira branca", aquilo que mais diretamente se relaciona com o seu cotidiano, os artistas a serviço da revolução moçambicana também registram em magníficos murais os avanços de uma década de independência nacional.

Com os seus mitos, crenças e rituais, os artesãos que criavam inicialmente objetos utilitários, muitos deles com significações mágicas, estenderam posteriormente os seus motivos aos animais e às figuras humanas. Em Maputo, nomes como Malangatana enchem de cor as fachadas dos edifícios e começam mesmo a pintar murais em paredes expressamente construídas para esse fim. Duas expressões de uma mesma realidade: a arte está viva em Moçambique.



Luis Souto/Foco.



Um modo de estar no mundo

Em todas as culturas africanas — em diferentes graus — a arte enquanto linguagem e expressão não busca a ruptura

Mário Trindade



Luis Seabra/Foco

Até há pouco consideradas “menores”, as artes decorativas e o artesanato merecem hoje muita atenção. A antiga hierarquia que colocava a pintura e a escultura em primeiro lugar é substituída pela consciência da importância crescente das formas artesanais. De fato, não será uma peça funcional, exprimindo o talento criativo de um povo e refletindo o seu ambiente na matéria trabalhada, tão importante quanto uma arte não funcional?

No entanto, talvez a palavra *arte* não seja a mais apropriada, dada a sua origem semântica, para designar o que aqui interessa significar. A concepção de arte, enquanto processo criativo, é extremamente diferente entre os europeus e os africanos. O africano sempre exprime e traduz nas formas que cria uma parte do seu universo, trate-se de arte ou de artesanato. A arte africana fascina pelo seu poder emocional e pela beleza das suas formas, porta-

doras de uma força intensa e de uma grande espiritualidade.

Arte africana: sua definição

A arte africana é funcional. Esta funcionalidade é a sua razão de ser, quer seja ela econômica, mágica ou religiosa. Todas as formas de que se reveste, sejam máscaras, esculturas, habitações, tecidos, olaria, música ou dança, procuram revelar o eterno confronto entre o real e o imaginário, entre o terreno e o transcendente. (Paul Klee, que sofreu a influência da arte africana, dizia que o papel da arte é o de tornar visível o invisível).

O artista africano busca a sua inspiração nas forças sobrenaturais, para lhes dar a forma que as materializará. Pelo contrário, até o século 19, os artistas europeus influenciados pela tradição grega, partiam de uma forma concreta, geralmente um ser humano, para representar o divino.

O artista africano não tem um estatuto especial. Ele pode ser um camponês que esculpe ou um ferreiro dotado de poderes mágicos. É no rito religioso que ele vai buscar o sentido formal das forças que emanam do poder divino. Por isso, um escultor pode reproduzir a obra de outro escultor, sem que isso constitua plágio, antes sendo considerado como homenagem.

A arte africana possui uma concepção coletiva, em contraposição à concepção individualista de arte na Europa. Para um africano, a comunidade existe antes do indivíduo, e ele próprio não é senão um elo de uma longa tradição. Nesse sentido, a comunidade estende-se à natureza e à terra, a terra à qual pertencem os antepassados. Por isso, pelos ritos e pela tradição, se perpetua a moral, se mantém o equilíbrio social. Este comportamento atinge toda a expressão vital do indivíduo e as suas manifestações. A sua produção artística está regulamentada pela práxis e pela moral do seu agregado.

A arte africana está em harmonia e comunhão com a natureza. Por isso ela está próxima da vivência; a leitura das suas formas é sempre acessível a todos os membros da sociedade que as cria.



Os valores mercantilistas e a migração, colocando o africano em contato com as áreas urbanas, afastaram-no da sua cultura de origem

A influência externa

Assim, a arte africana reflete o passado, exprime uma certa maneira de estar no mundo, ajuda o homem a se comunicar com o sobrenatural.

Em todas as culturas africanas, em grau diverso, a arte, enquanto linguagem e expressão, não questiona, não procura a ruptura. Isto não impede que os modos de expressão tradicional evoluam constantemente. Um indivíduo excepcionalmente dotado pode ousar ultrapassar os limites estabelecidos pela tradição, contribuindo assim para estender a gama de expressão artística. O ritmo e a intensidade desta evolução podem variar conforme a pressão de influências externas.

A introdução de valores mercantilistas e a migração, colocando o africano em contato com a urbe estranha e com novos hábitos, afastam-no da sua cultura de origem. Já não é a razão telúrica do seu equilíbrio social e cultural o que o leva a produzir o objeto de arte.

De imediato, os novos hábitos de consumo ameaçam a continuidade do artesanato tradicional. As colheres de pau lindamente ornamentadas foram substituídas por colheres de metal; as tijelas de madeira foram substituídas por tijelas de esmalte; os pratos de madeira entalhada ou de olaria, por quinquilharia européia, indiana ou japonesa; em lugar da tabaqueira tradicional, finamente decorada, compra-se a caixa de lata estampada; e as jovens, desdenhando a gordura do *tihuhlo* (*mafurra*), untam-se com óleos perfumados importados da Europa ou da Índia.

Se a produção utilitária é quase toda substituída pelos artigos que as lojas oferecem, ao chamado artesanato artístico ainda resta, para sobreviver, o caminho da produção em série do artigo de

souvenir, o destinado ao seu maior cliente: o estrangeiro.

A lei da oferta e da procura

Assim, o escultor tornou-se carpinteiro. Ele passou a reproduzir, muitas vezes de modo mecânico, sem cuidado nem convicção, os modelos tradicionais. Já não é a expressão da sua cultura o que origina a produção, mas a simples incidência da lei da oferta e da procura. Produzir muito, depressa e facilmente, procurando trocar o que se produz por dinheiro ou por mercadoria e valorizando a produção, já não pelo mérito artístico, mas pelo material utilizado, é hoje, infelizmente, a opção de muitos artistas do continente.

Mas, apesar das novas condições sociais em que tem de operar, o artista africano permanece o portador e perpetuador dos valores e das concepções estéticas herdadas dos antepassados. Mesmo quando as formas sejam novas, mesmo quando os objetos já não se refiram a nenhuma tradição local, no traço, no gesto, no acabamento, são sempre reconhecíveis os sinais que traduzem a força e a vitalidade de toda uma cultura.

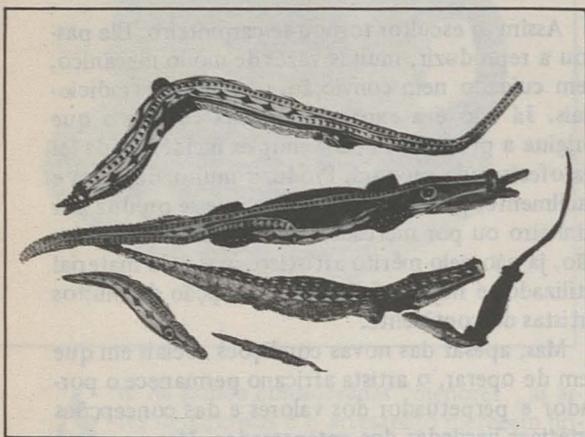
A arte africana teve uma influência vivificante sobre a arte européia. Ela inspirou Modigliani, Picasso, Klee, Lipchitz e muitos outros. Por outro lado, é importante que se diga que a influência européia e de outras origens sobre os artistas africanos, não terá sido necessariamente desastrosa.

Os estilos evoluem com a história: encontram-se hoje por toda a África, novos estilos de vestuário, de tecido, bordados, jóias, penteados, que, não sendo tradicionais, não são reconhecivelmente de origem européia, asiática ou de qualquer região específica. São apenas panfricanos. ●

Psikhelekedana, o artesanato do sul

Utilizada para designar o trabalho de artesanato ou de escultura feito a partir da chamada "madeira branca", a Psikhelekedana é uma expressão artística característica do sul do país

Sol Carvalho



A figura do crocodilo é frequente no artesanato

O termo *Psikhelekedana* é uma corruptela da palavra inglesa *crocodile* traduzida para uma das línguas nacionais falada no sul de Moçambique. A imagem do crocodilo nesta forma de arte/artesanato é bastante frequente e o colono ou visitante sul-africano dos primeiros anos da "pacificação" colonial (princípio do século) designava por aquele termo toda uma imensa gama de obras que, desde cedo, ultrapassaram a simples imagem do típico jacaré africano.

O termo ficou e hoje ele é fluentemente utilizado nas transações comerciais feitas nos bazares e mesmo no meio da rua, onde os artesãos procuram encontrar compradores de lembranças de Moçambique.

A designação é tão genérica que abrange desde obras que têm uma função utilitária, como é o caso

das colheres de pau, até as obras esculturais de representação da figura humana, sendo a mais conhecida a denominada "*King Zulu*".

Ao aceitarmos aqui uma diferença entre arte (escultura) e artesanato, pode-se afirmar que ambos estão presentes em *Psikhelekedana*. Os mesmos escultores/artesãos produzem individualmente ou nas suas cooperativas de produção, todo o tipo de objetos, desde obras em série até esculturas em que o cunho individual do artista sobressai visivelmente.

Origens

É difícil determinar a origem deste tipo de obras. Uma recente exposição de *Psikhelekedana* feita em Moçambique permitiu recolher em coleções particulares obras acreditadas como sendo do princípio do século. Henrique Junod, um conhecido antropólogo que estudou a região sul de Moçambique, ("*Usos e costumes dos bantos*") se refere a obras do estilo, embora esteja ainda ausente qualquer referência aos termos com que hoje são designadas.

As primeiras formas de escultura e artesanato nas sociedades *bantu* estão, em geral, ligadas a uma função social direta que elas exercem no seio da comunidade. Colheres, púcaros etc, são, seguramente, fabricados há muitos anos e, cedo, os seus produtores as ornamentaram dando-lhes um cunho artístico que permanece até hoje. Em outros casos, eles têm um valor mágico-religioso, sendo utilizados nos rituais de iniciação, de casamento, de veneração aos chefes, pelos curandeiros etc.

Estas primeiras formas de escultura e artesanato mantiveram-se ao longo dos anos mesmo quando passaram a ser apenas objetos de valor artístico ou decorativo, feitos para vender aos turistas nacionais e estrangeiros.

A estas formas se juntaram outras, que se supõe terem sido impostas pelas necessidades mercantis ou mesmo solicitadas pelos colonos. Os artistas, até aí simples membros da comunidade, foram-se tornando, pouco a pouco, profissionais. Atualmente, *Psikhelekedana* é essencialmente constituído por três tipos de figuras/objetos: os utensílios domésticos, os animais e a figura humana.

Os utensílios domésticos

É nesta área de obras de arte/artesanato da região de Maputo que se pode estabelecer uma ligação mais direta com a tradição e com os valores mágico-religiosos.

Entre os objetos de uso corrente, o mais comum é a colher. Algumas delas têm, contudo, valor ritual.

Desde muito cedo os artesãos introduziram nestas colheres uma série de elementos decorativos (principalmente os frisos) com o objetivo de decorá-las. Hoje em dia, a colher de madeira continua a ser comprada com fins utilitários mas é também cada vez mais decorativa, o que faz com que os artesãos explorem todas as formas possíveis de embelezar e tornar visualmente interessante este objeto de uso cotidiano.

Do ponto de vista artístico, uma das produções mais interessantes é composta por duas colheres unidas por uma correia de argolas. Henrique Junod conta que elas eram utilizadas quando se pretendia fazer a aliança entre dois membros da comunidade, sendo as argolas passadas através dos pescoços enquanto cada um utilizava uma das colheres. Este valor social parece, no entanto, ter sido perdido, pois vários artesãos por nós contactados limitam-se a considerá-la uma obra importante porque é “difícil de fazer” (basta que uma das argolas se quebre para a obra perder o valor).

Existem muitos outros utensílios domésticos em *Psikhelekedana*. As cabaças, tradicionalmente ornamentadas com miçangas, eram apenas feitas pelos feiticeiros ou a quem este confiasse a obra (os “madodos”) e serviam para guardar o mel com o qual se adoçavam os “remédios” tradicionais. Também a moca (espécie de borduna) e o penacho, hoje pouco produzidos, se destinavam aos feiticeiros ou curandeiros.

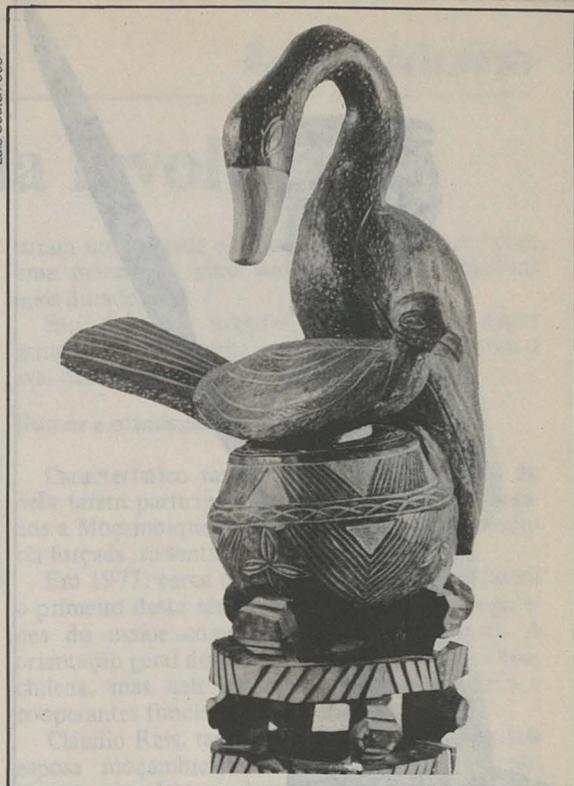
O “travesseiro de madeira” uma das mais antigas produções artísticas em madeira branca, era destinado aos chefes e frequentemente ornamentado com troféus.

Os animais

Existem esculturas antigas representando animais, mas os textos dos antropólogos e historiadores parecem indicar que a sua produção maciça é relativamente recente e coincide com a implantação do colonialismo em Moçambique. Com a urbanização, o número de animais representados não parou de crescer. Podemos ver com relativa frequência, pássaros (tucanos, codornas, galinhas do mato etc), crocodilos (que são, sem dúvida, os mais frequentes), cobras (que aparecem geralmente associadas a outros animais), elefantes, hipopótamos, tartarugas, macacos etc. Existem cerimônias, crenças e tabus relacionados com grande parte dos

Luis SoutoFoco

Luis SoutoFoco





Luis Souza Fico

animais representados.

Por exemplo, o elefante, que se pode encontrar em esculturas antigas, é considerado um animal que, pelo seu grande porte, pode "recolher o espírito que se liberta do aldeão por ação do curandeiro".

O hipopótamo está ligado à abundância, sendo a sua caçada considerada como um sinal de bom presságio alimentar. Em relação ao crocodilo, afinal o *leit-motiv* deste tipo de artesanato/escultura, existem várias crenças. O número de pedras que um animal morto transporta no estômago é relacionado com os anos de vida do chefe da aldeia. O animal morto é, assim, esquartejado na presença do chefe, que é também possuidor de objetos de metal que ele eventualmente possa ter na barriga por ter morto alguns aldeões que atravessam ou se banham nos rios. Comer a cabeça é tabu, devendo esta ser queimada até ficar reduzida a cinzas.

A figura humana

Depois dos utensílios domésticos, a representação da figura humana parece ser das mais antigas formas da arte do sul de Moçambique. Aparentemente, as figuras humanas seriam as primeiras obras deste tipo de escultura/artesanato que estão

totalmente dissociadas do seu valor funcional, valendo apenas como obras de escultura, projetando o artesanato na arte. Embora existam figuras humanas ligadas a objetos cotidianos (como o caso das bengalas) não são conhecidas para elas funções mágico-religiosas.

A mais comum e conhecida das representações é denominada "*King Zulu*"¹. A figura é esculpida num bloco único, sendo depois acrescentados os objetos usuais do guerreiro. Mas estes objetos são muitas vezes desproporcionais, o que demonstra a sua natureza simbólica.

Existem outras esculturas em que as suas formas e acentuações parecem emanar já do universo interior do artista e serem inspiradas nas deformações visuais características dos sonhos. Parece estar aí presente uma influência da arte *makonde* (feita geralmente em pau-preto) ou mesmo influências exteriores.

É nesta arte do sul que aparece, pela primeira vez, a tentativa de cópia da figura humana. O escultor tenta reproduzir, tão fielmente quanto possível, o seu modelo, que é o colono. Estas obras são citadas em estudos de antropólogos e historiadores, mas hoje em dia são praticamente inexistentes. Constituem obras de grande valor, quer pela sua raridade, quer pela forma e cuidado com que foram feitas.

Uma especial representação da figura humana que deve ser incluída nesta categoria são as máscaras. A sua origem é muitas vezes apontada como sendo meramente comercial, embora sejam comuns em toda a África.

Essas máscaras são atualmente os objetos mais comercializados e são produzidas em série, muitas vezes sem cuidado no seu acabamento.

Uma expressão artística

Psikhelekedana não tem tido a mesma glória e fama que algumas outras formas esculturais moçambicanas, nem foi objeto de estudos pormenorizados como os que encontramos para a escultura de outras regiões.

Acreditamos que uma das principais razões é o fato de que a matéria-prima utilizada tem um valor inferior à usada nas outras zonas. Com efeito, a "madeira branca" tem um valor comercial bastante inferior ao pau-preto ou sândalo, para citarmos apenas alguns exemplos.

Mas, apesar disso, *Psikhelekedana* é a expressão do universo cultural do homem africano em geral e do artista moçambicano em particular. ●

¹Os zulus são conhecidos pelo seu espírito combativo e o rei zulu é um símbolo da resistência e da luta tão caras aos moçambicanos.

Os murais da revolução

O maior feito moçambicano no terreno das artes plásticas exige agora a preservação dessas obras

Albie Sachs e Sol Carvalho



Susan Malsass/Magnum

Arte pública, através dos cartazes ou das pinturas murais, é uma das áreas em que a manifestação da vontade popular se expressa com mais frequência no marco da luta de libertação. México, Cuba, Nicarágua, Angola e Moçambique são exemplos de situações em que a arte pública atingiu proporções significativas.

Em Moçambique assistiu-se, nos primeiros anos da independência, a uma eufórica fase de arte pública com pinturas nas paredes, geralmente associadas às palavras-de-ordem com as quais era mobilizado o povo moçambicano. Ela refletia uma imensa variedade de emoções e traços pictóricos, mas era em geral não programada estando nisso, simultaneamente, a sua força e a sua fraqueza. Se, por um lado, era extremamente variada e criativa, por outro, as pinturas extinguíam-se rapidamente, perdendo-se a sua mensagem que, sendo inicialmente clara, se tornava depois um fragmento indefinido.

Esta fase, por motivos didáticos, se chama de "primeiro movimento". Mas, desde cedo, surgiu também um outro tipo de pintura de paredes, pelas mesmas razões, chamado de "segundo movimento". A sua característica essencial é que ela é feita por um artista profissional, ou grupo de artistas, motivados pelos movimentos sociais, que pro-

curam uma parede e nela executam um mural com uma mensagem mais universal e com objetivos mais duradouros.

São desenhos maiores, exibindo uma maior gama de cores e muitas vezes já executados com o aval das autoridades.

Humor e otimismo possível

Característico também desta fase é o fato de nela terem participado exilados que, recém-chegados a Moçambique depois de vários anos de ausência forçada, se sentiam de novo úteis e ativos.

Em 1977, cerca de 100 voluntários executaram o primeiro desta série de murais em uma das paredes do maior complexo hospitalar do país. A orientação geral do mural foi feita por Moira Thoa, chilena, mas nele participaram moçambicanos e cooperantes funcionários do hospital.

Cláudio Reis, também chileno, e Madalena, sua esposa moçambicana, executaram também um enorme mural numa das paredes de um cinema na baixa¹ da capital por onde, todos os dias, passam milhares de trabalhadores que desenvolvem atividades na área portuária.

Estes dois murais são de conteúdo claramente revolucionário e os seus elementos transmitem uma visão lírica e otimista de uma revolução que necessariamente se tornou mais difícil do que imaginavam aqueles que os produziram. Mas, ambos os murais são visões delicadas e generosas do futuro. O primeiro tem como tema essencial a mão, "única fonte de milagres em qualquer processo revolucionário" (Samora Machel), e o segundo é uma combinação de elementos da indústria e da agricultura numa representação da aliança fundamental que se pretende para o desenvolvimento moçambicano.

Um terceiro mural deste movimento ocupa todo o lado de uma construção baixa do Ministério da Agricultura. Ele está cheio de humor, sendo a sua composição animada por linhas em forma de arco-íris. Contudo, o mural tem igualmente figuras de semblante grave e olhar fixo, numa mensagem mais triste e reflexiva sobre a realidade que cerca os moçambicanos. A combinação de elementos aparentemente contraditórios é o resultado do proces-

¹Chama-se a "baixa" a região da capital que fica na parte mais baixa da cidade ao lado do porto e perto do centro.



Um dos murais de Malangatana Nguenha

so de produção do próprio mural.

A parte de cima foi executada pela mesma Moira Thoa, uma exilada chilena profundamente otimista na sua pintura. A parte de baixo foi executada por um conhecido pintor moçambicano, Malangatana Nguenha que, introduzindo o seu estilo intenso e sofrido, deu dramaticidade e tensão ao mural.

Malangatana viria a dar uma maior contribuição à pintura de paredes quando se propôs executar um enorme mural num dos jardins do Museu de História Natural. O tema é a "Luta do Homem no Contexto da Natureza" e, ao contrário dos murais citados, a sua mensagem política é mais sutil e camuflada. Trata-se de um brilhante afresco de figuras humanas e animais, que olham o espectador a partir de três paredes contíguas.

Não tem pólos nem perspectivas, as cores são surpreendentes e as justaposições brilhantes, de modo que o olhar do espectador dança de um lado para o outro respondendo mais ao detalhe do que à forma global. É saudável que os responsáveis pela política cultural não exijam de Malangatana e de outros um otimismo que não existe no seu universo pictórico, embora habite a sua consciência.

No mesmo nível se encontra Mankeu, um outro famoso pintor moçambicano contemporâneo de Malangatana.

Mankeu era conhecido pelas suas telas de figuras esqueléticas pintadas em tons de castanho seco. Mas, após a independência, começou a usar cores mais variadas e brilhantes, como se pode ver num mural por ele executado numa das paredes da Feira Popular, todos os fins de semana visitada por milhares de cidadãos. O mural representa pessoas na execução de danças conhecidas em todo o território nacional, algo novo nas obras do pintor.

Um outro mural, de uma nova fase na pintura mural moçambicana, foi executado nos jardins da Presidência da República por diversos pintores que, conservando o seu estilo pictórico individual, conseguiram manter a unidade do conjunto. É um

gigantesco afresco de figuras humanas: podemos ver rostos sofridos contrapondo-se a expressões otimistas, numa representação do povo na sua imensa variedade emocional.

O túmulo de Mondlane

A maior vitória da revolução moçambicana no terreno das artes plásticas é também o marco mais importante do seu terceiro movimento, caracterizado pelo fato de as paredes serem construídas propositadamente para receber um mural.

Estamos falando do mural da Praça dos Heróis, um muro ondulante de 96 metros de comprimento por 5 de altura.

Quando Eduardo Mondlane foi morto, a Frelimo jurou transladar o seu corpo da Tanzânia para Moçambique. Conquistada a independência, o problema foi o de criar um monumento que honrasse os heróis que tinham dado a sua vida pela libertação.

Foi desenhado um túmulo simples em forma de uma estrela de cinco pontas, colocada no centro de uma praça. Como contraponto visual e emocional construiu-se um longo e ondulante muro, para exibir o mural. O seu tema é a epopéia do povo moçambicano desde os primeiros momentos da conquista colonial, passando pela escravatura, o trabalho forçado, o fascismo, o nascimento da luta armada, a guerra de libertação, o triunfo e a nova sociedade.

A parede foi produto da atividade coletiva de onde sobressaem os nomes de José Freire, João Craveirinha, José Forjaz, Malangatana Nguenha, Eugénio de Lemos e António Quadros.

Para todos os que tomaram parte na obra ela foi uma experiência memorável, um triunfo da interação mútua, produzindo um trabalho em qualidade e escala acima de qualquer coisa produzida no país.

Uma arte a preservar

A arte mural parece ter conseguido um lugar privilegiado no conjunto das artes plásticas moçambicanas. Existem projetos para a realização de um grande mural coletivo a ser feito no porto de Maputo e ainda o da construção de uma praça, onde diversas paredes receberão obras dos mais destacados pintores nacionais.

O problema consiste ainda na preservação destas obras, algumas das quais incapazes de resistir às intempéries do sol e da chuva. As autoridades estão, contudo, sensibilizadas para o problema e procura-se apoio para que as obras possam ser conservadas por bastante tempo, dada a sua elevada qualidade artística.

CUBA: AUMENTO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA

Nos últimos 25 anos, foram publicados 2.237 títulos de autores cubanos, o que representa 84% da produção literária da ilha em toda a sua história, segundo foi divulgado em Havana.

A agência literária de venda e direitos autorais deu destaque ao auge da produção literária em todos os gêneros, a partir da vitória revolucionária em 1959.

Durante uma entrevista com a imprensa, realizada em homenagem ao 80º aniversário de nascimento do já falecido escritor cubano Alejo Carpentier, representantes das editoras declararam que nunca antes houve na ilha um crescimento tão importante no campo literário.



No caso da literatura infantil e juvenil, foram publicados, nos últimos 16 anos, 794 títulos só de autores cubanos, com uma tiragem total de 55 milhões de exemplares.

Separados por gêneros, os autores cubanos publicaram 844 títulos de poesia, 444 de conto, 375 de romance, 176 de testemunho, 142 de teatro, 181 de crítica e história literárias, 95 de ensaio e obras teóricas, 111 biografias e 276 de outros gêneros. Do total de publicações, 31,9% pertencem ao gênero de poesia, no entanto, o conto e o romance continuam como os gêneros preferidos dos autores cubanos.

INTEGRAÇÃO FLUVIAL LATINO-AMERICANA

Um grupo de pesquisadores da Universidade Simón Bolívar, da Venezuela, vai realizar uma segunda viagem através da rede fluvial da América Latina com o objetivo de tentar convencer os governos do continente a desenvolverem o transporte através dos rios. As pesquisas já realizadas numa primeira viagem, em 1979, permitiram descobrir que a rede fluvial da América do Sul tem cerca de 12 mil quilômetros, cuja navegabilidade pode ser assegurada com um mínimo de investimento.

A equipe de pesquisadores utilizou um barco de dez metros de comprimento e três de largura para percorrer 12 mil quilômetros de rios navegáveis desde a costa noroeste da Venezuela até o estuário do rio da Prata, em Buenos Aires, Argentina, gastando dois meses para fazer o percurso. Quase toda a rede fluvial percorrida pelos pesquisadores venezuelanos não é aproveitada para fins econômicos. Eles afirmam que os rios da América do Sul, se bem utilizados, podem oferecer um transporte quase 60% mais barato do que pelo sistema rodoviário ou aéreo.

GRANADA: FUNDAÇÃO MAURICE BISHOP PEDE APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Com a finalidade de honrar e preservar a memória do ex-primeiro-ministro do governo popular revolucionário de Granada, Maurice Bishop, assim como dos ministros, líderes sindicais, operários e estudantes mortos a 19 de outubro de 1983 — por ocasião da invasão norte-americana

da ilha —, foi criada a Fundação "Maurice Bishop".

Os terríveis acontecimentos de outubro de 83 ocasionaram o colapso da revolução granadense. Sob a liderança de Bishop, a revolução trouxera novas esperanças, dignidade e muitos benefícios à população de Granada.

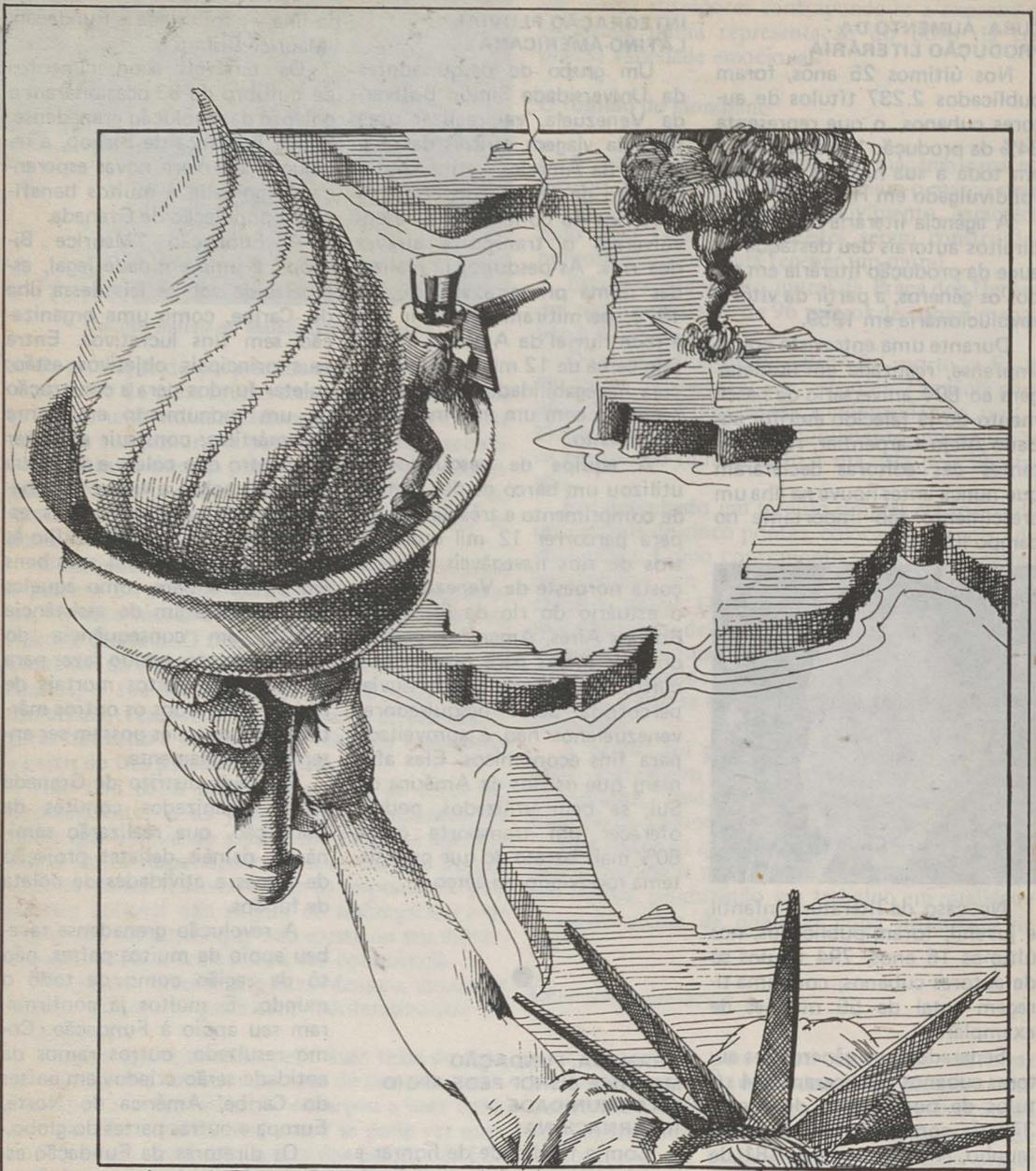
A Fundação "Maurice Bishop" é uma entidade legal, estabelecida sob as leis dessa ilha do Caribe, como uma organização sem fins lucrativos. Entre seus principais objetivos estão: coletar fundos para a construção de um monumento em honra dos mártires; construir e operar um centro que colete e distribua materiais sobre a vida e o trabalho de cada um dos mártires; estabelecer um fundo de auxílio às pessoas que perderam seus bens em outubro bem como àqueles que necessitaram de assistência médica em consequência do acontecimento; e tudo fazer para encontrar os restos mortais de Bishop e de todos os outros mártires para que eles possam ser enterrados dignamente.

Em cada distrito de Granada serão organizados comitês da Fundação, que realizarão seminários, painéis, debates, projeção de filmes e atividades de coleta de fundos.

A revolução granadense recebeu apoio de muitos países, não só da região como de todo o mundo. E muitos já confirmaram seu apoio à Fundação. Como resultado, outros ramos da entidade serão criados em países do Caribe, América do Norte, Europa e outras partes do globo.

Os diretores da Fundação estão apelando às pessoas de boa vontade e interessados em auxiliar os trabalhos da entidade que enviem sua ajuda para o seguinte endereço: *Maurice Bishop and 19 October Martyrs Foundation, P. O. Box 167, Grenville Street, St. George's, Grenada.*

Humor



Yangelis Paulidis '83

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.



BANERJ
NA CABEÇA

BANERJ

As coisas estão mudando.